



Lívia Silva de Souza

**Abordagens da condição feminina em práticas pedagógicas da
educação formal em presídio feminino do Estado do Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação do
Departamento de Educação da PUC- Rio.

Prof.^a Rosália Maria Duarte
Orientadora
Departamento de Educação – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 2024



Livia Silva de Souza

“Abordagens da condição feminina em práticas pedagógicas da educação formal em presídio feminino do Estado do Rio de Janeiro”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós- Graduação do Departamento de Educação do Centro de Tecnologia e Ciências Humanas da PUC- Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.^a Rosália Maria Duarte

Orientadora

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof. ^a Sandra Maciel de Almeida

UFF

Prof. Renato Pontes Costa

PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Livia Silva de Souza

Graduou-se em pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019). Tem interesse nas áreas de Educação de Jovens e Adultos em espaços de privação de liberdade, Políticas Públicas educacionais e Alfabetização.

Ficha Catalográfica

Souza, Livia Silva de

Abordagens da condição feminina em práticas pedagógicas da educação formal em presídio feminino do Estado do Rio de Janeiro / Livia Silva de Souza; orientadora: Rosália Maria Duarte. – 2024.

142 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2024.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Condição feminina. 3. Escola na prisão.
4. Educação de jovens e adultos. I. Duarte, Rosália Maria. II. Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Educação, IV Título

CDD: 370

Dedico este trabalho à Lívia de 10 anos atrás que sonhava com a possibilidade crescer se dedicando aos estudos, aquela que por muito tempo foi uma crítica perversa ao próprio trabalho, mas que aos pouquinhos, com muitos dramas, choros e piadas autodepreciativas, conquistou mais um grande passo. Parabéns!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu não teria como não agradecer à minha orientadora, professora Rosália Duarte. Talvez pela minha falta de socialização, eu não pude expressar o quanto a orientação me foi importante. Não só na função de me auxiliar com a construção desta dissertação, mas principalmente por me ajudar a proteger o sonho do mestrado, que, a meu ver, era inviável e por tornar minha permanência na PUC possível. Espero, sinceramente, poder ser metade da professora que você é.

Agradeço também aos colegas do GRUPEM (Grupo de Pesquisa Educação e Mídia), principalmente a Vanusa de Melo, Mirna Juliana Santos Fonseca e Renata Chiossi que me ajudaram tirando minhas dúvidas e acolhendo alguns dos meus desesperos.

Aos meus colegas da 5ª série B, também conhecida como turma de mestrado de 2022, em especial, Giselle Moraes e Luna Moreira, que fizeram o meu percurso na instituição ser muito mais agradável, cômico e interessante. *‘Estoy muy agradecida por todo este tiempo juntas’*.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação e aos professores que me ajudaram durante todo esse meu processo formativo, especialmente ao Renato Pontes, que me aceitou no estágio docente, me trouxe mais elementos sobre a EJA e ainda me deu um bibelô de Galinha de Angola.

À minha família imperfeita. Minha mãe, Cristina, que esteve nos bastidores cuidando para que não me faltasse o apoio básico para a realização do meu sonho. Minha tia Marta, que sempre apoiou meus estudos e com uma convicção questionável, me acha uma boa aluna. Minha madrinha Ana Lucia que me disponibilizou sua casa para possíveis descansos após quase 3 horas de viagens até a Gávea. E à minha tia Arlete, que incluía meu nome nas suas preces.

À Fernanda Gonçalves e à Flávia Gonçalves, que não há dúvidas, são presentes que Deus me permitiu ter na terra fazendo dessa estadia um pouco mais agradável, apesar de caótica. É um prazer imenso ser só mais "um silva" com vocês.

Ao meu pai, da maneira que pode, contribuiu com a realização deste mestrado.

À minha analista Cristina Tadeu, que eu nem sei se é correto agradecer aqui, mas se eu não enlouqueci completamente, foi graças a ela.

Ao Paçoca, meu vira-lata caramelo que não vale o chão que pisa, mas que passou por alguns momentos sendo negligenciado e mesmo assim permaneceu me amando.

A PUC-Rio e a CAPES pelos auxílios concedidos através de bolsas de fomento, sem as quais esta pesquisa não teria sido possível. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.”

Resumo

Souza, Livia Silva de; Duarte, Rosália Maria (Orientadora). **Abordagens da condição feminina em práticas pedagógicas da educação formal em presídio feminino do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2024. 142p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação teve como objetivo compreender e analisar temas relacionados à condição feminina em práticas pedagógicas de professores em uma instituição escolar localizada em um presídio feminino do Rio de Janeiro. Entende-se como condição feminina as relações construídas e transformadas por questões econômicas, raciais, políticas e culturais que afetam a vida e a posição das mulheres na sociedade. A pesquisa teve como objetivos subsidiários: a) identificar e descrever práticas pedagógicas, implementadas em uma escola em presídio feminino; b) analisar materiais didáticos que dão suporte às práticas pedagógicas; c) identificar possíveis abordagens de temas relacionados à condição feminina por parte de professores e também das alunas. Optou-se por uma pesquisa qualitativa instrumentalizada pela observação participante, com registro em diário de campo e entrevistas semiestruturadas com 4 professores e com a coordenadora da escola onde a pesquisa foi realizada. O material empírico produzido a partir das observações e das entrevistas foi submetido à análise de conteúdo clássica. Para contextualização do campo de pesquisa, foram utilizados dados disponíveis sobre cárceres femininos, em especial, os relatórios do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. A base teórica se ancora na literatura sobre o sistema prisional brasileiro e sobre a escola na prisão, além de estudos sobre a mulher encarcerada. Os resultados indicam que existe uma carência de propostas pedagógicas intencionalmente voltadas à abordagem de temas relacionados à condição feminina. No entanto, as alunas aproveitam abordagens de conteúdos curriculares não relacionados ao tema para relatar e discutir problemas que dizem respeito a ser mulher na prisão. A instituição escolar por vezes reforça o poder disciplinar e a invisibilidade dos sujeitos privados de liberdade.

Palavras – Chave

Condição Feminina; Escola na prisão; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

Souza, Livia Silva de; Duarte, Rosália Maria (advisor); "**Approaches to the female condition in pedagogical practices of formal education in a women's prison in the Rio de Janeiro state**". Rio de Janeiro, 2024. 142p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation's objective was to understand and analyze possible approaches to themes related to the female condition of teachers' pedagogical practices in an educational institution located in a women's prison in Rio de Janeiro. Female condition is understood as the relationships built and transformed due to economic, racial, political, and cultural issues that affect women's lives and position in society. This research has the following subsidiary objectives: a) identify and describe pedagogical practices implemented in a women's prison school; b) analyze teaching materials that support the pedagogical practices; c) identify possible approaches to themes related to the female condition by teachers and students. Qualitative research was chosen and conducted through participative observation, daily documentation, and structured interviews with 4 teachers and the coordinator of the school where the research was being conducted. The empirical material produced from the observations and interviews was submitted to classic content analysis. To contextualize the research, available data on female prisons was used, in particular, the reports from the National Penitentiary Department Information System (Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional). The theoretical basis is anchored in the literature on the Brazilian prison system and prison schools, along with studies on female inmates. The results indicate that there is a lack of pedagogical proposals intentionally aimed at addressing themes related to the female condition. However, the students take advantage of educational content unrelated to the theme to expose and discuss issues related to their condition as female inmates. Sometimes, the educational institution reinforces the disciplinary power and the invisibility of subjects deprived of freedom.

Keywords:

Female Condition; Prison School; Young and Adults Education.

Sumário

1.	Introdução	12
1.1.	Aspectos importantes sobre a escolha do tema.....	16
1.2.	Objetivos de pesquisa	19
2.	Educação para privados de liberdade	19
2.1.	Relações institucionais	19
2.2.	A EJA dentro dos espaços prisionais.....	23
2.3.	Privar e Ressocializar	30
2.4.	Professor aprisionado.....	33
3.	Tristes, loucas e más – Breve contexto históricos das prisões femininas no Brasil.....	37
3.1.	Quem são as mulheres presas atualmente?	46
3.2.	Seu feminismo me contempla?	51
4.	Metodologia.....	55
4.1.	Descrição do contexto de pesquisa	63
4.2.	Calendário do Caos.....	72
5.	Entre ratos, percevejos e fios soltos.	73
5.1.	Feminino versus masculino?	87
5.2.	Os homens trans na cadeia.	89
5.3.	Estética.....	93
5.4.	O projeto “Palavras de carinho”	95
5.5.	O que dizem os professores	106
6.	Considerações Finais.....	114
7.	Referências bibliográficas	117
8.	ANEXOS	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação Professor e matéria

Quadro 2: Relação Professor e tempo de atuação.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CEE	Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEPEN	Departamento Penitenciário
DIESP	Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas
DPRJ	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INFOPEN	Sistema de Informações Penitenciárias
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEP	Lei De Execuções Penais
MEC	Ministério da Educação
MEPCT/RJ	Mecanismo Estadual de Combate à Tortura do Rio de Janeiro
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
ONU	Organização das Nações Unidas
PEE	Plano Estadual de Educação
PEESP	Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional
PPP	Projetos Político-Pedagógicos
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RELIPEN	Relatório de Informações Penais
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
VEP	Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro

1. Introdução

A educação de pessoas em privação de liberdade é reconhecida como uma especificidade da EJA na educação básica, a escola que ocupa um espaço dentro da instituição prisional se estabelece como um dos processos ressocializadores da pessoa presa, possibilitando um retorno à sociedade minimizando o regresso à criminalidade, reduzindo o tempo de pena cumprida e inserida como um direito nas legislações brasileira e marcos internacionais.

A Declaração Universal de Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948 delinea os direitos humanos básicos com intuito de gerar uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Em seu artigo 26 a Declaração defende que a instrução deve ser gratuita nos graus elementares e fundamentais e um direito a toda população.

Embora a educação no sistema prisional no Rio de Janeiro remonte à década de 1960, não foram encontrados muitos documentos diretamente relacionados à proposta de políticas educacionais sensíveis ao ensino carcerário feminino. Porém, não se pode desprezar que as mulheres encarceradas possuem demandas e necessidades muito específicas, quando comparadas com a população masculina. Isso repercute de forma direta nas condições de encarceramento a que estão submetidas e no acesso e permanência ao sistema educacional carcerário. Contudo, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), aprovada pela Organização dos Estados Americanos em 1994 determina aos Estados-membros, como o Brasil, a dedicarem especial atenção e consideração ao tratamento dispensado às mulheres presas. O documento ressalta ainda a maior vulnerabilidade à violência em que vivem as mulheres privadas de liberdade e entende como violência as formas que infligem qualquer sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher.

Sendo um contexto com diversos desdobramentos de decisões políticas, há o questionamento de como é realizada a educação escolar nos

espaços do sistema carcerário brasileiro. Nesta pesquisa de mestrado, há o especial interesse em saber se e como a condição feminina é abordada nas práticas pedagógicas de uma escola no presídio feminino no estado do Rio de Janeiro. Entende-se como condição feminina as relações construídas e transformadas por questões econômicas, raciais, políticas e culturais que afetam a posição das mulheres na sociedade.

A na perspectiva do senso comum a mulher é normalmente vista como um ser frágil/fraco, sendo um indivíduo que deve apresentar comportamentos específicos, que necessita da permissão e proteção do homem e lhe deve obediência. O mundo patriarcal no qual vivemos, foi constituído para beneficiar os homens, favorecendo para que suas demandas sejam mais importantes e rapidamente atendidas. Simone de Beauvoir, famosa pelas importantes contribuições na teoria dos gêneros afirma que todo olhar da humanidade é majoritariamente construído pelo homem e para a mulher, cabe a condição de ser "o outro".

A Constituição Federal Brasileira de 1988, é um relevante marco no contexto de equidade de gênero quando no Artigo 5º, inciso I descreve que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;" entretanto, entendemos que questões culturais e sociais interferem na funcionalidade do direito fundamental.

No cenário prisional, a perspectiva também é masculina, o cárcere foi criado para receber os homens criminosos, potencialmente violentos e penalizá-los por suas condutas. Na contramão disso, o encarceramento feminino foi pautado na recuperação da moral, visando em reestruturá-las para que possam cumprir o papel que socialmente lhe foi imposto.

Esta concepção patriarcal está impregnada nas raízes da estrutura social que costuma julgar a conduta feminina, mesmo quando é muito similar à masculina. Lemgruber (1983, p. 85) chama de "duplo padrão de modalidade da sociedade brasileira" como "fruto de uma ideologia patriarcal" em que para o homem existem permissões e para as mulheres proibições.

"Enquanto a mulher deve permanecer virgem até o casamento, o homem é estimulado a prática sexual com toda a ênfase. O homem adúltero é apenas "mulherengo, desonesto, insatisfeito, sem vergonha". A mulher que trai

o marido é “piranha, puta, mulher de muitos homens, maria batalhão...” O homem solteiro que tem muitas namoradas é “gostosão, gavião, garanhão, Dom Juan”. A mulher que ousa casar-se cedo e acumula mais namorados do que a sociedade considera-se razoável passa a ser “assanhada, sem vergonha, galinha” (Lemgruber, 1983, p.86)

Diversos movimentos feministas ocorreram para que ao longo dos anos o papel social da mulher fosse modificado e assim fosse possível tentar estabelecê-las como indivíduos de direitos, autônomos e altamente capazes. Foram conquistas expressivas, mas que não atendem todas as classes sociais existentes em nossa sociedade. A mulher presa passa por diversas anulações, conforme Almeida (2013, p 42)

“A situação de exclusão da mulher presa, não limita-se, portanto, ao caráter da privação de liberdade, mas também à identificação da mulher como um ser único, como se, por exemplo, o universo feminino pudesse ser explicado ao seu papel de mãe.”

Quando pensamos em uma educação emancipadora, entendemos como uma formação para a autonomia. Uma educação em que se busca produzir conhecimentos continuamente por reflexões críticas, proporcionado por um ambiente escolar que seja receptivo às individualidades. No contexto da educação no sistema prisional feminino, uma educação que compreenda que o seu público, composto por mulheres marcadas pelas marginalizações e estigmas de um sistema patriarcal, necessitam de um desenvolvimento pedagógico que esteja alinhado com suas realidades.

Esta pesquisa está estruturada da seguinte maneira: no segundo capítulo aborda-se a educação para os privados de liberdade, apresentando as relações institucionais que atuam na política e execução da escola dentro dos espaços prisionais. Neste capítulo aborda-se ainda, a apresentação de leis e diretrizes sobre a modalidade da EJA dentro dos espaços prisionais dialogando com Julião (2003, 2011, 2013 e 2016) e Onofre (2007, 2012, 2013 e 2016) para compreender melhor o papel da educação nesses espaços, as políticas públicas existentes e as especificidades do público atendido. No item “Punir e Ressocializar” também foram estabelecidos diálogos com Melo (2014) e Almeida (2013)

identificando as dinâmicas instituídas e as políticas públicas produzidas em prol da educação como um direito humano dentro de um sistema penal.

Dessa forma, entendendo o complexo cenário educacional no sistema penal, percebe-se a importância de destacar a atuação do docente na escola prisional, sendo inseridos no processo de ressocialização através da educação. Considerando essa afirmação o presente estudo levanta os seguintes questionamentos: como os docentes lidam com os obstáculos existentes em uma instituição escolar no meio da prisão? Como trabalhar com o direito educacional em um espaço repressor e punitivo? Sobre essa questão, a contribuição de Paiva(2007), Onofre e Menott (2016), assim como as DNC's revelam dados instigantes sobre o panorama da formação inicial e continuada desses profissionais, demonstrando que suas práticas educativas precisam estar alinhadas com o contexto em que estão inseridos.

No terceiro capítulo, é apresentado o crescimento do encarceramento feminino e mudanças no perfil dos crimes e das mulheres encarceradas no Brasil e no Rio de Janeiro. Autores como Elça Mendonça (1983), Aguirre (2009), Sant'ana (2009), Angotti (2011) e Holloway (2009), apontam as peculiaridades, destacam a invisibilidade da mulher encarcerada apresentando o contexto histórico sobre o processo de origens e construções de presídios, sobretudo os femininos. Ilgenfritz e Soares (2002), Almeida (2013) e Espinoza (2004) contextualizam a formação dos presídios femininos serem destinadas a reeducar as mulheres dentro da moralidade, um modelo em que prevalecia uma educação guiada pelos padrões tradicionais de gênero. Expondo a violação dos direitos fundamentais das mulheres privadas de liberdade e retratando o controle do corpo e da mente como um processo vivenciado de forma comum.

Nos itens "Quem são as mulheres presas atualmente?" e "Seu feminismo me contempla?", são apresentados os dados disponíveis no Infopen, Senappen e Diesp sobre a população prisional, dando ênfase na população feminina do estado do Rio de Janeiro, assim como também expõe as desigualdades raciais, herança de um período racista e

escravocrata, inseridos nos processos de aprisionamento da população privada de liberdade no Brasil. Sueli Carneiro, Arruzza et al (2019), Juliana Borges (2019), Djamila Ribeiro(2018), Lunardon (2015) e Santos(2016) dialogam sobre a criminalização da cultura negra, das lutas por igualdades dentro de visões eurocêtricas e do silenciamento da mulher negra.

Ao chegar no quarto capítulo, são apresentadas as metodologias da pesquisa e a descrição do campo, no caso, o C.E Tereza de Benguela¹, localizado dentro de um presídio feminino de regime fechado no estado do Rio de Janeiro.

Por fim, no capítulo 5, realizo a análise de dados coletados pela pesquisa através das informações obtidas majoritariamente pelo caderno de observações, nos permitindo gerar reflexões importantes sobre a condição feminina da mulher presa na unidade prisional pesquisada. Com acesso aos relatórios do MEPCT/RJ foi possível produzir o panorama histórico da infraestrutura e funcionamento da unidade, questões relacionadas ao gênero feminino e sua inserção na escola, bem como as práticas pedagógicas realizadas. Foi apresentado e analisado o projeto de cartas realizado dentro da instituição escolar e entrevistas realizadas com os professores pesquisados.

1.1. Aspectos importantes sobre a escolha do tema

Nunca estive em uma cadeia e não tinha conhecimento de nenhuma história de alguém que tivesse frequentado o lugar, seja como privado de liberdade ou como visitante. O meu vago conhecimento era apenas de relatos e pesquisas que busquei ao longo dos anos, como estudante, sem que pudesse ter qualquer contato direto com algum profissional, estudante ou ambiente da educação prisional.

O interesse sobre a escola nos ambientes prisionais e sobre o encarceramento feminino caminharam e cresceram juntos enquanto me interessava também pela Educação de Jovens e Adultos - EJA, antirracista e estudos de gênero. Talvez, o meu interesse pela educação escolar nos espaços de privação de liberdade tenha seguido um

¹ Nome fictício.

movimento contrário ao tradicional, afinal, não fui uma estudante de pedagogia que iniciei minhas atividades apaixonada pelo curso. Foi somente quando tive contato com livros não acadêmicos sobre o cárcere que resolvi que esse seria o meu foco de pesquisa e que eu deveria encontrar algo na minha formação que me permitisse abordar o assunto.

Em particular, a justificativa para a escolha deste tema se deu a partir da leitura do livro “Presos que menstruam”, de Nana Queiroz (2015), nos primeiros períodos da faculdade de Pedagogia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Uma leitura que iniciou de forma despretensiosa, mas me fez pesquisar e querer aprofundar a compreensão sobre a realidade prisional feminina, o que foi progressivamente me despertando curiosidade e empatia sobre o tema. Em diversas leituras e estudos, é exposta, como afirmam (Muniz; Leugi; Alves, 2017, p. 9):

“a precarização da situação feminina nos presídios brasileiros, tanto pelo aumento expressivo dessa população nos últimos anos, como pela normalização da ótica masculina no planejamento de políticas e no dia a dia intramuros.”

Foi tentando entender como a minha formação em Pedagogia poderia combinar com o sistema prisional que comecei a compreender melhor a modalidade EJA e suas diversas especificidades.

Foi um percurso muito solitário onde não encontrava o tema sendo amplamente debatido dentro na universidade. Contudo, foi através dessas aulas ministrada pela Prof. Dr. Marta Lima de Souza que obtive o meu primeiro contato com um artigo voltando para a educação de jovens adultos no sistema prisional. Nessa disciplina pude conhecer algumas produções acadêmicas sobre a educação nas prisões, que hoje ainda compõem a minha referência bibliográfica. Foi na busca de mais estudos e debates sobre a atuação das escolas no processo de encarceramento que me vi cada vez mais envolvida com o tema, seja por pura empatia e identificação aos processos históricos e sociais que envolviam a educação no sistema prisional seja pelos aspectos que abrangem toda a invisibilidade da EJA como modalidade da educação básica.

Nos períodos finais da minha graduação, tive contato com o grupo Emancipa Degase do qual participei por 6 meses atuando com adolescentes em espaços socioeducativos. No Degase tive acesso e experiências com um outro público muito similar ao que eu buscava e pude conversar e discutir aspectos importantes sobre o sistema prisional com outros estudantes, inclusive de outras áreas profissionais. Foi através desses interesses que, em 2018, produzi minha monografia sobre a educação formal nos presídios femininos no Rio de Janeiro – “Educação formal no sistema prisional feminino no estado do Rio de Janeiro” e realizei uma apresentação² de trabalho na Jornada de Iniciação Científica (JIC) da UFRJ.

Acho importante destacar que, além do meu interesse em pesquisar sobre a escola nos presídios e a Educação de Jovens e Adultos, o meu ponto de interesse principal sempre foram as discussões referentes ao gênero feminino dentro desses espaços prisionais. Esse foi um interesse que nunca se desfez mesmo após a graduação quando atuei exclusivamente com a educação infantil.

Em 2021, entrei no processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na busca de conseguir me aprofundar nos estudos e contribuir com as produções sobre a educação no cárcere. Foi durante esse processo de formação que tive contato com profissionais que pacientemente dividiram comigo seus conhecimentos sobre os processos de pesquisa na escola na prisão, pude participar e apresentar trabalhos em eventos que auxiliaram minha formação, incluindo o VI Encuentro Internacional de Tesistas e Investigadores en Temáticas de Cárceres y Acceso a derechos Educativos³, na Argentina e também realizei o estágio docência com o Prof. Dr. Renato Pontes na disciplina de Educação de Jovens e Adultos da graduação de pedagogia da PUC-Rio.

² PRIMEIRAS FORMULAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO FORMAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DO RIO DE JANEIRO.

³ AS PRIMEIRAS FORMULAÇÕES SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE UMA ESCOLA NA PRISÃO FEMININA DO RIO DE JANEIRO.

Todas essas etapas contribuíram expressivamente para realização desta dissertação e enriqueceram o meu processo formativo.

1.2. Objetivos de pesquisa

Esta pesquisa tem como finalidade contribuir com as produções acadêmicas sobre a educação nos cárceres femininos, com o intuito também de aprofundar os debates sobre a condição feminina em escolas nas prisões e propõe abordar as possíveis atuações e perspectivas sobre gênero na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Temos como objetivo geral: **identificar e analisar formas de abordagens da condição feminina em práticas pedagógicas em uma escola prisional feminina do Estado do Rio de Janeiro.**

Objetivos específicos:

- Identificar e descrever práticas pedagógicas, implementadas no presídio feminino que abordam a condição feminina.
- Analisar materiais didáticos que dão suporte às práticas pedagógicas, buscando identificar a presença de abordagens da condição feminina.
- Identificar possíveis abordagens da condição feminina por parte das alunas e o modo como o/a professor/professora lida com o assunto.

2. Educação para privados de liberdade

2.1. Relações institucionais

Em busca de entender as relações institucionais para o funcionamento da escola dentro de espaços prisionais, temos o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Rio de Janeiro/2021, que começou a ser construído no III Congresso Estadual de Educação - em 2019 - por profissionais que atuam nas unidades de educação que atendem às pessoas privadas de liberdade. Esse Congresso teve como objetivo de debater e aprovar as

metas e estratégias para o novo Plano Estadual de Educação - PEE. Participaram da confecção desse plano, instituições públicas e privadas:

- Secretaria de Estado de Educação – Seeduc RJ
- Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – Seap
- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ
- Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – DPRJ
- Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro – CEE
- Conselho Estadual Penitenciário
- Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro- VEP/
Conselho Comunidade

Entre as diretrizes e objetivos para a educação no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro, estão o fomento à atividade educacional, buscando o desenvolvimento humano e a reintegração social, além da formação continuada dos profissionais das unidades escolares que atendem às pessoas privadas de liberdade e egressas. Outros aspectos também mencionados são a ampliação de ofertas de atividades educativas não formais como as culturais e esportivas; investir na infraestrutura das unidades escolares com objetivo de garantir educação de qualidade, evitando a evasão, abandono e reprovação; ampliar o número de inscrições em oficinas de qualificação profissional bem como o número de inscrições nos exames nacionais do ENEM e Encceja.

Para efetivar o direito educacional considerando as especificidades do contexto prisional, o Decreto nº 42.838 de 04/02/2011 modificou a estrutura da Secretaria de Estado de Educação – Seeduc. As unidades escolares dentro dos espaços prisionais da Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP recebem assistência, orientação, apoio, auxílio e supervisão da Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (Diesp), que é instituída para atender as complexidades e necessidades de cada região do estado. A Diesp orienta sobre os diferentes níveis de educação destinada às pessoas que cumprem medidas de segurança, dando ênfase à descentralização de rotinas e possuindo o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento do trabalho técnico-pedagógico voltado para a aprendizagem dos alunos.

Todo o trabalho pedagógico atende às Diretrizes e Resoluções emanadas pelas instâncias Federais: Ministério da Educação - MEC e Conselho Nacional de Educação – CNE, às Resoluções, Portarias e da Secretaria de Estado de Educação - Seeduc e às Deliberações e Pareceres do Conselho Estadual de Educação - CEE norteiam a Educação nas Prisões Estado do Rio de Janeiro e em todo território nacional. (Rio de Janeiro, pág. 8, 2021)

Com o intuito possibilitar maior praticidade ao gerenciamento escolar, a Seeduc criou o Sistema Conexão Educação que é um sistema eletrônico de gestão que tem como objetivo auxiliar diretores, professores e toda a comunidade escolar a compreender o processo de ensino-aprendizagem de forma mais dinâmica. O sistema conexão apresenta como principais finalidades a redução de evasão escolar, informações em tempo real sobre frequência, mais eficiência e agilidade na comunicação com os responsáveis e envolvimento de todo o corpo docente das escolas.

As escolas localizadas nas prisões estão incluídas no Sistema Conexão e possuem o acompanhamento das avaliações e frequência dos alunos, auxiliando os docentes e a equipe pedagógica, segundo esclarecido no Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, a estrutura de organização da Seeduc é exposta da seguinte forma:

Os registros escolares são monitorados e acompanhados pela Subsecretaria de Gestão Administrativa e a inserção das informações referentes às salas anexo/extensão no Censo Escolar é atribuída à Subsecretaria de Planejamento e Ações Estratégicas. Os dados bimestrais de rendimento e frequência são de competência da Subsecretaria de Gestão de Ensino. A manutenção e atualização da base de dados sobre ações educacionais são de competência da Subsecretaria Executiva responsável pelos sistemas, infraestrutura, suporte e tecnologia da informação. O Sistema de Controle Acadêmico (SCA- Diesp), da Fundação Cecierj monitora o rendimento dos alunos das escolas semipresenciais em consonância com o Sistema Conexão Educação da Seeduc. (Rio de Janeiro, pág 11, 2021)

O Termo de Cooperação Técnica nº 02/2011 assinado entre a Seeduc RJ e a Seap busca estabelecer as competências e atribuições de cada Secretaria quanto ao oferecimento da Educação Básica aos internos das unidades prisionais da SEAP, normatizando regras e procedimentos. Porém, há um consenso entre as duas secretarias sobre a necessidade de um documento mais específico que aborde todas as situações do cotidiano dentro da unidade prisional.

O Termo evidencia que as competências da Seap são relacionadas à criação e funcionamento das instalações das unidades escolares; garantia de segurança e assistência aos profissionais; conservação dos equipamentos mobiliários como patrimônio da unidade escolar e liberação dos internos matriculados, respeitando a carga horária determinada. Já a Seeduc, fica responsável por ministrar a Educação Básica em todas as Unidades Escolares que funcionam nos espaços da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), em consonância com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e aos Artigos 17 e 18 da Lei nº 7.210 – Lei de execução penal – LEP; equipar as unidades escolares com mobiliários, materiais pedagógicos e didáticos, definir metas, diretrizes e dinâmicas no desenvolvimento de programas que estabeleçam uma política pedagógico-administrativa de modo a atender às especificidades das Unidades Escolares que se encontram nos espaços prisionais da Seap, entre outras (ANEXO I).

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas do Rio de Janeiro prevê a ampliação da oferta de atividades educacionais e abarca o quadriênio 2020-2024. Nesse sentido, a oferta de educação formal e não-formal, a realização de exames nacionais, eixos estruturais (bibliotecas, salas de aula etc.), capacitação profissional e continuidade/progressão dos estudos aos egressos são atribuídas à Seap/Seeduc. O monitoramento e a avaliação das ações previstas no Plano Estadual de Educação nas Prisões no Estado do Rio de Janeiro são feitos pelo GT/Comitê Estadual de Educação Prisional (instituído pela Resolução Conjunta N°5624 de 20/03/2018) composto por:

- Secretaria de Estado de Educação – Seeduc
- Secretaria de Administração Penitenciária – Seap
- Defensoria Pública - RJ
- Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro- CEE
- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPERJ
- Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro/ Conselho Comunidade

É importante sinalizar que o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações são por meio de visitas semestrais aos espaços educacionais nas prisões e da elaboração de um relatório técnico em que constem as metas cumpridas, resultados e recomendações de ajustes para o aprimoramento educacional, caso seja necessário.

2.2. A EJA dentro dos espaços prisionais

Para entender melhor as questões relacionadas à educação no sistema prisional feminino, é preciso compreender a sua estrutura, o seu funcionamento e algumas das relações e políticas públicas existentes na escola instalada na prisão. A prisão é a instituição encarregada de afastar da sociedade os indivíduos que romperam com as leis constitucionais, é considerado um local misterioso, sem muitas informações e com pouco interesse sobre o seu real funcionamento. Tudo isso somado resulta em um estigma carregado de preconceitos sobre o seu ambiente.

Para as mulheres encarceradas, a situação se demonstra ainda pior, pois elas têm sido negligenciadas pelas políticas destinadas à população prisional, habitando um ambiente que não foi preparado para recebê-las e muito menos para compreender suas necessidades específicas. A invisibilidade é formada pela “precarização da situação feminina nos presídios brasileiros, tanto pelo aumento expressivo dessa população nos últimos anos, como pela normalização da ótica masculina no planejamento de políticas e no dia a dia intramuros” (MUNIZ; LEUGI; ALVES, 2017. p.9). São poucos os presídios construídos especificamente para receber mulheres, a maioria surgiu após adaptações em prédios destinados a outros fins. Com isso, é fácil compreender os dados do INFOPEN MULHERES (2018) que indicam que apenas 7% dos estabelecimentos prisionais são destinados ao público feminino e outros 16% são caracterizados como mistos, o que significa que podem contar com alas/celas específicas para o aprisionamento de mulheres dentro de um estabelecimento originalmente masculino.

Nos relatórios da Infopen, os perfis das mulheres submetidas ao cárcere são de jovens, com filhos, responsáveis pela provisão do

sustento familiar, possuem baixa escolaridade, oriundas de classes sociais desfavorecidas economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento.

A educação possui o papel de promover ao indivíduo um desenvolvimento pleno como cidadão, proporcionando condições necessárias em uma formação intelectual e moral para a sua inserção na sociedade, acreditando que assim norteiam e preparam o indivíduo para viver a coletividade. No contexto da educação, na política de execução penal, a oferta educacional se propõe a:

"concretizar as políticas públicas que visem tornar o aprisionamento um momento de aprendizagens significativas e que contribuam com a (re)construção de um projeto de vida para quando o aprisionado recuperar sua liberdade." (Onofre e Julião, 2013, p. 52)

Diante disso, mesmo com uma imagem negativa, dentro das intuições de privação de liberdade existem escolas destinadas à assegurar o cumprimento dos artigos 17 a 21 da Lei de Execução Penal (nº 7.210 de 1984), que afirmam que a população carcerária possui o direito à assistência educacional, isto é, à instrução escolar e à formação profissional. A Lei de Execução Penal se organiza numa perspectiva que compreende o acesso à educação como um direito de qualquer ser humano e, por isso, atenderia também às diretrizes propostas pela Organização das Nações Unidas - ONU, como, por exemplo, o documento internacional Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Recluso (Regras Nelson Mandela), que estabelece o que geralmente se aceita como sendo bons princípios e práticas no tratamento dos reclusos e na gestão dos estabelecimentos prisionais. Nele se defende que:

"as administrações prisionais e demais autoridades competentes devem proporcionar educação, formação profissional e trabalho, bem como outras formas de assistência apropriadas e disponíveis, incluindo aquelas de natureza reparadora, moral, espiritual, social, desportiva e de saúde". (ONU, 1957, p.19).

É importante destacar que o acesso à educação dentro dos espaços prisionais não se inicia com a formalização da lei. Segundo Julião (2003; 2011), as primeiras experiências de educação para jovens e adultos no sistema penitenciário foram promovidas por voluntários sensibilizados com a falta de escolaridade dos aprisionados e, na maioria dos casos, mobilizados por organizações religiosas e não governamentais. Essas ações eram basicamente projetos pontuais e improvisados, sem apoio de gestores ou do próprio Estado. O autor nos contextualiza que, aos poucos, alguns estados optaram por regulamentar determinados projetos e usufruir de escolas próximas às unidades penais, entretanto, assumiram a coordenação e incorporaram ao sistema pessoas sem qualquer experiência no magistério. A proposta educacional prevista na Lei de execução penal é interpretada distintamente pelos diversos estados; o Rio de Janeiro foi o pioneiro em ofertar escolas exclusivas nas unidades penais, visando a alfabetização e a elevação da escolaridade, sendo um dos poucos estados que reconhecem e investem na remição de pena pelos estudos, já que esta, durante muito tempo, não estava regulamentada na Lei de Execução Penal.

Buscamos aqui descrever os marcos legais nacionais que garantem a educação de jovens e adultos em privação de liberdade, principalmente os que atendem ao estado do Rio de Janeiro, onde a pesquisa foi realizada. A Constituição Federal Brasileira (1988) é o principal documento que garante os direitos sociais dos cidadãos e descreve a educação como um direito de todos e dever do estado e da família, destacando, ainda, como um princípio básico a igualdade pelas condições de acesso e permanência na escola.

Seguindo este encadeamento, o acesso à educação no sistema prisional não deve ser de forma algum tratado como um privilégio ou uma recompensa, é um direito sem restrições sobre de idade, gênero, religião, etnia, situação financeira ou jurídica, sendo então retratado como um elemento da dignidade humana e deve ser efetivado como tal. O Estado tem o dever de fornecer as oportunidades para a formação das pessoas

privadas de liberdade, já que, uma vez que o sujeito está recluso, este se torna sua responsabilidade.

Com o objetivo de direcionar o sistema educacional brasileiro, nós temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394 de 1996 que afirma, logo no art.1º, que a educação abrange outros processos formativos além da educação escolar, ou seja, corrobora com o que é desenvolvido pela Constituição Federal, visando o desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania. Embora a LDBEN não traga diretrizes específicas sobre a educação em espaços de privação de liberdade, é um dos documentos que retratam a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica e aponta como um dever do estado a " oferta de educação escolarregular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola" (LDBEN, 1996, Inciso VII do art. 4). Compreendemos que a EJA é a modalidade de ensino que atende a educação de pessoas em privação de liberdade, exposto na seção V - artigo 37 da LDBEN, uma sequência de normas que regulamenta o acesso ou continuidade de estudos para aqueles que não conseguiram concluir na idade própria. A LDBEN reconhece as especificidades existentes e detalha como assegurar as oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado.

A LDBEN auxilia na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) das diferentes modalidades de ensino, as DCNs são um conjunto de definições sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que “estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.” (DCNs pág 4, 2013). As diretrizes buscam promover a equidade de aprendizagem, garantindo que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos e ainda continuam valendo mesmo após a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo ambos documentos complementares.

Enquanto as DCNs buscam dar estrutura e possuem o objetivo de orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, assegurando a formação básica fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a BNCC tem a função de especificar as habilidades com o que é essencial ser desenvolvido pelos estudantes ao longo de toda a escolaridade básica e não inclui a educação de jovens e adultos⁴.

Quando buscamos analisar a LDBEN, não é identificado nenhuma pauta que especifique e garanta o direito educacional de pessoas em privação de liberdade. Essa omissão é corrigida apenas no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, visando a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis. Nele são apresentados diagnósticos, metas e diretrizes na modalidade EJA e destacado o público heterogêneo que a compõe, sendo necessário diversificar os programas. A educação de pessoas privadas de liberdade é formalizada como uma das diversas especificidades existentes na EJA e é mencionada na meta 17 que procura promover a implementação de programas de educação, nível fundamental e médio, assim como de formação profissional para jovens e adultos em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores (Silva, 2019)

Como aponta Silva (2019), o PNE de 2001 assume uma grande importância nas diretrizes da Educação de Jovens e Adultos por trazer metas que afirmam a garantia do direito à educação em espaços de privação de liberdade. Visando o conceito de desenvolvimento contínuo, o documento altera a concepção tradicional da EJA e busca inserir a população no exercício pleno da sua cidadania e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho. No PNE de 2014, a EJA em espaços de privação de liberdade é novamente reafirmada, dessa vez, a partir das metas 8 (Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29

⁴ Existe um debate sobre a Educação de Jovens e Adultos na BNCC, entretanto, foge dos objetivos deste trabalho aprofundar sobre o tópico em questão. Nos últimos anos, ocorreu uma movimentação política com os pareceres PARECER CNE/CEB Nº: 6/2020, Parecer CNE/CEB nº 1/2021 e RESOLUÇÃO N o. 01/2021 DE 25 DE MAIO DE 2021

anos), 9 (Alfabetização e Alfabetismo funcional de jovens e adultos) e 10 (EJA integrada à educação profissional.)

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI) também direcionou a atenção às políticas educacionais para a educação de jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade. As Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (Parecer CNE/CEB nº 4/2010, aprovado em 9 de março de 2010 - e Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010) considera as responsabilidades do Estado e da sociedade para garantir o direito à educação para jovens e adultos nos estabelecimentos penais e expõe no artigo 2º:

"As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem ser calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança." (BRASIL,2010)

As diretrizes para a oferta de educação nas unidades prisionais, sem dúvida são um marco importante em toda a complexidade que é a consolidação da EJA nesses espaços, deixando explícito que o direito à educação é garantido aos presos independente dos regimes aplicados. Além disso, ainda estende nos outros artigos definições acerca do financiamento através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), ações complementares de cultura como programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas nas instituições penais e promove programas e projetos de fomento à pesquisa sobre o valor da educação em espaços de privação de liberdade. As regulamentações são em prol do reconhecimento do direito à aprendizagem de todas as pessoas encarceradas, proporcionando-lhes informações e acesso aos diferentes níveis de ensino e formação. As diretrizes afirmam nos artigos 5, 6, e 7 sobre a responsabilidade dos

Estados, o Distrito Federal e a União na gestão da educação no contexto prisional, demonstrando a importância e o compromisso com as especificidades da educação no ambiente prisional assim como o incentivo de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais.

Julião (2016) descreve que ocorreram muitos avanços nos marcos legais quanto à oferta escolar adequada às necessidades dos sujeitos em privação de liberdade, como por exemplo, a lei que dispõe sobre a remição de pena por estudo ou trabalho (Lei nº 12.433/2011-BRASIL,2011a), o Decreto Presidencial nº 7.626 (BRASIL, 2011b), que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional - PEESP e as diretrizes básicas para arquitetura prisional (Resolução CNPCP nº 09 – CNPCP,2011). Estas últimas determinam a previsão de construção de novas unidades penais com edificações que tenham o aproveitamento de ventilação e iluminação natural, sejam de fácil acesso e possuam um *layout* que minimize a sensação de opressão e os efeitos da prisionalização, bem como construção de módulos educativos, esportivos, religiosos e laborais.

A lei de remição assume o papel ressocializador, a educação nos espaços prisionais, determinando a remição de pena por estudo em atividades presenciais ou na modalidade de ensino a distância. A referida lei é também um direito ao condenado que cumpre pena em regime aberto, semiaberto e o que usufrui da liberdade condicional, desde que sejam certificadas pelas autoridades educacionais competente.

A lei em questão determina que será remido 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar. O condenado também tem direito a acréscimo de um terço no total se concluir o ensino fundamental, médio ou superior durante o período de cumprimento da pena. Entretanto, Melo (2014) sinaliza que o trabalho e os estudos são atividades concorrentes por não ser possível realizar as duas, sendo comum priorizarem o trabalho. A autora lista algumas razões que explicam essa preferência: 1- o tempo remido é desigual, devido ao turno de três horas e meia oferecido pelas escolas que acarreta um tempo mais longo para

concluir as doze horas; 2 - a remuneração pelo trabalho e 3 - não conseguir conciliar os horários.

Almeida (2013) também expõe contradições na escolha da escola e trabalho vividos pelas mulheres, sendo possível compreender as percepções que elas possuem sobre a escola na prisão. São apresentadas mais barreiras para a escolha da instituição escolar: " a importância da formação profissional como trampolim para conseguir um emprego e a falta de esperança na educação como *locus* de transformações" (Almeida, 2013, p. 138). A autora afirma que os problemas da vida na prisão sobrepõem-se ao desejo de terminar a escola e reflete sobre o papel da educação e seus limites e possibilidades no espaço prisional, ao pensar em uma escola construída com diferentes alternativas e mais orientada para as necessidades dos alunos.

2.3. Privar e Ressocializar

Como já foi citado anteriormente, a legislação brasileira atende às perspectivas da ONU. Julião (2016) argumenta que no campo legal somos reconhecidos internacionalmente pelos avanços para a política de restrição de liberdade. Analisados de forma positiva, apresentamos concepções que reconhecem os sujeitos como cidadãos e somos vistos como referência por vários países da América Latina. Ainda assim, a efetivação das políticas deixa muito a desejar. O Brasil não consegue atender às próprias requisições e apresenta uma oferta educacional precária com um alto número de encarcerados analfabetos e/ou que não concluíram o ensino fundamental sem acesso ao direito educacional.

Atender as especificidades e promover a reintegração são tópicos quase sempre citados nos documentos que visam a garantia de educação para jovens e adultos nos estabelecimentos penais. Nas normativas com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação, são expostos objetivos com o propósito de contribuir com a universalização da alfabetização, promover a formação e capacitação dos profissionais e viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos.

A educação nos espaços prisionais conserva o objetivo de reinserção social, o conceito de reintegração vem trabalhado na ideia de inclusão social, recuperar e ressocializar o delinquente. A ressocialização surge como uma possibilidade de extinguir a punição por tortura, entretanto, diante de uma realidade em que se reproduz um sistema essencialmente punitivo, o processo ressocializador tem encontrado dificuldades diante das constantes violações dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade. Melo (2014) afirma que as violações são acontecimentos corriqueiros, visíveis pela negação de atendimento médico e hospitalar, precarização do acesso aos estudos e constantes maus tratos cometidos pelos agentes penitenciários.

O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, um órgão público vinculado à ALERJ, fiscaliza através de visitas periódicas e regulares nos espaços de privação de liberdade, as condições em que se encontram submetidas as pessoas privadas de liberdade com o intuito de prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis. O relatório apresentado em 2012, mencionado por Melo (2014), ratifica a preocupante situação de superlotação dos presídios fluminenses. Em 2015, foi divulgado o relatório “Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade”, que é destinado especificamente para as condições em que se encontram submetidas as mulheres. Além de muitos estabelecimentos apresentarem uma situação superlotação e problemas com a estrutura, o relatório aborda outros problemas agravantes como a falta de água potável para o consumo, distribuição precária de uniformes, casos de alimentação estragada, precariedade no quadro de funcionários de saúde e a pouca distribuição dos materiais de higiene (Souza,2019).

Em 2022, foi lançado o relatório denominado "Se põe no seu lugar de presa": violações de direitos humanos de meninas e mulheres em privação de liberdade no Rio de Janeiro. É apresentado como uma atualização do relatório de 2015, trazendo inclusive elementos comparativos. O documento detalha os contextos de cada unidade de privação de liberdade feminina, destacando questões relacionadas à arquitetura, vagas, regimes, educação, trabalho, maternidade, saúde, violências e LGBTQIA+FOBIA. Ao apresentar as mais recentes condições

de tratamento nos cárceres femininos, identifica-se que os problemas expostos anteriormente permanecem descritos pelo MEPCT-RJ, incluindo ainda problemáticas com um intenso movimento de realocação das reclusas nos mais diversos espaços prisionais (iniciada, principalmente, em decorrência do COVID-19) que apresentaram ser espaços precários e sem quaisquer respeito aos seus regimes penais

A prisão é um ambiente de estrutura autoritária e rígida, com atividades programadas, em que o recluso precisa se adaptar aos padrões que ali são impostos, se desfazendo de sua identidade livre, os reclusos precisam sobreviver aos padrões de vida na prisão e compreender organicamente as regras de convívio daquele espaço. "Para 'proteger-se', o indivíduo assume posturas e discursos que dele se esperam, driblando valores e normas, usando máscaras, resistindo silenciosamente, buscando o confronto para sobreviver" (Onofre, 2007, p.18)

Almeida (2013) sinaliza que as mulheres privadas de liberdade têm o seu direito à palavra negado, demonstrando que as políticas públicas de inclusão social somente poderão garantir um processo ressocializador quando efetivamente buscarem compreender os sujeitos inseridos e suas realidades, necessidades e aspirações. Para as mulheres, a precariedade do sistema conduz "à instabilidade quanto às expectativas da reintegração às redes sociais de pertencimento" (MATTOS; ALMEIDA; CASTRO, 2011, p. 42)

Se a prisão tem a finalidade de privar um indivíduo da liberdade visando o seu retorno futuro ao convívio social através de um processo de reeducação, é possível compreender que a situação degradante e desumana em que os reclusos são submetidos prejudica ou inviabiliza o cumprimento desse objetivo. Gonçalves e Amorim (2022) apresentam uma breve análise do relatório Reentradas e reiterações Infracionais — Um olhar sobre os Sistemas Socioeducativo e Prisional Brasileiros, lançado em 2020 pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, demonstrando que o percentual geral de reincidência criminal é de 43,50%. Este número expressivo representa quase a metade da população carcerária brasileira, deixando exposto que a ressocialização não está ocorrendo de forma efetiva. Vale ressaltar que

o estado com o maior índice de reincidência (superior a 70%) é o Espírito Santo que segundo os autores, é um sistema penitenciário conhecido pelas constantes violações a direitos humanos e pelo alto índice de superlotação

A concepção da educação como um meio de promover a integração social que ofereceria aos reclusos a possibilidade de um futuro melhor também apresenta uma outra função: preencher o tempo ocioso, ou seja, a possibilidade de entrarem em contato com mais pessoas, se comunicarem e relacionarem com o mundo externo. A escola se torna uma fuga do controle exercido pela prisão, "o aprisionado aponta a escola como um espaço onde se sente mais livre, onde conversa com os colegas de todos os pavilhões e com os professores" (Onofre, 2007, p. 20)

2.4. Professor aprisionado

Ao refletir sobre uma instituição escolar prisional é automático levar o pensamento ao espaço físico e aos alunos que de fato apresentam características diversas e complexas, mas é preciso compreender que existe o vínculo da oferta educacional com o trabalho docente nesses ambientes. Os professores que atuam dentro das escolas prisionais são inseridos no projeto de reinserção do sujeito privado de liberdade, se tornam os personagens principais quando discutimos sobre o trabalho pedagógico exercido ao lidar diretamente com as especificidades do ensino na prisão.

As condições de aprisionamento relacionadas ao processo de ensino e aprendizado trazem inúmeros obstáculos para a docência. Por ser um ambiente que pode ser considerado agressivo e com medidas disciplinares que atrapalham significativamente a efetividade da garantia do direito educacional, o professor enfrenta o desafio de contribuir com o processo de formação dos sujeitos em condições muito adversas, estando atento às demandas sociais e, principalmente, para uma formação cidadã.

As importantes elaborações das políticas públicas voltadas para o cumprimento dos direitos educacionais em espaço de privação de liberdade propõem a formação e valorização dos profissionais envolvidos nesta oferta, compreendendo que, quando preparado adequadamente, o

docente realiza práticas pedagógicas que ajudam a superar os desafios existentes nesse ambiente e pode contribuir indiretamente para a “integração social”. As diretrizes para EJA em espaços de privação e restrição de liberdade abordam o contexto de atuação dos profissionais de educação e citam o tratamento indigno que caracteriza a desumanização dispensada à população carcerária como um fator principal para discursos que entendem a educação como um benefício ou privilégio.

Encarando o estabelecimento penal como um ambiente que pune mais do que recupera, entende-se que a educação e o seu potencial sejam minimizados, dificultando a prática educativa, uma vez que, segundo o Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras, também mencionado nas diretrizes, consta que a educação, muitas vezes, é vista como moeda de troca entre os gestores e encarcerados numa tentativa de manutenção da ordem disciplinar. O atendimento educacional é interrompido quando há brigas ou revistas nas celas, não há vagas que atendam o número total de interessados e muitas escolas apresentam problemas de qualidade como falta de material e infraestrutura inadequada. É importante destacar que diante deste cenário desfavorável, que dificulta a formulação de espaços educacionais na prisão, os alunos em situação de privação de liberdade carregam histórias em que provavelmente já foram excluídos do sistema educacional antes mesmo de estarem na prisão.

Onofre (2007) analisa os aspectos arquitetônicos das prisões descrevendo como instituições disciplinares, de vigilância, violência e punição, dificilmente conseguirão compensar as carências do encarcerado. Essas pessoas fazem parte da população pobre, advindos de modelos econômicos excludentes e que, ao serem presos, são reduzidos à categoria de marginais, bandidos e considerados como duplamente excluídos

As diretrizes para EJA em espaços de privação e restrição de liberdade defendem que a inclusão de temáticas que abordam questões como direitos humanos e combate ao racismo, sexismo, intolerância religiosa, entre outras discriminações podem ser relevantes para a educação nas prisões:

Para alcançar essa mudança, tornam-se relevantes programas de formação para educadores, gestores, técnicos e agentes penitenciários que auxiliem na compreensão das especificidades e da importância das ações de educação nos estabelecimentos penais. (BRASIL, 2010, p.312)

O artigo 11 (Resolução nº 2 de 19/05/2010 / CNE) reforça a necessidade de os docentes serem profissionais do magistério, devidamente habilitados e com remuneração condizente com as especificidades da função. A Resolução informa, inclusive, que uma pessoa em privação de liberdade, caso possua um perfil adequado e receba uma preparação especial poderá atuar como apoio ao profissional, mas não deve substituir seu trabalho.

As dificuldades de atuação dos gestores e profissionais da educação são relatadas nas DCNs como uma carência comprovada na formulação do currículo dos cursos de pedagogia e licenciaturas, onde há uma falta de investimentos na introdução de temas diversos como políticas sociais ou projetos de extensão e pesquisas que incentivem a maior compreensão de operação nestes espaços. A importância do processo de formação continuada por parte dos docentes vem também da percepção de práticas e materiais didáticos considerados inadequados ao público atendido; não é incomum, por exemplo, ver materiais produzidos para o público infantil e não para EJA.

Além disso, a prisão é um espaço social de extrema tensão, com muitos conflitos, inclusive entre os profissionais que atuam no sistema penitenciário e os profissionais da educação, onde um grupo encara as atividades exercidas pelo outro como “desqualificadas”, gerando uma comunicação e convivência complexas. Se, por um lado, as atividades realizadas pelas escolas dependem quase que cotidianamente de consentimentos e prévia autorização da gestão da unidade penal, que zela pela segurança e geralmente impede qualquer atividade criativa docente, por outro lado, alguns profissionais da educação pouco compreendem e respeitam a rotina de segurança e a denunciam como excessiva.

No Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional - PEESP, promover a capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais é apresentado

como um dos seus objetivos e compreendida como competência do Ministério da Educação (artigo 6º) a capacitação de professores e profissionais da educação, bem como a distribuição de livros didáticos e acervos de bibliotecas, aparelhar e equipar os espaços destinados às atividades educacionais. O plano também menciona, já como competência do Ministério da Justiça (artigo 7º), a orientação de gestores do sistema prisional para a importância da oferta de educação nos estabelecimentos penais.

Nesta direção, percebemos que os docentes atuantes na EJA prisional enfrentam uma dupla desvalorização e precarização do seu trabalho quando ao assumir as salas de aulas, precisam solucionar problemas que vão além dos que possivelmente encontrariam em uma escola fora do presídio. Penna (2016) sinaliza que a realização dos objetivos educacionais na escola prisional exige dos professores a reflexão sobre os seus papéis desempenhados, locais em que atuam e dos limites e possibilidades da educação nesse contexto. A autora aponta que os professores devem passar por uma formação que abarque questões sobre o cotidiano prisional e a EJA e questiona a pouca quantidade de cursos de formação de professores que trazem disciplinas ou atividades voltadas à EJA e assim, ignoram também as especificidades que a envolvem, perpetuando a negligência destinada ao processo de formação da população de jovens e adultos.

Silva (2019) busca compreender a entrada dos professores na EJA da prisão, visto que a atuação é através de concurso público ou transferência de matrícula caso exista vaga. A maioria dos professores entrevistados não sabiam sobre a educação dentro dos espaços de privação de liberdade, sendo diversos os motivos pelos quais entraram na escola prisional, os docentes afirmam total desconhecimento da vaga. Paiva (2007, p. 58) revela que muitos professores não fizeram a escolha de atuar nos presídios, mas sim que aspectos procedimentais do sistema educacional os levaram até lá, que é preciso acolher professores motivados para trabalhar em locais diferenciados e assim contribuir com o processo de aprendizado dos reclusos em privação de liberdade. Declara que escolas de EJA, seja prisional ou não, devem ser sempre

diferenciadas pelo respeito às diversidades e histórias de vida dos que acolhem, além das expectativas quanto ao um projeto de estudo como um caminho de “reconciliação com processos de aprendizagem”

Diante do panorama de formação inicial e continuada do docente na EJA prisional, nos vemos diante de um espaço contraditório exercido pela prisão que desempenha um papel punitivo e ressocializador, em que alguns professores não possuem uma formação inicial adequada e encontram dificuldades para lecionar em um ambiente repressivo. Onofre e Menott (2016) definem que nem sempre os professores sabem lidar com a EJA e, sobretudo, não conhecem o contexto prisional e suas rotinas, necessitando de uma formação continuada que contribua na superação dos dilemas vivenciados na prisão e conscientizar-se que não pode ignorar os saberes acumulados por seus educandos ao longo da vida.

As autoras assumem que o professor deve estar comprometido com a educação, se posicionando frente às questões sociais que envolvem seus alunos e acreditando nas aulas como ferramentas de transformação e conscientização. O professor deve estar preparado para lidar com o contexto prisional e estar consciente do seu papel para que suas práticas educativas sejam consolidadas nesses espaços.

3. Tristes, loucas e más – Breve contexto históricos das prisões femininas no Brasil

O conceito de aprisionamento, penalidade e ressocialização feminina se estruturou de forma diferente do masculino e, por esse motivo, é imprescindível trazer o contexto histórico da formação das penitenciárias femininas no Brasil e principalmente o envolvimento do estado do Rio de Janeiro neste processo. O Rio de Janeiro foi um dos primeiros a construir presídios exclusivamente femininos.

No Brasil, principalmente enquanto colônia, vigoraram por aproximadamente 200 anos, as ordenações Filipinas como legislação responsável pelas práticas punitivas. Com fortes características de despotismo e privilégio religioso, apresentava, em seu livro V, penalidades cruéis que contribuíram com os ideais machistas, conservadores e

moralistas daquela época, não possuindo qualquer indício de aprisionar para ressocializar. O intuito era exclusivamente o de castigar e pagar pelo crime. De acordo com Holloway (2009) também era comum ter espaços dedicados para a punição exclusiva de pessoas escravizadas, chamados de calabouços, uma instalação militar localizada no pé do morro do Castelo no Rio de Janeiro, onde a maioria ali aprisionada era enviada por seus senhores para receber os açoites. Vale ressaltar que esse serviço de punição era pago pelos donos de escravos e existiam taxas por golpes e por tempo de aprisionamento, além de não ocorrer interesse ou perguntas sobre o 'crime' que foi cometido.

Segundo Holloway (2009), o calabouço permaneceu ativo como uma prisão específica para os escravizados até 1873 e apresentava as piores condições possíveis. Os presos sofriam com a escassez de alimentos e, quando os valores de suas penalidades ultrapassaram o que o dono acreditava ser merecido, eram abandonados e vendidos em leilões para recuperar as despesas administrativas da instituição. O Aljube, localizado no Morro da Conceição, era um cárcere eclesiástico que se tornou o principal cárcere para os "criminosos comuns", ou seja, os não escravizados. Cedido pela igreja, se tornou o alojamento da maioria dos presos, encarando também uma superlotação expressiva e condições insalubres, principalmente quando a corte portuguesa chegou ao Brasil e usou as instalações da velha cadeia (antiga instituição que abrigava os presos) para o alojamento de seus criados.

Holloway (2009) demonstra alguns dados das duas instituições citadas como as principais do Rio de Janeiro. No calabouço, chamam atenção os dados que indicam que a maioria dos aprisionados foram acusados por praticarem capoeira, já no Aljube, apenas 20% dos presos tinham uma sentença formal, ou seja, mais da metade estava presa sem nem ao menos saber quais seriam os seus destinos. Foi registrada também, em menor número, a presença de mulheres, igualmente maltratadas em ambas as instituições sem qualquer diferenciação de tratamento e alojamento.

De acordo com Carlos Aguirre (2009), nos meados do século XIX, o regime punitivo passou por transformações significativas e o modelo de

sistemas progressivos⁵ começou a ganhar forças, modificando as estruturas da punição atrelada à mão de obra dos presos. Com os processos de independência que ocorriam em diversos países da América Latina, na década de 1830 iniciou-se um debate sobre as reformas penais vivenciadas na Europa e nos Estados Unidos, construindo um novopadrão de encarceramento. A América Latina mostra tendência a “modernizar” seus modelos punitivos de controle social, mas a criação de regimes carcerários modernos não foi amplamente aceita já que essa mudança significava investir fundos em instituições penais, um cenário nada convincente, principalmente quando os castigos se mostravam uma penalidade eficiente.

Trazendo para o contexto do Rio de Janeiro, inicia-se em 1833, no atual bairro do Catumbi, a construção do complexo presidiário da Casa de Correção, o calabouço dos escravizados muda-se para a localidade com a principal função de servir de mão de obra na construção da própria prisão e de outras obras públicas, sua conclusão foi apenas em 1850 apresentando ao longo deste percurso muitas dificuldades financeiras e políticas (Holloway,2009).

A casa de correção do Rio de Janeiro apresentava, em seu primeiro regulamento, a ideia de que ela deveria ser destinada à execução da pena de prisão com trabalho no próprio estabelecimento. Na mesma direção, a Constituição de 1824 determinava que as instituições prisionais do império seriam “seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme as circunstâncias e natureza dos seus crimes” (Constituição do Império do Brasil,1824 art. 179 parágrafo 21)

Conforme Sant’Anna (2009) a casa de correção funcionou até 1930 e também apresentou significativos problemas, principalmente no início do século XX, com denúncias de maus tratos, corrupções e rebeliões que iam contra o próprio regulamento. Uma comissão destinada a investigar a administração da prisão elaborou um relatório ao então ministro da justiça

⁵ técnica de disciplinamento que utilizavam a mão de obra dos presidiários durante o dia mas apresentavam o diferencial de participação do detento na sua transformação de pena, ou seja, o preso com um bom comportamento poderia reduzir sua pena e ter melhorias de condições dentro do presídio.

da época, informando as condições precárias do ambiente, desordem na rotina e má contribuição para o desenvolvimento moral dos presos:

O que a comissão encontrou, e denuncia a V.Ex., foi um depósito de presos, onde tudo é primitivo e desordenado, praticado sem plano, sem conhecimento do que seja um sistema penitenciário que tem que ser executado em todas as partes, sem discrepância, harmonicamente, para poder atingir os seus elevados e humanitários fins [...] E para que fique bem firmado na memória de V.Ex. o que a comissão pensa, em resumo, ela dirá: A casa de correção não tem administração, não tem sistema, não tem moralidade ou melhor: Não há casa de correção.”

(Relatório apresentado pela comissão encarregada de sindicar fatos atribuídos à administração da casa de correção ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 2 de fevereiro de 1905, p 20 apud Sant’Anna, 2009, p. 285)

A casa de correção que foi criada para ser a prisão modelo do império brasileiro, esteve bem distante dessa realidade, principalmente quando enfrentou um extenso debate jurídico penal pelas propostas de avanços em relação às práticas punitivas predominantes, visando em “se transformar referência para a regeneração dos indivíduos criminosos por meio do trabalho, da religião e da educação” (Sant’anna, 2009 p.286). Nesse contexto de reestruturação do sistema penitenciário a pena de trabalho representou um processo de modernidade nas práticas punitivas com o intuito de regenerar.

É importante compreender que durante todo esse percurso histórico, em número significativamente menor, existiam mulheres prisioneiras. Angotti (2011) pontua que mulheres eram confinadas juntas aos homens e, ao dividirem a mesma cela, encaravam problemas de abusos sexuais, doenças, abandonos e promiscuidade.

Em 1921, foi criado o Patronato das presas, uma instituição "respeitável" composta pela Condessa de Cândido Mendes, mulher do presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, senhoras da sociedade carioca e irmãs da congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor d' Angers, cujo o trabalho era influenciado pelo modelo *Carcel de Mujeres*, presente em outros países como Argentina e Uruguai, cujo objetivo principal era o de proporcionar instalações dignas de uma prisão especializada para mulheres tendo o lema: "Amparar, regenerando".

O patronato demonstrava uma participação muito concentrada das congregações religiosas, principalmente na condução de casas para mulheres “desviadas”. Defendia e divulgava as ideias de um estabelecimento, de preferência agrícola, para as mulheres condenadas e alegava como fatores positivos o pouco gasto com o estabelecimento, já que caberia às próprias internas a produção daquilo que precisassem para sua subsistência, e que o pequeno número de presas não apresentaria dificuldades para o trabalho de controle (Soares e Ilgenfritz, 2002; Angotti, 2011).

As prisioneiras mulheres são mencionadas no relatório sobre a situação prisional brasileira feito pelo penitenciário⁶ José Gabriel de Lemos Britto, entre os anos de 1923 e 1924, que inclui o quantitativo e a situação de mulheres em alguns estados do Brasil. É neste relatório que a situação das mulheres privadas de liberdade é descrita e a partir daí surge uma preocupação do conselho penitenciário sobre o contexto prisional feminino visto que o mesmo se encontrava em um estado de precariedade alarmante.

Lemos Britto contribuiu para as diversas reformas penais e penitenciárias e se consagrou como uma importante figura do debate penitenciário do Brasil, ocupando diversos cargos na administração pública federal, entre eles, como professor na Faculdade Nacional de Direito e membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Soares e Ilgenfritz (2002) o descrevem como o principal ideólogo das prisões femininas no Brasil, sendo um autor que debate sobre um melhor destino das mulheres aprisionadas, que ficavam misturadas com criminosos do sexo oposto e com escravizados.

As autoras expõem que Lemos Britto não sugere uma construção de prisão nos moldes tradicionais da época, visando uma construção de reformatório especial que realizaria um tratamento específico para a mulher. Vale esclarecer que seus discursos e trabalhos eram enraizados

⁶ "Na maioria juristas e médicos, os penitenciários eram homens empenhados em pensar o cárcere, seu papel e funções na sociedade e as soluções para o seu funcionamento. A modernização da instituição prisional deveria, necessariamente, passar pelas reflexões, sugestões e projetos desses homens especializados na "ciência penitenciária". (Angotti, 2011, pag 68)

em um moralismo e conservadorismo muito impostos e validados daquela época, principalmente ao ser adepto aos conceitos difundidos pela Escola Positivista⁷, fundada pelos italianos Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garófalo.

Cabe mencionar também a atuação de Cândido Mendes de Almeida, outra figura do mundo jurídico que contribuiu expressivamente sobre a questão penitenciária feminina. Foi um professor, advogado, jornalista e presidente do Conselho Penitenciário do Distrito federal, que sugeriu a criação de uma penitenciária agrícola para as mulheres, um local onde seriam educadas nas práticas de trabalhos "próprios para as mulheres"⁸. Representou o país em inúmeros congressos internacionais penitenciários e, em 1928, identificou as estatísticas da situação de aprisionamento de mulheres na região sudeste do Brasil, faleceu em 1939 sendo sucedido por Lemos Britto na presidência do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Ambos acreditavam na reforma carcerária e chamavam a atenção para os problemas do encarceramento feminino no país, defendiam a concepção da individualização da pena e a readaptação social dos sentenciados, compreendendo que o confinamento em ambientes degradantes não eram as medidas condizentes com as teorias criminológicas modernas. (Angotti, 2011)

Somente na década de 1940, com a reforma penal e várias modificações administrativas e políticas brasileiras, alguns estados brasileiros se comprometeram com a criação de estabelecimentos penais exclusivos para mulheres. Uma comissão presidida por Lemos Britto e composta por importantes nomes da criminologia e psiquiatria como Heitor Carrilho e Roberto Lira acompanhou as reformas penais e processuais para o projeto de criação de uma Penitenciária Agroindustrial, Penitenciária de Mulheres e do Sanatório Penal.

Angotti (2011) nos contextualiza que as primeiras instituições penais femininas no Brasil foram o Instituto feminino de readaptação

⁷ Escola Positiva Italiana defendia o mal do delito como fatores patológicos e individuais.

⁸ "avicultura, apicultura, sericicultura, a pequena lavoura e a jardinagem" - As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil, Cândido Mendes de Almeida apud Soares e Ilgenfritz (2002)

social, em 1937 no Rio Grande do Sul, o Presídio de mulheres de São Paulo em 1941 e a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, em Bangu (1942). Destes, apenas a penitenciária de Bangu foi especialmente construída para abrigar exclusivamente mulheres, as outras foram adaptadas em espaços já existentes. A autora cita ainda sobre o atraso brasileiro em construções penais femininas, já que o primeiro da História ocidental é datado de 1645, em Amsterdã na Holanda, " que abrigava mulheres pobres, desrespeitosas, criminosas, bêbadas e prostitutas, bem como meninas mal comportadas que não obedeciam aos seus pais e maridos" (Angotti, 2011, p. 23). O resgate moral e da feminilidade, objetivando o aprendizado das tarefas femininas eram as principais metas daqueles que se dedicavam à segregação prisional por gênero.

Lemos Brito evidenciava a importância da separação de homens e mulheres, instalando-as em lugares afastados do convívio masculino para evitar interferências danosas, por discursar que: "a presença das mulheres exacerba o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando-lhes o martírio da forçada abstinência". Neste sentido, é perceptível que a origem da separação populacional carcerária é visando a ordem dentro da prisão masculina (SOARES e ILGENFRITZ, 2002; Lima, 1983).

Elça Mendonça Lima (1983), que pesquisou a criação do presídio feminino do Rio de Janeiro, expõe sobre um alto número de mulheres detidas na penitenciária de mulheres do Distrito Federal, atualmente com o nome de Instituto penal Talavera Bruce, porém informa um número extremamente reduzido de presas condenadas. Ou seja, indica uma alta rotatividade ocasionada por pena muito curta e prisões por vadiagem, com base no artigo 59 da lei das contravenções penais.

A autora afirma que a 'vadiagem' era uma das sanções penais que mais rotulava a prisioneira na época, sendo uma prisão simples, de 15 dias a três meses. Esta acabava dando margem para a prisão por prostituição, pois não se apresentava como uma forma "lícita" de trabalho, originalizando um controle e repressão que ocasionavam a entrada de muitas mulheres para o sistema prisional.

O forte controle dos lugares sociais ocupados pelas mulheres no contexto histórico da criação dos presídios femininos, tanto em cenário

nacional como internacional, nos permite compreender os aspectos presentes no processo de punição e ressocialização das mulheres criminosas. Pensar na história do presídio feminino é perceber que as perspectivas para a criação de uma instituição prisional que atendesse unicamente este público possuía como papel principal, o de tratar dos desvios do modelo padrão feminino socialmente aceito.

Não é à toa que as irmãs da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d' Angers foram, durante as primeiras décadas, as responsáveis pela administração de alguns dos estabelecimentos prisionais femininos do país. As irmãs tinham o propósito de zelar pela “moral e os bons costumes, além de exercer um trabalho de domesticação das presas e vigilância constante da sua sexualidade” (SOARES E ILGENFRITZ, 2002, p. 157).

Referente a este período, Lima (1983) analisa o Guia das Internas, aplicado pelas freiras do Bom Pastor nos presídios que administravam, tratava-se de um regulamento interno da penitenciária de mulheres. A autora destaca que o fato de ser uma prisão feminina administrada por religiosas faz com que tenham concepções morais específicas à condição feminina e evidencia o esclarecimento encontrado no relatório do ministro da justiça e negócios interiores de 1946: “O regime conforme estabelece o código é o mesmo da penitenciária dos homens, mas suas aplicações se afeiçoam à condição de suas habitantes” (Lima, 1983, p.68).

Lima (1983) aponta que a prisão feminina tem em seu regulamento um conjunto de regras relativas à prisão masculina e feminina, sendo esta última, feita como uma “adaptação”. O Guia impõe um controle do corpo e da alma que traduz a prisão como um espaço de salvação, um lar que terá o papel de transformar a mulher, através da religiosidade e da figura “biologicamente” pacificada, em dona de casa, mãe e submissa. A autora analisa que na parte referente ao trabalho, é explícito que o ofício doméstico é o mais abordado, existe a tentativa de convencer que é o trabalho mais adequado e o único ofertado. Almeida (2013, p 41) afirma que as atividades desenvolvidas pelas mulheres reforçam a condição de exclusão e vulnerabilidade, como uma forma de manter a condição feminina ligada a atividades domésticas.

De acordo com Lima (1983), a simulação da prisão como lar é exagerada, todas as atividades são submetidas a um rigor de controle intenso que busca manter a prisioneira no âmbito da domesticidade, a criminosa é pensada como “uma dona de casa imperfeita”. O controle do corpo e do impulso sexual também está presente, expressadas como algo quase que obsessivo, isto é, as técnicas de controle são detalhistas e repetitivas, demonstrando a intenção de tornar o ambiente prisional assexuado, negando a sexualidade de mulheres adultas. Para as freiras, a sexualidade é a força originária do pecado que vai contra a natureza domesticada da mulher o que faz do guia das internas “um manual que tem por finalidade reprimir os instintos sexuais e agressivos da mulher.” (Lima, 1983, p.71)

A mulher perde, ou talvez, nunca lhe tenha sido permitido ter, a sua individualidade e poder de decisão. É vista como uma menor, uma irresponsável, uma criança. Ao perder sua autonomia, a mulher não é só vista como uma adulta infratora:

Uma vez presa, a mulher passa a ser considerada não apenas como uma criança, mas como uma criança rebelde e desobediente que não merece explicações nem justificativas. E o que é pior, uma vez tendo passado pela prisão, será sempre julgada uma irresponsável que, quando mãe, não se preocupou com seus filhos (Lemgruber, 1983, p. 85)

Lemgruber (1983) aponta para as privações específicas às mulheres encarceradas. Sua pesquisa, assim como a de Lima (1983) realizada no presídio Talavera Bruce, descreve a privação de liberdade como a mais óbvia do indivíduo encarcerado. As mulheres passam pelo rompimento do contato com seus familiares, em especial, seus filhos e em alguns casos, são chefes de famílias que não possuem recursos o suficiente para mantê-los, perdendo a guarda. “As internas são praticamente abandonadas pela família. Visitas, às vezes frequentes no início, vão aos poucos rareando até serem finalmente interrompidas.” (Lemgruber, 1983, p. 84)

A situação de precariedade vivenciada pelos reclusos, sobretudo as mulheres, marcam a história prisional do Brasil. As mulheres ainda

vivem em um cenário que se desenvolve a partir dos conceitos patriarcais, moralistas e violentos de antigamente.

Pesquisadoras como Espinoza (2004), Lemgruber (1983), Lima (1983), Almeida (2013) e Angotti (2011) ressaltam que no panorama do aprisionamento e processos de "reabilitação social" dedicado a mulheres em espaços prisionais, os controles exercidos sobre os corpos femininos existiam para estimular uma volta da sociedade ao papel ideal que supostamente lhes cabia como mulheres, sendo recatadas, silenciosas e dedicadas apenas ao trabalho doméstico.

3.1. Quem são as mulheres presas atualmente?

O foco deste item é trazer uma apresentação dos dados referentes ao encarceramento feminino no Estado do Rio de Janeiro, pois é importante compreender quem são as mulheres que estão no sistema carcerário nos dias atuais. Para tanto, utilizaremos alguns dados dos relatórios do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), bem como as informações dos painéis interativos e do Relatório de Informações Penais (RELIPEN) ⁹que compilam os dados fornecidos pelas Secretarias de Administração Prisional de todos os Estados e Distrito Federal, coletados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).

No panorama nacional, temos uma população prisional de 834.874 pessoas, deste total, 644.305 estão em celas físicas em um sistema prisional composto por 1.384 unidades e uma capacidade para receber 481.835 pessoas, ou seja, é possível perceber um déficit de 162.470 vagas. Destaca-se também o número elevado de presos provisórios, que totalizam 180.205 pessoas. No aspecto estadual, o Rio de Janeiro é o terceiro estado com maior população carcerária e tem, no total, 47.619 presos, em 50 unidades que juntas possuem uma capacidade para 32.247 pessoas, um déficit de 15.372 vagas e 17.307 presos provisórios.

Redirecionando o olhar para os números do encarceramento feminino, o Brasil possui 27.375 mulheres presas em celas físicas,

⁹ Painéis interativos e o RELIPEN - Período de referência: Janeiro a Junho de 2023

representando um total de 4,25% da população carcerária, destas, 9.156 são presas provisórias. O Estado do Rio de Janeiro está na quinta posição quanto à quantidade de mulheres encarceradas, totalizando 1.537 em todo o estado, sendo 682 presas provisórias.

Através dos dados estatísticos, é possível traçar o perfil das pessoas que são encarceradas no país e os dados são uniformes em todos os cenários: jovens, negros¹⁰ e pobres. Temos, no Brasil, 16.273 mulheres negras encarceradas e 9.809 presas com idades entre 18 a 29 anos; já no Rio de Janeiro, o panorama não é diferente, são 801 mulheres negras e 595 presas na faixa etária dos 18 a 29 anos.

A escolarização e o estado civil também são informações importantes para se definir quem são as mulheres encarceradas. O estado fluminense comporta 1.046 mulheres solteiras e 558 com ensino fundamental incompleto, a sua população prisional feminina apresenta-se com a maioria em regime provisório e fechado e as tipificações criminais são diversas, entretanto, os índices maiores são referentes ao tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio.

É indispensável pontuar alguns dados que expõem particularidades sobre a população feminina dentro do sistema prisional, como por exemplo, questões relacionadas à saúde feminina, aos direitos prisionais e à maternidade e seus possíveis desdobramentos e suportes dentro dos ambientes de privação de liberdade. Segundo o Relatório de Informações Penais (RELIPEN), são totalizadas 4 celas para gestantes em todo o estado, que possui em seu total: 11 gestantes, 9 lactantes e 9 filhos de até 1 ano de idade dentro do estabelecimento prisional; conta também com 1 berçário de capacidade para 20 bebês e não apresenta registro de creches.

Desse modo, ao entrar no sistema prisional no Estado do Rio de Janeiro, uma mulher gestante é encaminhada apenas para uma única unidade, independentemente do quão distante ela possa ser, para ter o seu direito atendido pela Lei nº 11.942/2009, que garante atendimento e cuidados materno-infantil.

¹⁰ Somatório de pretos e pardos (IBGE)

U.M.I. – UNIDADE MATERNO-INFANTIL, situada no complexo de Bangu, tem um trabalho nacionalmente reconhecido pelo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que realizou vistorias e a classificou como "excelente" em seu relatório de inspeções nos estabelecimentos penais¹¹. A unidade destaca-se pelo atendimento que possibilita o fortalecimento do vínculo materno infantil, além de ofertar acompanhamento próximo de um juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude; conta com "berçário, que é arrumado e decorado pelas próprias presas, local para amamentação e recreação dos bebês, que podem permanecer lá, em regra, até os 6 meses de idade" (NÓBREGA; FILGUEIRAS, 2021, p 183)

O estado, apesar de demonstrar ser uma referência no atendimento materno infantil, não possui dados sobre equipe própria de ginecologia, mesmo apresentando um elevado número de internas com doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis (62,85%) e o HIV (25,39%). Os painéis interativos demonstram apenas 1.942 consultas psicológicas no sistema feminino, que conta com 1.537 internas, além disso os números de funcionários efetivos na área da saúde são muito inferiores ao número de presas registradas, sendo questionável a possibilidade de um atendimento com qualidade. A comparação de dados sobre a visita também nos permite refletir bastante. O Rio de Janeiro conta com 74,35% presos do sexo masculino com visitantes cadastrados, enquanto as mulheres apresentam 57,90% de visitantes cadastrados. O Infopen Mulheres (2019) sinaliza que existem condições necessárias para a realização das visitas, é um direito garantido e deve ter disponibilidade de local adequado, diferente do pátio de sol e da cela.

Os dados apontam que a maior parte das unidades brasileiras não possuem local adequado para a visita social. O Rio de Janeiro apresenta 100% das unidades femininas com locais destinados a visitas, entretanto, apenas 50% das unidades mistas (com setores femininos e masculinos) estão aptas para a garantia desse direito. A visita íntima também é um direito garantido aos presos, e o Estado do Rio de Janeiro tem apenas

¹¹https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php

66%¹² das unidades com locais específicos para essa finalidade e, de acordo com Infopen mulheres (2019), 50% das unidades femininas possuem um local destinado para visita íntima.

Estamos diante de um perfil de encarceramento comum: pessoas privadas de liberdade são negras, pobres, jovens com baixa escolaridade e solteiras. Neste estudo, não há pretensão de nos aprofundarmos nos dados relativos ao encarceramento masculino, mas podemos concluir pelas análises que o perfil se repete. De acordo com Juliana Borges (2019) os dados do sistema prisional demonstram uma punição destinada prioritariamente à população negra e aponta o racismo como um pilar para as desigualdades no Brasil. A autora expõe que o processo de escravização foi o eixo de sustentação econômica durante a colonização do Brasil, não se fixando apenas na repressão física, mas principalmente na estrutura social e política do país. (Borges, 2019, p.53)

Sendo a população negra a mais encarcerada, a verdade é que poucas são as mudanças que separam o calabouço existente no século XVII das prisões atuais. A história brasileira se desenvolve com intensos processos de desumanização e objetificação do corpo negro, dificultando seus reconhecimentos, avanços e processos como sujeitos de direito.

Um outro aspecto importante de ser mencionado é sobre a dificuldade de acesso aos dados da população prisional. Compreende-se que não é uma tarefa simples pela alta rotatividade e quantitativo extenso, mas em uma rápida pesquisa no SISDEPEN encontramos o primeiro relatório datado de 2000, já contando com uma população expressiva de 232.755 privados de liberdade. Esse relatório informava apenas o número de presos e fazia uma divisão entre gênero e regime penal. Assim permaneceu, com pouquíssimas mudanças, incluindo apenas dados sobre a distribuição de presos por estados federativos, até dezembro de 2013.

Em 2014, foi lançado o primeiro INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), que reconhece o cenário catastrófico do encarceramento brasileiro e descreve o sistema penal como uma marca

¹² RELIPEN

profunda do "patrimonialismo, escravidão e exclusão"¹³. Apontando diversas problemáticas referente à superlotação, ao crescimento exagerado em números de aprisionamento, que na época, ultrapassa a marca de 622 mil pessoas privadas de liberdade, sendo um ambiente que reforça o ciclo de violência e onde já se estabelecia o padrão de vulnerabilidade da população negra, pobre e jovem.

O Infopen nos contemplava com detalhes até então não expostos na primeira década dos anos 2000, apresentando dados como a quantidade de vagas, o perfil da população privada, a escolaridade, faixa etária, a presença de estrangeiros, a estrutura e gestão das prisões, entre outros. Sem dúvida, os relatórios foram essenciais e considerados um avanço inclusive para um enfrentamento dos problemas penitenciários existentes. Nos anos de 2014, 2016 e 2017 foram lançados também os INFOPEN MULHERES, ou seja, o que antes era abordado em apenas um capítulo de relatório, passa a ter o seu próprio meio de registro que entende logo na apresentação que: “encarceramento de mulheres merece destaque, tendo em vista a forte vinculação do sistema penal brasileiro a uma matriz histórica patriarcal.”¹⁴ Mas, ainda assim, não eram frequentemente atualizados e apresentavam algumas lacunas, como o relatório de Junho de 2017 que só foi lançado em 2019.

No ano de 2023, temos os painéis interativos e o mais recente relatório de Informações Penais (RELIPEN), trazendo os dados referentes ao mês de janeiro a junho deste ano, sendo considerados os mais atuais e de fácil acesso. Entretanto, preciso expressar minha opinião sobre a utilização deste material, que deveria dar acesso aos dados sobre o sistema carcerário brasileiro: insuficiente e de uso exaustivo.

Obviamente que ter acesso a dados atualizados é um direito da população e um dever das administrações públicas, de quem é exigida transparência. Painéis interativos nos transportam para uma modernidade

¹³ texto de apresentação do INFOPEN 2014 - RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional e EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO - Ministro da Justiça

¹⁴ Apresentação do relatório INFOPEN MULHERES 2014 - Renato Campos Pinto De Vitto Diretor-Geral do DEPEN e Valdirene Daufemback - Diretora de Políticas Penitenciárias do DEPEN

e facilidade de acesso, já que podemos acessar as informações precisas e, teoricamente, de um jeito prático. O RELIPEN é um documento que expõe todos os dados já apresentados nos painéis, fazendo alguns poucos detalhamentos, mas sem qualquer explicação metodológica sobre o processo de coleta de dados.

Portanto, ainda há lacunas importantes. O painel interativo sobre a população carcerária feminina está compactado como: mulheres e grupos específicos sobre os quais constam as seguintes informações: taxa de aprisionamento feminino, número de gestantes/parturientes e lactantes, além de raça/cor. Informações como escolaridade, faixa etária, atendimento à saúde, estado civil e regime penal, precisam ser acessadas através de outros painéis com outros temas específicos, o que invalida o sentido de um recurso tecnológico prático, já que o acesso não se determina por um único painel, o RELIPEN retorna os dados do encarceramento feminino como um simples capítulo, que também se limita aos dados de maternidade.

Questões importantes do encarceramento feminino ficam inseridos junto com as do encarceramento masculino, alguns melhores expostos nos painéis, outros no RELIPEN, gerando um movimento incessante de conferir o mesmo dado em dois documentos.

Um outro fator característico é quanto ao preenchimento do Formulário de Informações Prisionais, feito pelas Unidades da Federação de forma eletrônica e semestralmente. A partir destes formulários, os dados são compilados para os painéis e relatório, entretanto, há informações que não são fornecidas por algumas unidades, como, por exemplo, os dados sobre o número de presos com filhos. A informação foi coletada com apenas 245.946 privados de liberdade, representando 38,17% do total da população prisional. No Estado do Rio de Janeiro, a informação foi coletada com cerca de 3,42% da população.

3.2. Seu feminismo me contempla?

O Brasil é um país marcado pelas desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero, isto muito se dá pelos processos e experiências históricas que marcaram a formação da sociedade brasileira. Um país que

deteve a escravidão de negros por mais trezentos anos e dispôs como grupo social dominante, a elite agrária, proprietária e branca gerando violências profundas, sobretudo na população feminina negra e indígena. Mesmo após o fim da colonização e durante os processos de independência latino-americanas, o modelo da classe dominante permaneceu branca, correspondendo ao modelo universal composto pela perspectiva patriarcal do homem branco, heterossexual e cristão. (Arruzza, Batacharya e Fraser, 2019, p.16)

Com isso, entende-se que as mulheres estiveram, por muito tempo, segregadas e longe dos poderes decisivos. Constrói-se, ao longo das décadas, o movimento feminista, que tem como função lutar pelos direitos das mulheres em busca de igualdades e destruição de culturas moralistas enraizadas pelo patriarcado. Essas lutas, focadas em carências significativas a cada época, questionam direitos à vida política, educacional, trabalhista, sexual e entre outros.

De acordo com Sueli Carneiro (2003), o movimento feminista brasileiro contribuiu significativamente para a democratização do Estado, promovendo inovações importantes no campo das políticas públicas que combatem a misoginia. A luta contra a violência doméstica e sexual, por exemplo, estabeleceu mudanças importantes, tornando um objeto de políticas específicas como as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência. Avanços nas conquistas e políticas sobre os direitos reprodutivos, legalização do aborto, candidaturas em partidos políticos, diversificação do mercado de trabalho e creches marcam as atuações dos movimentos feministas como essenciais para uma sociedade menos desigual.

Entretanto, a autora aponta que o feminismo esteve dentro de uma visão eurocêntrica, incapaz de reconhecer as diferenças e desigualdades existentes no universo feminino, perpetuando o silêncio e a invisibilidade de outras mulheres vítimas de opressões que vão além do sexismo:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da

formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. (Carneiro, 2003, p.118)

O feminismo que não aborda a dupla discriminação que as mulheres negras sofrem (gênero e raça) é um movimento que atende mulheres brancas, de classes médias e não prioriza as necessidades de todas as mulheres, incluindo os grupos étnicos minoritários. Segundo Djamila Ribeiro (2018), enquanto o feminismo branco não reconhecer seus privilégios, o movimento não irá avançar e reproduzirá as conhecidas lógicas de opressão.

Reconhecer a mulher como um sujeito político é compreender que há demandas específicas de cada grupo particular da sociedade, ampliar as concepções feministas para as pautas indígenas e negras é uma determinante para o combate ao racismo ser uma prioridade. A repressão vivida por corpos negros em todas as dimensões sociais é fruto da escravidão forçada aos povos africanos sequestrados que, uma vez estabelecidos no Brasil, mesmo após o período de escravidão, permaneceram sem recursos, discriminados e marginalizados.

Diante disso, as discussões iniciais sobre direitos trabalhistas, educacionais, políticos, conjugais, liberdade de expressão e saúde iniciados pelo movimento feminista, foram baseadas em pautas para atender exclusivamente as mulheres de camadas sociais mais favorecidas e brancas enquanto as mulheres negras estavam sendo escravizadas, violadas, invisibilizadas e silenciadas.

“As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (Carneiro, 2003, p.49)

É bem verdade que a mulher foi associada como um sujeito fraco, sem qualquer poder e controle sobre o seu corpo, um ser subalterno que não possuía força física nem intelecto avançado. Essas concepções foram bastante difundidas principalmente pela criminologia positivista que

explicava a mulher criminosa através desse olhar que classificava os seres humanos considerados inferiores por características biológicas (Espinoza, 2004; Almeida, 2013; Lemgruber, 1983)

Sueli Carneiro (2003) ressalta que a percepção de que alguns humanos valem menos ou mais que outros, naturalizando a desigualdade de direitos e descreve o racismo científico, muito presente no século XIX, onde alguns estudos da época estabelecem uma hierarquia entre as raças, determinando relações de superioridade ou inferioridade naturais. Contudo, a autora analisa quem são as mulheres que historicamente são consideradas frágeis, incapazes e recebem a proteção dos homens. As mulheres negras não ocupam esses lugares, trabalham desde que chegaram em solos brasileiros, eram escravizadas, vendedoras, cozinheiras e prostitutas.

Nesta pesquisa, ao tratar do encarceramento feminino, estamos nos articulando com as perspectivas patriarcais existentes em nossas sociedades, mas seria inadequado não incluir também discussões que vinculam a condição feminina aos argumentos sobre questões étnico-raciais. Afinal, tanto os dados apresentados quanto todo o contexto histórico sobre as implementações das prisões femininas perpassam as questões raciais.

Nossas prisões estão lotadas de pessoas jovens, negras, com baixa escolaridade e oriundas das camadas populares, se isso não é uma reprodução do racismo implantado na nossa sociedade, o que mais explicaria o encarceramento tão específico desses indivíduos? Assim como a reprodução dos valores morais, extremamente presentes no processo de aprisionamento do corpo feminino, perpetuam violações sofridas pelas mulheres, especialmente as pobres e negras.

As buscas por oportunidades no mercado de trabalho não incluem a garantia de emprego para as mulheres negras. De acordo com Arruzza, Batacharya e Fraser (2019), as opressões possibilitam melhores condições para as mulheres brancas que muitas vezes conseguem evitar parte dos trabalhos domésticos para buscar oportunidades vantajosas e investimentos nas suas carreiras profissionais:

Milhões de mulheres negras e imigrantes são empregadas como cuidadoras e trabalhadoras domésticas. Muitas vezes sem documentação e distantes da família, elas são simultaneamente exploradas e expropriadas - forçadas a trabalhos precários e mal remunerados, privadas de direitos e sujeitas a abusos de todo tipo. (Arruzza, Batacharya e Fraser, 2019, p.80)

O corpo negro foi criminalizado e punido ao serem capturados de suas terras, separados de seus familiares e escravizados no Brasil, posteriormente, foram perseguidos e estiveram massivamente presentes nos cárceres por cultivar suas ancestralidades e expressões culturais. Vale ressaltar que o samba, a capoeira, a maconha e o umbanda foram proibidas em solo brasileiro, evidenciando uma repressão aos elementos culturais negros (Santos, 2016); (Lunardon, 2015)

Santos (2016) destaca o caráter racista para a criminalização das mulheres, como uma vontade estatal de não mudar a dimensão racial do aprisionamento, abordando que a repressão policial e os mecanismos de justiça criminalizam a população negra por não conseguir ser incluída nas relações de produção formalmente aceitas. A autora ressaltava que o sistema carcerário latino-americano satisfaz as necessidades das classes privilegiadas em esvaziar o território negro, um racismo que dificulta qualquer tentativa da população negra superar a exclusão ocasionada no período escravocrata.

O movimento de apagamento da presença negra no Brasil é silencioso, nossas construções culturais são fruto principalmente de culturas africanas, indígenas e portuguesas, mas silenciemos aqueles que, tempos atrás, foram considerados inferiores, discriminamos sua religião, nos beneficiamos de seu trabalho mal remunerado e desprezamos suas estéticas. Djamila Ribeiro (2018) sinaliza a importância da quebra de silêncio como um ato de sobrevivência, se calar diante das opressões direcionadas às mulheres negras é compactuar com a invisibilidade destinadas a elas.

4. Metodologia

Em busca de concretizar os objetivos propostos, foi necessário observar os fatos, fenômenos e relações dentro da sala de aula, ter

contato com as internas no ambiente escolar, vendo e escutando o que acontece para analisar os aspectos dessa realidade referentes ao tema em estudo e buscar uma melhor compreensão do ambiente escolar. Com o propósito de fazer uma análise sem gerar grandes interferências, optou-se por uma pesquisa qualitativa instrumentalizada pela observação participante, espelhando, o mais próximo possível, as práticas pedagógicas observadas em sala de aula, sem intervenções específicas por parte da pesquisadora. Gilberto Velho (1978) descreve a observação participante como um procedimento no qual é possível que o pesquisador consiga ter uma visão menos parcial do contexto investigado. Entretanto, afirma que é necessário que ocorra um contato ou uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo para que os diferentes aspectos das relações ali estabelecidas sejam, de fato, explicitados e aprofundados.

A pesquisa de caráter qualitativo, com observação participante, possui o foco em estudar o processo vivenciado pelos sujeitos, investigar os diversos contextos e realidades. Para realizar uma observação, é necessário estar presente nos espaços mais utilizados pelos indivíduos, buscando compreender melhor as situações e acontecimentos, obter uma noção mais precisa do cotidiano e levantar informações, através do olhar direcionado para ocorrências espontâneas.

Por consequência do panorama crítico do encarceramento brasileiro, a observação participante em uma instituição escolar dentro da prisão contribui para questionar o senso comum e realizar a dupla tarefa já descrita por Da Matta (1978, p.4) "(a) transformar o exótico no familiar e/ ou (b) transformar o familiar em exótico." Ao entrar em uma escola, estamos familiarizados com o ambiente, com os profissionais e com o comportamento adequado para o convívio e funcionamento da instituição. Um espaço educacional é normalmente composto de propósitos e funcionalidades similares, mesmo sendo um espaço escolar voltado para a EJA, que costuma apresentar diferença de métodos pedagógicos. A escola como instituição é familiar à pesquisadora porque, não só frequentou uma unidade durante toda a vida escolar, como é uma profissional que exerce o ofício em instituições da educação básica.

Entretanto, estamos falando de uma escola dentro de um presídio feminino, ou seja, um ambiente que busca garantir o direito educacional dentro do sistema prisional que atende pessoas que infringiram leis e cometeram crimes, sendo frequentemente invisibilizadas e desumanizadas. Nesse sentido a imersão neste ambiente escolar é ao mesmo tempo exótico e familiar e a observação participante terá que lidar com essas duas realidades ao mesmo tempo. Nesse caso, a observação participante possibilita acompanhar acontecimentos cotidianos em uma instituição de acesso limitado, permitindo compreender a emergência do tema investigado. Vianna (2003) descreve como um principal aspecto do procedimento adotado, a possibilidade de o pesquisador mergulhar no contexto de pesquisa e observar as perspectivas dos membros integrantes.

A observação é um movimento comum à condição humana e é inevitável admitir um certo grau de envolvimento, já que não se trata de um procedimento neutro. A simples presença da pesquisadora certamente afeta a dinâmica das relações estabelecidas naquele contexto. É necessário compreender que a busca pela imparcialidade não significa falta de empatia por parte da pesquisadora, que entrou em contato com temas sensíveis e foi um elemento novo na rotina escolar das internas. Ao optar por essa abordagem, entendemos que poderia ocorrer, inicialmente, uma mudança no comportamento dos/as professores/as e das alunas. Portanto, foi fundamental manter certa regularidade na presença na escola para minimizar os efeitos que a presença de um estranho pode provocar.

Diante disso, buscou-se, no trabalho de campo, acompanhar eventos ocorridos nas aulas e verificar se a condição feminina era um assunto presente e discutido nesse ambiente e, nesse caso, como era abordado. A escolha da observação participante não excluiu a possibilidade de usar outros procedimentos adicionais de produção de dados, como a realização, ao final da pesquisa de campo, de entrevistas semiestruturadas com os professores responsáveis pelas disciplinas acompanhadas. A entrevista teve como objetivo identificar as concepções do/a professor/a acerca da sua formação profissional e as integrações de

suas aulas ou projetos com temáticas relacionadas à condição feminina. Foram realizadas entrevistas com os quatro professores e com a coordenadora da escola, totalizando 5 entrevistas.

Fraser e Gondim (2003) descrevem a entrevista como forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, sendo uma modalidade de confiabilidade, pois ao invés de sustentar as conclusões do pesquisador apenas pela interpretação, proporciona que o entrevistado tenha a oportunidade de expressar suas opiniões, histórias, particularidades.

Os acontecimentos foram registrados em diário de campo, de forma cuidadosa e detalhada, na medida do possível no momento em que ocorreram, produzindo os “dados brutos” das observações. Vianna (2003) especifica como “dados brutos” tudo aquilo que é registrado em narrativa sob uma sequência de fatos, buscando preservar as informações. Porém, o autor enfatiza a importância de transformar essas informações, ou seja, gerar medidas para organizar os registros que sejam significativos para o objetivo principal da pesquisa. É necessário que as observações contenham aspectos relevantes para as indagações da pesquisa, definir uma seletividade para buscar os pontos centrais da pesquisa e também uma forma de compreender quando a observação atingiu um ponto de saturação, ou seja, não proporciona mais nenhuma novidade.

Na intenção de organizar o material coletado, foi realizada uma leitura flutuante de todo o material, que orientou a seleção e organização dos documentos e registros. Franco (2005) aponta a importância de uma elaboração dos dados como um plano que antecede a análise de conteúdo, garantindo que as etapas de produção, análise e interpretação de estejam integradas.

No diário de campo foram registradas observações de 28 aulas, sendo 9 aulas de filosofia/sociologia, 4 aulas de história/geografia, 4 aulas de matemática/física/ciência, 4 aulas de artes e 4 aulas exclusivamente do projeto "Palavras de Carinho", conduzido pelo professor de matemática. Foram acompanhadas e registradas, também, 2 aulas de Língua Portuguesa e 1 aula de biologia, mas, por problemas referentes a troca de dias de determinados professores e à indisponibilidade de

horários com os dias de realização da pesquisa, não foi possível continuar acompanhando essas disciplinas. Também ocorreu a separação de: a) aulas com abordagens da condição feminina (19 aulas); b) aulas em que não ocorreu nenhuma abordagem do tema (9 aulas).

Após esse primeiro momento de verificação do material produzido no trabalho de campo, foi executado o processo de exploração do mesmo com codificação e criação de categorias. As aulas registradas foram separadas em seis categorias: Cela x sala; Feminino x Masculino; Estética; Homens Trans; Violência contra a mulher; Abandono familiar. Essas categorias foram utilizadas para codificar as falas ouvidas e transcritas no caderno de observação para serem interpretadas em diálogo com a literatura de referência. Para Franco (2005), formular as categorias é um processo desafiante que consiste em idas e vindas da teoria ao material de análise. As categorias estabelecidas para essa pesquisa visam, principalmente, analisar os assuntos referentes à condição feminina abordados pelas alunas privadas de liberdade em sala de aula.

Foram disponibilizados para a pesquisa os planos de curso das disciplinas de Filosofia/ Sociologia e Matemática/Física/Ciência, pelos respectivos professores; já as disciplinas de história/ geografia e artes, não disponibilizaram o material.

Compreendendo que o ambiente de pesquisa não tem um procedimento de entrada simples para produção de dados, foi percorrido um longo e burocrático caminho para conseguir entrar na instituição escolar na unidade prisional feminina. Foi dada entrada no processo pela SEAP RJ em 18 de janeiro de 2023, o processo passou por diversos setores e precisei preencher um formulário onde, além de detalhar os propósitos da pesquisa, precisava incluir uma data de início e término do período em que achava necessário realizar a observação. Em janeiro, me foi orientado pelos profissionais da própria SEAP que o processo poderia demorar cerca de dois meses até a autorização completa e por esse motivo, coloquei uma estimativa de iniciar a pesquisa de campo de abril até meados de agosto, entretanto, precisou também da autorização da SEEDUC por onde também passou por muitos setores, com uma demora

mais significativa. Entrando em contato com uma professora que trabalha na SEEDUC, consegui ajuda para entender o caminho que o processo percorreria dentro da secretaria de educação. A autorização da SEEDUC foi emitida em 23 de junho de 2023, aproximadamente seis meses após o início do processo, obrigando a realizar mudanças significativas no cronograma planejado. Por conta da liberação muito próxima do recesso escolar de julho e da data estimada de término solicitado anteriormente, entrei novamente em contato com a SEAP para solicitar um prolongamento do prazo de pesquisa e tive o meu primeiro contato com os funcionários da instituição prisional feminina e da escola, conhecendo alguns professores e a gestão escolar na busca de compreender a rotina daquele espaço para calcular como poderia exercer a observação participante de forma mais dinâmica, no segundo semestre do ano de 2023.

A gestão da unidade escolar me informou que dentro da instituição haviam turmas de EJA nos dois turnos (matutino e vespertino) e em todos os segmentos (alfabetização, anos iniciais, fundamental e ensino médio). Algumas ideias sobre a organização da observação precisaram ser modificadas pelo problema relacionado ao tempo de pesquisa e sobre a especificidade do campo analisado.

Inicialmente a ideia era escolher uma turma e acompanhar as aulas ministradas ali, entretanto, ao entrar em uma escola prisional, percebemos que uma das diversas características que a difere da escola extramuro é o tempo de aula que se estabelece em 3 horas por turno, sendo impossível que ocorra troca de professores em uma única turma, ou seja, em cada dia da semana a turma tem apenas uma disciplina ministrada. Diante disso, para otimizar o tempo, optei por acompanhar os professores duas vezes na semana, nos dois turnos de trabalho.

As disciplinas escolhidas foram Matemática/física/ciências, Artes, Filosofia/ Sociologia e História/Geografia. Com isso, foi possível abranger um número maior de turmas acompanhadas, em prioridade, as turmas: AF 101, AF 301, AF 401, NEJA I, NEJA II, NEJA III. Durante o tempo em campo, ocorreu, também, o projeto “palavras de carinho”, que será apresentado em outro capítulo deste texto, e consiste em aulas dedicadas

à escrita de cartas, ministradas pelo professor de matemática. Este projeto proporcionou um breve contato com outras turmas, já que é ofertado para a escola toda.

As visitas iniciaram em 7 de agosto de 2023 e conforme já foi exposto, ocorreram duas vezes por semana nos turnos matutino e vespertino, havendo algumas pequenas alterações quando, por algum motivo, não era possível acompanhar alguma aula. É importante destacar que foram observadas as aulas de professores que atuavam na escola nos dias definidos para o trabalho de campo. Contudo, em razão do tema de pesquisa (abordagem da condição feminina em contexto escolar) percebe-se que seria importante acompanhar aulas ministradas por professora e foi traçado um plano para acompanhar uma profissional que ministrasse disciplina para as turmas acompanhadas desde o início do trabalho de campo, mas, infelizmente contratempos diversos (como provas do ENCCEJA, feriados e até mesmo impedimentos pessoais da pesquisa) atrapalharam a concretização dessa etapa.

Desse modo, as observações acompanharam, principalmente, duas turmas dos anos fundamentais e três turmas do ensino médio, conseguindo interações eventuais com outras turmas por meio da observação da execução de projetos desenvolvidos pelos professores das disciplinas acompanhadas. A saída de campo não veio, propriamente, pelo ponto de saturação, já que é um tema com diversas possibilidades de abordagem que ainda poderiam ocorrer em outros momentos das aulas, mas sim pelo tempo disponível para conclusão do trabalho de pesquisa, que havia sido comprometido pela demora no processo de obtenção de autorização para entrada na escola. Para uma pesquisadora que não integra a rede pública estadual e nem projetos educacionais no sistema prisional, a realização de uma pesquisa com observação participante em uma escola dentro de presídio exige um tempo de execução mais longo do que o definido para o mestrado. No entanto, acredita-se que os procedimentos adotados foram eficientes para atingir os principais objetivos de forma satisfatória.

Considerando os materiais didáticos como instrumentos que compõem as práticas pedagógicas e ajudam no processo de ensino e

aprendizado, foi importante também realizar uma análise descritiva de materiais utilizados pelos professores das disciplinas que foram acompanhadas. O livro didático foi utilizado apenas pelo professor de Filosofia/Sociologia, entretanto, seu uso também é diferenciado, não possuindo exemplares suficientes para todas as alunas; era comum que o professor usasse o livro didático apenas para copiar no quadro algum texto do mesmo. Os livros utilizados foram: Ciências Humanas e suas tecnologias - Módulo 3 Volumes 2 e 3 produzido pela CECIERJ e o livro Pré Enem e Vestibular: Sociologia - Projeto Preciso Saber produzido pela editora Divulgação Cultural.

Não foi identificada nenhuma abordagem sobre a temática da condição feminina nestes livros e muito menos propostas pedagógicas para a discussão em sala de aula, mas algumas interações ocorreram conforme a interpretação das alunas e geraram alguns debates entre elas e o professor. No geral, a escolha do material didático deve ser realizada pelos professores, com base nas orientações do guia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), entretanto, os livros Ciências Humanas e suas tecnologias - Módulo 3 e o livro Pré Enem e Vestibular: Sociologia são de 2018 e 2015, ou seja, desatualizados. De acordo com os profissionais da escola, não ocorreu atualização do material didático nessa escola nos últimos anos

Para a realização deste trabalho também foi necessário buscar dados disponíveis sobre cárcere feminino. Para isso, foram utilizados os relatórios do Infopen, em especial, os relatórios específicos sobre mulheres (Brasil, 2014, 2019) e a base de dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, que deixam claro como essa é uma demanda necessária “a contribuir para sanar uma lacuna quanto à disponibilidade de acesso a dados penitenciários por gênero que possam servir para o diagnóstico e planificação de políticas voltadas à superação dos problemas” (Brasil, 2014, p. 5). Foram consultadas, também, a Lei de Execução Penal (nº 7.210/1984), que apresenta os direitos do condenado à privação de liberdade, assim como o PNE de 2001 e 2014, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as Diretrizes Curriculares Nacionais da

Educação Básica, o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional - PEESP, as diretrizes básicas para arquitetura prisional e pesquisas que auxiliam na implementação ao direito à educação de pessoas em situação de privação de liberdade.

4.1. Descrição do contexto de pesquisa

O Brasil, como já mencionado, é um país com um sistema prisional populoso, apresentando uma superlotação e perda de controle sobre a disciplina, crime organizado e corrupção dentro das instituições penais. Desde 2015 está em pauta no STF (Supremo Tribunal Federal) uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) que pede o reconhecimento do “estado de coisas inconstitucional”¹⁵ do sistema prisional, iniciando o debate sobre o encarceramento no Brasil e reivindicando medidas para interromper a violação generalizada de direitos humanos nesses espaços, visa proteger a dignidade e os direitos básicos das pessoas encarceradas. Esse cenário contribui significativamente para um senso comum que banaliza a violação dos direitos humanos contra as pessoas presas, existindo uma forte concepção popular onde aqueles que passam pelo sistema prisional são pessoas dotadas de um mal incurável e que merecem ter sua humanidade anulada.

Esta pesquisa de dissertação foi feita, principalmente, através da observação participante, realizada em uma escola que atende na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) dentro de um presídio feminino do estado do Rio de Janeiro e, de acordo com o que foi explicado no capítulo de metodologia, não irá descrever o campo de pesquisa ao ponto de ser possível identificá-lo. As descrições serão apenas para contextualizar o leitor e guiá-lo no ambiente em que estive presente por aproximadamente 3 meses, explicando também as dificuldades de se

¹⁵Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) é um instituto criado pela Corte Constitucional Colombiana e declarado quando a Corte se depara com uma situação de violação massiva e generalizada de direitos fundamentais que afeta um número amplo de pessoas.

realizar uma pesquisa dentro de uma rotina escolar tão diferente daquela com a qual estamos acostumados.

Vale ressaltar que os nomes usados nesta pesquisa são fictícios para manter o anonimato. A unidade prisional será identificada como presídio Ângela Resende Querino, sendo usado 3 nomes que considero interessantes. Ângela foi pensando na professora e escritora Angela Davis, ativista negra norte americana que luta contra o racismo e esteve por 18 meses presa. Seu julgamento em 1970 gerou uma enorme campanha e discussão sobre a prisão injusta de pessoas negras.

Resende foi escolhido em homenagem à Carlota Alves de Resende, presa em 1941 por organizar um clube de futebol feminino que participou de ligas e campeonatos ganhando muita notoriedade e despertando indignação de uma sociedade extremamente machista. Já o sobrenome Querino vem de um caso recente de uma jovem negra presa, sem provas, que foi identificada pela vítima branca apenas pelo seu cabelo.

O colégio em que foi realizado a pesquisa será identificado como C.E Tereza de Benguela, figura histórica do século XVIII, líder de quilombo e símbolo de liderança nacional contra a colonização.

Estive pela primeira vez na unidade prisional feminina Ângela Resende Querino¹⁶ no dia 6 de julho, às 10:37, trazendo comigo o número do processo SEI em que constava a autorização de pesquisa dada pela Seeduc. Quando cheguei ao local, avistei um grupo de pessoas, em maioria mulheres, reunidas na porta com sacolas de mantimento, conversando e aguardando. Toquei a campainha por duas vezes e não fui atendida. Quando um funcionário tocou para pedir permissão para a entrada de um caminhão, o grande portão da garagem foi aberto e pude fazer contato com um agente penitenciário.

No meu primeiro contato, mostrei minha autorização, expliquei que desejava fazer uma pesquisa no Colégio Estadual Tereza de Benguela¹⁷ e que já havia entrado em contato com a diretora da escola por e-mail. Fui

¹⁶ Nome fictício do presídio.

¹⁷ Nome fictício do colégio

orientada a imprimir também a autorização da Seap e após meu retorno, com todas as autorizações de todos os segmentos impressas, o agente pediu que eu aguardasse um tempo para verificar as minhas permissões com a direção da cadeia. Neste meio tempo, fiquei do lado de fora, junto com os visitantes que aguardavam para entrar com a visita de custódia.

Observei algumas conversas por um tempo, a maioria eram mães ou irmãs que estavam na expectativa de entregar mantimentos para a parente presa, trocavam algumas informações como “-Tem que colocar o cigarro separado” “- Só pode usar em sacola transparente, eles estão olhando tudo” “- Compra naquele mercado ali, eles colocam na sacola certa pra você”. Alguns pareciam se conhecer, acenavam e marcavam pontos de espera na sombra: “Estamos esperando e bebendo ali, ainda vai demorar, vamos?” No panorama geral, a cena demonstrava que aqueles parentes mais frequentes passavam informações e ajudavam os outros que ainda tinham dúvidas sobre como proceder na visita, o comércio em volta também aproveitava a situação e facilitava algumas vendas prevendo o consumo dos visitantes, principalmente dos mais perdidos.

Próximo do meio-dia, a diretora adjunta da escola apareceu, se apresentou e me informou que entraria no horário do almoço e que, caso eu conseguisse a autorização para entrar no presídio após sua saída, poderia aguardá-la dentro da escola.

Assim foi feito: 12:03 o agente me chamou novamente, entrei na unidade e entreguei meus documentos e pertences, ficando apenas com uma caneta e um caderno. Passei pelo detector de metais, expliquei novamente que minha pesquisa era na escola do presídio e fui orientada a entrar em contato com a SEAP para modificar a minha data de finalização de pesquisa, já que a minha autorização estava datada para terminar em agosto e eu só poderia frequentar até a data determinada pelo documento.

Segui o caminho acompanhada de uma agente penitenciária, passei pelo pátio de entrada da cadeia, que tinha umas mesas espalhadas com outras agentes recebendo os mantimentos dos familiares. Vi também mulheres uniformizadas com blusas verdes com a sigla SEAP escrita

atrás, em cor branca, elas estavam organizando e limpando o espaço que estava bem movimentado. Seguindo um corredor aberto, cheguei em um muro pintado bem colorido com figuras importantes retratadas e algumas plantinhas e flores

Ao entrar, encontrei uma aluna uniformizada que estava sentada bem próxima da porta, me apresentei e ela me direcionou para a sala dos professores. Nesse primeiro contato, encontrei alguns professores almoçando, expliquei minha pesquisa e fiquei conversando informalmente com eles até a chegada da diretora adjunta. A diretora adjunta, me recebeu alguns minutos depois, de forma muito cordial, já estava ciente dos meus e-mails trocados com a instituição para a realização da pesquisa, mas, ainda assim, me apresentei, expliquei o processo de pesquisa, os objetivos e o meu planejamento e cronograma e conversamos para definir melhor os horários e turmas para iniciar as observações. Como era muito próximo do recesso escolar, com reuniões entre os professores e finalização de semestre, combinamos de iniciar as atividades de pesquisa na primeira semana de retorno às aulas, duas vezes na semana, no turno matutino e vespertino.

Com as datas combinadas, fui conhecer o espaço físico do Colégio Estadual Tereza de Benguela que é uma escola pequena e organizada em dois corredores, em uma estrutura em “L”. O primeiro corredor, onde tem a porta de entrada, é o principal e contém o banheiro das alunas, um bebedouro grande, sala dos professores (que possui uma mini copa e um banheiro) e sete salas de aulas; nele também há os murais com os trabalhos das alunas expostos e pequenos armários onde são trancados com chaves os materiais escolares como cadernos, lápis, borrachas e livros didáticos. No corredor dos fundos encontram-se as salas da direção, coordenação, biblioteca, almoxarifado e despensa. Para uma melhor compreensão, fiz uma simples representação da divisão do espaço, semelhante a uma planta baixa, com o intuito de facilitar o entendimento de alguns acontecimentos que serão descritos ao longo do trabalho (em hipótese alguma, há a pretensão de expor um desenho técnico com escalas, materiais ou quaisquer outros detalhes arquitetônicos).



O ambiente, no geral, é muito limpo e fresco, as salas possuem boa iluminação, ar-condicionado, janelas e quadros brancos, a biblioteca tem uma boa circulação de ar, odor agradável, é limpa e bem-organizada por gêneros literários. A iluminação do corredor e da sala dos professores é a única que apresenta falhas e em alguns momentos as luzes piscavam. Na porta de entrada, há uma grade, que permanece fechada até os horários de entrada e de saída das alunas.

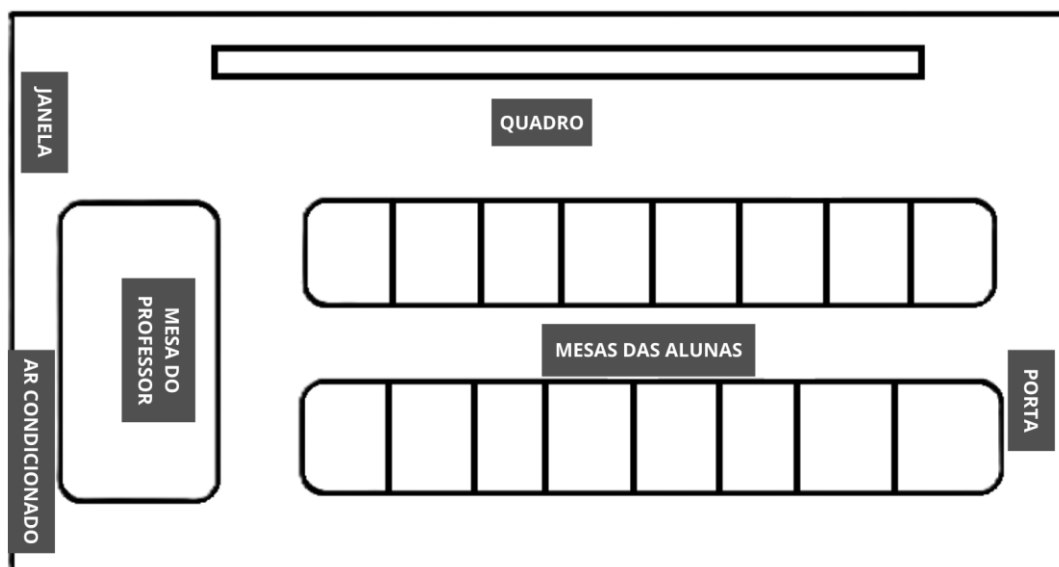
Segundo o quadro interativo e o Relatório de Informações Penais - RELIPEN do SISDEPEN, referente ao período de janeiro a junho de 2023, a cadeia feminina Ângela Resende Querino possui 670 mulheres privadas de liberdade, totalizando o preenchimento de 100% das vagas disponíveis, 46,42% das presas são jovens, com idades entre 18 a 29 anos, e 68,4% são pretas e pardas.

Sobre atividades educacionais, o SISDEPEN aponta que o Estado do Rio de Janeiro contém 24.723 pessoas matriculadas no ensino formal, já na unidade pesquisada os números indicam que 827 pessoas estão matriculadas na educação escolar, sendo 102 na alfabetização, 395 no ensino fundamental e 330 no ensino médio. O relatório e o painel interativo da SISDEPEN não possuem explicações metodológicas que justifiquem o quantitativo apresentado, sendo um número muito maior do que a quantidade de privadas no estabelecimento e muito divergente do que foi apresentado pela direção escolar, o que me leva a compreender que a SISDEPEN apenas recolhe as matrículas que foram feitas, possivelmente ignorando as canceladas ao longo do período abrangente.

Estive em contato com a DIESP para verificar os números corretos de matrículas atuais da escola Tereza de Benguela, são eles: 132 alunas matriculadas, divididas pelos segmentos, com 32 matriculadas nos Anos Iniciais, 61 nos Anos Finais e 39 no Ensino Médio. Foi explicado que os números de matrículas de uma instituição escolar dentro da prisão são inconstantes justamente por ocorrerem situações como desistências, transferências de unidade prisional ou a liberdade do aluno, Onofre (2007) descreve a rotatividade dos alunos-presos como uma constante no ambiente carcerário, dificultando qualquer tarefa educativa. Enquanto estive na unidade, percebi essa alta rotatividade de perto e pude presenciar turmas se modificando completamente em um intervalo pequeno de um mês e meio.

A pesquisa aqui relatada tem como objetivo identificar e analisar formas de abordagens da condição feminina em práticas pedagógicas na escola da prisão, por esse motivo, o cenário principal da observação foi dentro da sala de aula, com foco nas relações entre professores e alunas.

A semana de observação se iniciava na segunda-feira com filosofia/sociologia ministrada pelo professor que será identificado como Prof 1. Esta disciplina foi acompanhada no turno matutino e vespertino com as turmas do NEJA I - 01/ 02 e a turma NEJA III, respectivamente, o professor foi bastante receptivo e permitiu minha presença na sala de aula pedindo para que eu explicasse o trabalho que realizaria ali. A sala de aula era bem pequena, bem iluminada, organizada e limpa, possuía duas fileiras com mesas e cadeiras na horizontal de frente para o quadro, um aparelho de ar-condicionado que projetava ar frio e uma janela com cortinas.



Foi nessa primeira aula que tive o primeiro contato com a dinâmica do início das aulas. As aulas teoricamente iniciavam às 9 horas no período da manhã e às 13 horas no período da tarde, mas as alunas nunca chegavam na hora correta, ao contrário, chegavam sempre com um atraso bastante expressivo. As aulas iniciavam com cerca de 30 minutos ou mais de atraso devido à demora para chamarem as presas nas celas. Quando ocorria o famoso “baque” (revista geral), o tempo de atraso podia ser muito maior, fazendo com que, inclusive, algumas alunas faltassem.

As alunas entram na escola com os braços para trás e vão direto para sala de aula aguardar o professor. Uma ocorrência muito comum nos momentos iniciais das aulas são as saídas para beber água e ir ao banheiro, era recorrente que se organizassem entre si para ir uma de cada vez. Ao questionar algumas alunas sobre essa movimentação, recebi como resposta: “A água aqui é gelada, é mais fresca”, “o banheiro é mais limpo”, “eu vou beber água e aproveito e falo com alguma amiga no corredor”. Percebi que o processo da busca pela água ou banheiro era muito além de matar a sede, era a busca por uma água de qualidade ou de um banheiro digno, além de uma oportunidade de socialização.

Esse momento inicial de intensa movimentação pelo corredor gerava alguns conflitos entre as alunas e a gestão escolar, em que também era comum ver a diretora ou a diretora adjunta circulando pelo corredor pedindo para que elas voltassem para a sala, não ficassem

paradas conversando ou tomassem cuidado para não derrubar o líquido no chão. As alunas, normalmente recebiam os copos plásticos e permaneciam com eles até o final da aula, para só então jogá-los fora.

Nas quartas feiras, o segundo dia da semana presente na escola, acompanhei na parte da manhã a aula de Artes ministrada pelo Prof 2, que atendia as turmas do NEJA I 01/ AF101/AF301. Um professor que me recebeu de forma amistosa e me apresentou para turma. Ele é músico e possui um sotaque, estilo e sobrenome diferentes que despertam algumas curiosidades das alunas: “O professor parece o artista tal” “Professor, você é de onde?” “Professor, qual música você curte?” Nas suas aulas, ocorriam as mesmas questões de atrasos e movimentação para o corredor, entretanto, costumavam ser um pouco mais cheias por ter a presença de 3 turmas. Durante o tempo em que estive lá, nunca ocorreu de ministrar aulas com a lotação máxima.

A disciplina de História e Geografia acontecia às quartas feiras à tarde, com as turmas AF401 e AF 201. O Prof 3 me recebeu bem e, às vezes, solicitava minha participação nas aulas. Costumava me apresentar em todas as suas aulas por ter uma movimentação recorrente de novas alunas inscritas, mas, ainda assim, as turmas não eram muito cheias e eram bem comunicativas.

O prof. 4 ministrava as aulas de matemática, física e ciências. O acompanhei durante o projeto “Palavras de Carinho” organizado por ele e que atendia a todas as turmas. O projeto consistia na oportunidade das alunas produzirem quantas cartas quisessem para quem desejassem. Eram distribuídos papéis e canetas coloridas, envelopes e um lanchinho custeado pelo próprio professor; elas levavam as cartas para celas e aguardavam o procedimento de correios ofertado pela cadeia.

Neste projeto, pude estar presente em 4 atividades, segunda, terça e quarta e, posteriormente, acompanhei algumas aulas de matemática na NEJA I 01 E 02, física na NEJA II e ciências na turma AF 301. O Prof. 4 é bastante atuante na unidade escolar por possuir uma carga horária maior na instituição, é muito conhecido e querido pelas alunas, chega sempre muito animado em sala, fala alto e gesticula bastante, criando um ambiente com muitas piadas e risadas das alunas que gostam de

conversar com ele. Foi ele quem me procurou falando do projeto “Palavras de Carinho”. Vale ressaltar que, além de escrever cartas, as alunas são convidadas a escreverem um pequeno bilhete que fica exposto no mural da escola, sobre um tema escolhido pelo professor; no mês de agosto o tema era a prevenção da violência contra a mulher.

Durante as aulas pude observar o material didático utilizado pelas alunas, que ficava dentro de pequenos armários espalhados pelo corredor principal. Havia alguns livros didáticos e pastas pequenas nomeadas, tinha lápis, borracha, caderno ou folhas soltas. Lá, o material também estava preso, trancado por chave, disponibilizado pelo professor que buscava ou pedia para alguma aluna buscar e distribuir. Ao questionar sobre o porquê do controle ao material, foi explicado pela gestão pedagógica que ocorriam muitos sumiços de cadernos, as alunas não voltavam com eles ou quando voltavam, estavam quase sem folhas. Foi justificado que isso ocorria pela venda e troca de mercadorias que acontecem dentro das celas, em que o papel dos cadernos eram vendidos e usados para escrever bilhetes ou cartas.

Diante disso, a medida tomada foi prender o material. As alunas reclamavam da precariedade, disseram que não conseguiam escrever direito, que estão sem caderno e que as folhas se descolam, algumas reclamavam de furtos nas pastas, que o caderno estava novo, mas que alguém mexeu e arrancou folhas. Em uma possível tentativa de minimizar os problemas com os cadernos, a diretora da escola confeccionava alguns com as alunas e, durante o meu tempo em campo, uma aluna foi retirada de sala para confeccionar o caderno com a diretora. Na volta, pude observar os materiais utilizados naquela confecção específica: era uma capa dura, encapada com um papel plástico decorado com personagens da Turma da Mônica, um prendedor estilo bailarina e folhas de papel sulfite branco.

Para acompanhar e analisar as aulas, o meu caderno de campo com anotações sobre o dia-a-dia das aulas ministradas, os livros didáticos utilizados e os planos de cursos disponibilizados pelos professores acompanhados. Buscando apresentar uma melhor compreensão do

espaço designado para sala de aula, fiz uma representação gráfica simples da sala de aula e um quadro de professores.

NOME	DISCIPLINA	TURMAS ACOMPANHADAS
PROF 1	FILOSOFIA/SOCIOLOGIA	NEJA I 01-02, NEJA III
PROF 2	ARTES	AF 101, AF 301, NEJA I 01
PROF 3	GEOGRAFIA/HISTÓRIA	AF 301, AF 401
PROF 4	MATEMÁTICA/FÍSICA/CIÊNCIAS	NEJA II, AF 301, NEJA I 01,02

4.2. Calendário do Caos

A pesquisa dentro de uma instituição penal apresenta dificuldades que vão além das relações sociais, tradições e costumes. Estamos tratando de uma escola que atua com a modalidade de educação de jovens e adultos dentro de um presídio e, portanto, com organização distinta das demais unidades de ensino.

Ao organizar o diário de campo, percebi que minhas anotações não estavam tão lineares quanto eu esperava, havia faltas e substituições, turmas e professores que eu não costumava acompanhar sendo registrados e, diante desse pequeno caos, resolvi organizar um calendário com todos os acontecimentos registrados para compreender melhor alguns dos motivos da falta de sequência nos acompanhamentos.

Iniciamos as atividades no dia 07 de agosto com o combinado de realizar a observação das aulas 2 vezes na semana, nos horários matutino e vespertino. No primeiro dia, tive algumas dificuldades para entrar na

prisão, visto que precisava apresentar novamente as autorizações da Seeduc e da Seap, conseguindo entrar muito próximo do encerramento da aula matutina; naquele dia, acompanhei apenas o horário da tarde. As atividades fora do contexto normal foram na semana do dia 21 de agosto com o projeto Palavras de Carinho, onde me organizei para estar na escola.

Em setembro, ocorreram algumas interrupções como feriados, minha ausência na escola por ter ido apresentar um trabalho no VI Encuentro Internacional de Tesistas e Investigadores en Temáticas de Cárceles y Acceso a derechos educativos, na Argentina, falta de água no presídio/escola e o conselho de classe, que gerou algumas trocas de horário de alguns professores, além de uma quarta-feira sem atividades com alunas.

O mês de outubro ficou programado como o último de observação na escola, tentei modificar os horários para acompanhar uma professora que atuasse com as turmas que eu acompanhava, pensando que seria positivo ter essa experiência já que, em razão dos dias definidos para observação, acabei acompanhando aulas apenas professores homens. Infelizmente, foi um mês no qual também ocorreram alguns imprevistos, como uma troca de horário na primeira semana, um seminário discente no PPGE-PUC RIO, as provas do ENCCEJA nos dias em que eu estaria na escola e, por último, o dia seguinte ao que ocorreu uma "guerra urbana" com ataques da milícia do Rio de Janeiro, queimando 30 ônibus e prejudicando a disponibilidade de transportes públicos e a segurança no geral.

Com isso, diante das dificuldades que estavam fora do alcance de qualquer um dos envolvidos, encerrei minhas atividades em outubro, compreendendo que não seria possível permanecer em campo e correr o risco de atrasar mais ainda o cronograma calculado para a realização desta pesquisa.

5. Entre ratos, percevejos e fios soltos.

A concepção moderna da prisão como um local de cumprimento de pena e ressocialização do criminoso, não condiz com a realidade

vivenciada por aqueles que frequentam e permanecem em um espaço prisional brasileiro. Ao contrário do que estabelece a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, nos deparamos com dados sobre os elevados números de prisioneiros indicando a superlotação, ausência de assistência médica, alimentação e ambientes precários. Além da desumanização dos espaços prisionais não ser uma adversidade contemporânea, ela se perpetua e os presos precisam sobreviver às condições que lhe são impostas. Julião (2007) aponta que o perfil das pessoas privadas de liberdade reflete a parcela da sociedade que fica de fora da vida econômica e é excluída dos direitos sociais relevantes, expondo um sistema penal construído para aprisionar aqueles que já sofrem pela exclusão social.

Ao acompanhar as aulas no Colégio Estadual Tereza de Benguela, despertei algumas curiosidades das alunas. Mesmo me apresentando diversas vezes, elas me perguntavam o que exatamente eu estava fazendo ali e se eu queria saber algo sobre a prisão, faziam comparações do espaço escolar com a cela e mostravam as marcas, físicas e psicológicas que o espaço prisional deixava nelas.

-Se for pela escola, é tudo bom, mas se for da prisão mesmo... É horrível. Péssimas condições: comida, lugar pra dormir, tomar banho, é cheio de bicho, rato, percevejo.

As condições precárias oferecidas pela instituição penal eram mencionadas em vários momentos durante as aulas, se mostrando uma questão muito dolorosa para as alunas nas turmas acompanhadas. Os aspectos relacionados à assistência material escassa e de má qualidade auxiliam no forte elemento comparativo com o espaço escolar. Na perspectiva das presas, a escola se torna um local eficiente para se passar o tempo, disponibilizar a remissão de pena, socialização e alguns serviços básicos de qualidade como água fresca, absorvente, lanche ou banheiro limpo. Onofre (2007, p.106) destaca que "as relações e os procedimentos existentes na escola da prisão diferem das demais esferas da ambiência prisional, e isso motiva os alunos-presos a se envolverem com as atividades escolares".

As conversas sobre as condições de vida dentro do presídio aconteciam de forma natural, durante minhas observações e anotações. Eu percebia que as histórias vinham pela simples vontade de compartilhar ou por algum acontecimento em sala, queriam falar e serem ouvidas, mostravam no próprio corpo, algumas das reações aos percebejos com os quais compartilhavam o ambiente degradante em que viviam:

-Eu entrei na cadeia sem nenhuma marca, olha aqui como estou! [mostra a perna e os braços com marcas mais escuras, como picadas cicatrizadas]

Neste cenário, o presídio Ângela Resende Querino ¹⁸ possui uma história complexa e extensa no que se refere a sua infraestrutura. O local foi citado em 2012, no relatório anual do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ), por apresentar um espaço insalubre com infestação de insetos como baratas e ratos, iluminação precária, fiação elétrica exposta, oferta insuficiente de produtos para higiene pessoal e o não fornecimento de água potável. Diante das irregularidades, houve uma recomendação para o fechamento da unidade e um processo feito pela defensoria pública ao governo do Rio de Janeiro exigindo que o espaço fosse interditado caso não atendesse às exigências de melhorias.

O presídio, que atualmente recebe o público feminino em regime fechado e provisório, permanece com relatos de presas expondo problemas similares ao denunciado e averiguado pelo MEPCT/RJ há 11 anos atrás. Em janeiro de 2020, uma inspeção foi realizada e um relatório foi produzido, neste, é explicado que a unidade tinha sido recém-inaugurada no mesmo espaço antigo, recebendo presas de outras unidades femininas do sistema penitenciário fluminense. O relatório da inspeção ressalta que, no período da visita, encontravam-se na unidade 671 presas e que na estrutura anterior, a capacidade era para 216 vagas, a direção afirmou que o aumento de vagas adveio da colocação de beliches (Relatório MEPCT/RJ, jan. 2020).

Como questões examinadas, o documento analisa as condições materiais, regimes, atividades e os tratamentos dispensados aos

¹⁸ Nome fictício dado ao presídio

custodiados da unidade. É registrado, segundo as informações oferecidas pela direção, que as presas eram recebidas com um kit de higiene contendo absorvente, papel higiênico, pasta de dente, sabonete, cobertor e toalha, entretanto, em conversa com as presas, é descrita uma situação completamente diferente:

Estavam há uma semana sem sabonete, relato uníssono nas celas com as quais conversamos, ainda havendo relatos em alguns espaços que houve, como forma de castigo, a retirada tanto dos ventiladores, quanto dos cobertores. Também teriam sido retirados outros itens pessoais das presas como maquiagem e a “sucata”, e ainda que a quantidade de absorventes fornecidos era insuficiente. Todas as presas possuíam apenas uma muda de roupa. Ainda deve ser ressaltado que há na unidade presos trans, que afirmam não ter autorização para custodiar cuecas. Os chinelos estavam em péssimo estado de conservação.” (Relatório MEPCT/RJ, janeiro, 2020)

Há ainda descrições sobre a baixa qualidade da comida oferecida, em quantidade insuficiente e sendo visível que as reclusas passavam fome, narrativas sobre o fornecimento de água e luz ser precário e celas com lotações extremas, possuindo de um a três sanitários para celas com 70 mulheres. O local ainda era considerado "completamente desestruturado" para receber visitas, sendo informado que os familiares estavam sentando-se no chão e não havia um espaço destinado para visita íntima, acesso à saúde precário, sem fornecimento de medicamentos para presas com diabetes, osteoporose ou agravos crônicos, tampouco exames para aferir a carga viral de presas que convivem com HIV.

No relatório de janeiro de 2020, sendo alvo de denúncias, o presídio foi considerado um ambiente inadequado para a manutenção das presas, sofrendo poucas alterações estruturais para o seu aumento de capacidade em comparação com o antigo estabelecimento. O MEPCT/RJ realça uma lista de recomendações para melhorias no presídio, entre elas: uma recontagem das vagas da unidade, se baseando na realidade de capacidade com a estrutura do local, priorização de aplicação de penas alternativas à privação de liberdade como uma possibilidade de impedir

situação de superpopulação (destacando a prisão domiciliar para as grávidas) e o direito à assistência jurídica e médica adequada.

No final do ano de 2020, especificamente em novembro, uma segunda inspeção foi realizada e vale ressaltar que, neste período, o Brasil ainda sofria consequências da pandemia do Covid-19. Este outro relatório registrava que espaços da escola e quadra haviam sido cedidos para o isolamento de pessoas contaminadas pelo Covid e uma galeria, chamada de galeria B, passou a receber um hospital de baixa complexidade, que não chegou a ser utilizado. Esta galeria não retornou à função original, ocasionando no agrupamento de todas as presas em apenas uma outra galeria, a Galeria A. O documento sinaliza que mesmo com a perda da galeria B inteira, a capacidade não foi alterada oficialmente, algo incompreensível para a comissão MEPCT/RJ que foi informada pela direção que havia 538 vagas na galeria A, sem qualquer explicação metodológica da contagem, tendo em vista que a Galeria B, até então inativa, era a que possuía as maiores celas e mais capacidade para acomodar as mulheres privadas.

Neste panorama, os relatos são de efeitos severos de superlotação com presas dormindo no chão, a precariedade dos kits de higiene seguia com as mesmas problemáticas de janeiro, porém com o agravamento sobre a falta de acesso a máscaras e absorventes. Já na alimentação, houve uma melhora em relação à última visita, entretanto, a mistura do feijão com o resto daquentinha, por vezes, fazia com que azedasse tudo, ainda ocorria relatos unânimes de comida com baixa qualidade, quantidade e variedade de refeições, destacando o péssimo preparo de alguns alimentos.

É importante frisar que neste relatório existia uma preocupação quanto à estrutura da unidade prisional, justamente pela prevenção à contaminação do vírus da covid-19. As celas visitadas apresentavam baixa ventilação e havia restrições quanto ao fornecimento da água, sendo aberta no período das 06:30 até às 10 horas e reaberta somente entre às 17 e 21 horas. Além disso, ainda persistiam os problemas de falta de luz, camas de baixa qualidade, forte presença de ratos e baratas, falta de material de limpeza e o impedimento de visitas em março, só retornando,

de forma restrita¹⁹, em setembro de 2020. Segundo o relatório, a pandemia também agravou os problemas em relação ao acesso à assistência jurídica e médica, com ausência de notícias processuais, atrasos nos benefícios, suspensão das audiências e uma queda significativa no número, já precário, dos servidores de saúde na unidade.

Conforme citado anteriormente neste trabalho, em 2022, um relatório temático sobre as violações de direitos humanos de meninas e mulheres em privação de liberdade no Rio de Janeiro foi lançado pelo MEPCT/RJ, intitulado "Se põe no seu lugar de presa". O título, como é descrito na própria introdução do documento, foi a frase que uma adolescente parafraseou de uma agente de segurança socioeducativa durante uma fiscalização do MEPCT/RJ, em setembro de 2022. A proposta era atualizar o relatório lançado "Mulheres, meninas e privação de liberdade", lançado em 2015.

O presídio é caracterizado, diante das observações e diálogos acompanhados pelo MEPCT/RJ como precário. É descrito que há infiltrações, vazamentos de água, beliches sustentados de modo improvisado pelas presas e goteiras ou buracos com entrada de água da chuva. São mais uma vez ressaltadas todas as características anteriores e as poucas mudanças ocorridas em 2020. Há registros também de acumulação de três regimes: provisório, fechado e semiaberto, as presas com penas mais altas de regime fechado eram transferidas para outra penitenciária.

Este relatório de 2022 é bem extenso e nos proporciona uma dimensão do cenário prisional da unidade pesquisada justamente por considerar os olhares das internas. Também são assinaladas melhoras em relação à iluminação do local, com relatos de aumentos da capacidade do transformador da unidade. Já no que se refere à alimentação, o documento corrobora as constantes denúncias sobre a pouca variedade e quantidade de comida ofertada, além dos frequentes casos de alimentos azedos e narrativas sobre bichinhos no feijão e cabelos na comida. No

¹⁹ "com necessidade de uso de máscaras, distanciamento social, dentre outros, além de seguir suspensão para visitantes de grupo de risco e crianças, assim como também para presos de grupo de risco" (MEPCT/RJ, setembro, 2020, p.14)

aspecto geral, é acentuado que a circunstância do presídio ao longo dos anos de funcionamento, sobretudo após a interdição, não apresentou melhoras significativas de convivência, estrutura e tratamentos aos custodiados.

Cabe ressaltar que o relatório mais recente feito pelo MEPCT/RJ é de 15 e 20 de junho de 2023, data muito próxima do início desta pesquisa e as informações contidas ajudam a formar conexões com os relatos das alunas registrados durante as aulas observadas em pesquisa.

Neste último e atual relatório, o MEPCT/RJ retrata as constantes visitas feitas desde a inauguração do espaço, destacando novamente a preocupação com os riscos financeiros e logísticos ocasionados pelas alterações realizadas, sendo uma unidade alvo de intensas denúncias a respeito da falta de água, alimentação, acesso à saúde insatisfatório e sobrecarga dos funcionários, confirmando a inadequação para ser uma unidade prisional.

Mesmo após a reabertura da galeria B, ainda persistem os problemas provenientes do número irregular de vagas, colapsando o fornecimento de serviços como água e esgoto. Um outro elemento apontado são as condições do alojamento dos agentes penitenciários, encontrado em péssimo estado de conservação com camas de metal com colchões velhos, armários com portas caídas, impossibilitando o uso com tranca, geladeira que não fecha, ar-condicionado quebrado, propício a alagamento quando chove e com uma extensa infiltração. Em todas as celas visitadas possuíam relatos de goteiras, infiltrações, vazamentos, quantidade de vasos sanitários insuficiente, presença de ratos e sem fonte de luz natural, ou seja, podemos constatar que o ambiente se conserva insalubre e com as mesmas adversidades encontradas nos relatórios anteriores.

A alimentação, objeto de intensas reclamações, segundo o relatório, é entregue em horário inadequado, forçando um jejum de mais de 14 horas entre a última e a primeira refeição do dia seguinte, permanecem também as reclamações sobre o feijão azedo, comida estragada e pouca variedade. A água consumida vem das torneiras disponíveis, sendo a mesma água dos banhos, e há relatos de cheiro

muito forte de cloro das bicas que ocasiona prejuízos nos cabelos e dores de barriga.

Sobre o kit de higiene, elemento que também apresentava problemas quanto à distribuição nos anos anteriores, em 2023 foi informado pela direção que há uma seletividade, em que a entrega é feita somente para as presas que não recebem visitas. O relatório sinaliza que o atendimento familiar não deve operar como substituto da assistência do Estado, portanto, os kits devem ser disponibilizados igualmente a todas as presas. Em suma, o relatório de 2023 é composto de agravantes de situações já expostas nos anteriores, ausência de condições mínimas somadas ao abandono enfrentado pelas mulheres e homens trans presos, assinalando a urgência de uma reavaliação do espaço que acarreta violações sérias que, com o tempo, só aparenta aumentar.

Em 27 de agosto de 2023, o portal da G1 noticiou que o relatório foi direcionado à Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap) para ciência e possíveis procedimentos, entretanto, divulgaram uma nota da SEAP justificando que não há vazamentos nas celas e que a unidade recebeu novos colchões após a vistoria.

As violências impostas nesta unidade prisional aparecem nas falas das alunas pelas “brechas” que elas encontram nas aulas. Por exemplo, quando o prof. 3 mencionou, antes de iniciar uma aula, uma ex-aluna que, em liberdade, havia cometido suicídio, as alunas questionaram o que poderia ter despertado essa ação em uma pessoa liberta que, na visão delas, possuía conforto na vida, comparando com as condições em que viviam ali.

Aqui a comida é horrível, só vem pior, tem dias que não dá pra comer não. Já veio sambiquira cozido, muito ruim, mal-feito, mal lavado e com fezes.

Pessoas privadas de liberdade, como as próprias palavras já definem, são pessoas que perderam o seu direito de liberdade, estando em posse, conforme a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, dos seus direitos de assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Em seu artigo 13, está especificado que "o estabelecimento

disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração." Nas Regras de Mandela - Regras Mínimas Das Nações Unidas para o tratamento de presos, referente à alimentação, a regra 22 expressa que:

1. Todo preso deve receber da administração prisional, em horários regulares, alimento com valor nutricional adequado à sua saúde e resistência, de qualidade, bem-preparada e bem servida.
2. Todo preso deve ter acesso a água potável sempre que necessitar.

Foi perceptível durante as atividades de observação que os direitos das mulheres presas na unidade estavam sendo violados. Como já mencionado anteriormente, era ali que elas adquiriam água potável de qualidade, um banheiro limpo, um lanche (merenda escolar) e oportunidades de socialização com as outras presas e com os professores, alçando informações sobre outras celas e galerias prisionais, assim como do mundo fora da prisão.

Os pedidos de objetos do mundo externo eram frequentes, os professores eram orientados a não ceder para qualquer pedido, mas isso não impedia que elas usassem da oportunidade. Pediam balas e utensílios de papelaria diversos. Durante uma aula de Artes, registrei a situação e o diálogo a seguir:

Uma aluna em tom de brincadeira pede para o professor trazer uma bala halls para ela na escola. Ele explica que não pode. Ela argumenta o quanto é um pedido simples e que provavelmente não daria problemas

- *É só falar que é sua bala, professor.*

O professor explica que mesmo sendo algo simples, não pode e, mesmo que pudesse, ele não levaria porque elas iriam pedir cada vez mais coisas – *“Daqui a pouco vocês estão me pedindo chicletes, canetas, folhas, esmalte, chocolate...até camisinha”.*

Uma outra aluna então responde baixo, de forma que não foi ouvida pelo professor: - *“Camisinha pra que? A gente não transa!”.*

Conforme já foi destacado pelos relatórios do MEPCT/RJ, a unidade prisional onde fica a escola na qual foi feita esta pesquisa não possui um local destinado para visitas íntimas. Lima (2006) salienta que a discussão sobre a criminalidade feminina foi atravessada por estereótipos e noções de menos valia da mulher. A desigualdade de gênero é

constatada quando se percebe que o direito à visita íntima para homens foi introduzido há muito mais tempo e com regras mais flexíveis do que para as mulheres. A autora usa como exemplo a pesquisa feita na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, onde somente é permitida a visita íntima uma vez por mês, no período de duas horas e dependendo da união conjugal. Já com os homens, há possibilidade de mais encontros, com diferentes parceiras e sem discriminar tipos de vínculos.

Para a autora, identifica-se na visita íntima feminina, uma preocupação institucional com o controle da sexualidade e seus "riscos" à saúde reprodutiva, como gravidez, contracepção e vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis. A violação do direito à visita íntima não é nenhuma surpresa no contexto de encarceramento feminino, uma vez que, no Brasil, o direito foi instituído em 1987, vigorando rapidamente nos cárceres masculinos, porém somente 14 anos depois, em 2001, as mulheres adquiriram o direito. (Lima, 2006; Jahara, 2015)

Os diálogos ocorridos entre os professores e as alunas, demonstram o respeito e a confiança existentes nas relações interpessoais da escola. Embora reconheçam o papel do professor como mediador de conhecimentos, as alunas também manifestam uma relação de confiança para expor questões relacionadas ao encarceramento, associando a escola como um local separado da prisão.

A direção escolar me deixou livre para transitar pelas salas o quanto achasse necessário, percebendo que na aula que eu iria acompanhar estava ocorrendo um atraso maior da descida das alunas, justificado pelo horário daquele dia bater com o horário de visita. Estive em uma aula de Português, com a turma do NEJA III, já conhecida de outras aulas observadas. Ao pedir permissão ao professor para acompanhar aquela aula, ele achou por bem não só permitir como me apresentar e deixar o tempo aula completamente livre para que as alunas conversassem comigo.

Existia uma ânsia enorme de contar suas histórias pessoais e de como acabaram no ambiente prisional, não costumavam detalhar sobre seus crimes, mas questionavam a precariedade do local e as penas que

deveriam cumprir. Uma das alunas relatou como ela considerava injustas algumas penas dentro da cadeia, que conhecia uma outra mulher que estava na prisão por um crime semelhante ao dela, mas que tinha sofrido uma penalidade muito mais rígida.

O professor interveio na conversa, explicou que cada caso era estudado e sentenciado de forma individual, que a justiça analisava todos os detalhes e averiguava o tipo de crime, sendo que cada crime possuía uma punição distinta e que, dependendo do ocorrido, poderia aumentar ou diminuir os anos de condenação. O professor ainda afirmou que, quando o autor do crime é reincidente no sistema penal, a penalidade pode ser maior também.

Neste momento, ao perceberem que o professor falava com propriedade sobre assuntos jurídicos, a aula tomou um novo rumo, as alunas começaram a querer tirar dúvidas pessoais, tornando difícil acompanhar e anotar todas as interações existentes ali. Próximo do fim da aula, uma aluna disse: “Quando que estaríamos discutindo isso na cela? Por isso que é bom vir pra escola!”

Sua fala reforça a concepção da escola como um ambiente proporcionador de elementos que faltam no ambiente prisional, afinal, assistência jurídica também é um direito garantido por lei a todos os reclusos, entretanto, é uma fala que também sinaliza o quanto existe a necessidade de conteúdos educacionais articulados às vivências do público escolar. Conforme Penna, Carvalho e Novaes (2016), as práticas docentes precisam se amparar em procedimentos distintos, levando em consideração as especificidades do alunado. Neste contexto, as práticas pedagógicas devem ser baseadas nos princípios da EJA e evidenciar a promoção dos sujeitos, estimulando a reflexão e a participação das alunas, além de levarem em consideração as contradições presentes na escola dentro da prisão.

O que nos permite pensar em questões relacionadas ao currículo implementado nas escolas que funcionam nas prisões. Para Hora e Gomes (2007), a ação educativa como estratégia no processo de ressocialização se materializa no currículo, sendo caracterizada de diversas formas. Os autores descrevem que no currículo estão implicadas

relações de poder que transmitem visões sociais particulares. Entretanto, não há um currículo diferenciado nas escolas prisionais, sendo o mesmo desenvolvido para a Educação de Jovens e Adultos nas escolas extramuros. O argumento dos autores é bastante pertinente para o contexto desta pesquisa, ao questionarem “como é possível o mesmo sistema de ensino, os mesmos processos de seleção e organização de conteúdos e objetivos para atender a uma população que se encontra numa realidade totalmente peculiar?” (Hora e Gomes, 2007, p.42). Ocorre, então, um estranhamento dos métodos em relação à realidade na qual estão inseridos, além de existirem conflitos diretos com a rotina da unidade prisional à qual estão submetidos.

De acordo com os autores, as práticas educativas sem procedimentos específicos de adequação à educação prisional terminam por dificultar o reconhecimento dos sujeitos envolvidos. Ressaltam que a proposta de um currículo diferenciado não é sobre mudanças de conteúdo, mas sim sobre adequá-las ao cotidiano prisional e à realidade desses sujeitos.

Com isso, é indispensável pensar na escola na prisão como um local que poderia viabilizar a abordagem questões ligadas aos direitos humanos nos mais variados contextos, auxiliando a compreender seus direitos garantidos como pessoas presas assim como compreender e debater questões de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Afinal, a escola nesse contexto pode ser um espaço que oferece oportunidades de diálogos e não mais um mecanismo de repreensão.

Durante as aulas, sempre ocorria uma demora inicial para permanecerem em sala de aula, devido à dinâmica do banheiro e água. Essa movimentação intensa costumava permitir conversas entre elas e perguntas direcionadas a mim.

Em um determinado dia, antes das aulas começarem, uma aluna chegou perto e disse que a cadeia era o lugar mais horrível que já passou na vida, também descreveu que tinha ratos, percevejos e fios soltos pelas celas e que, ali dentro, tudo valia dinheiro.

Aqui, se você não souber fazer alguma coisa, não sobrevive bem. Eu era manicure lá fora e faço serviços aqui dentro. Faço tudo com um cortador de unha e cobro 5 reais

Para Elizabeth Sússekind (2014), o estado não consegue controlar grande parte das questões relacionadas ao cárcere, como as condições básicas aos presos, guardas, familiares, comerciantes e outros. A prisão é reconhecida como insatisfatória, mas entendida como necessária, comprovando que as finalidades atribuídas à instituição prisional não são alcançadas, inclusive pelo alto índice de reincidência. A autora descreve que a prisão não pode ser entendida como uma entidade padronizada, em que os presos são como uma massa homogênea, previamente identificada por violência e condenação. A construção é diária, envolve diferenças em cada unidade e período, sendo interpretada pelos seus participantes, que recebem influências externas da sociedade livre.

Era a venda de serviços ou objetos que algumas presas usavam como recursos de sobrevivência dentro do presídio; relatos sobre o abandono familiar e oferta de alimentação ruim também geram uma busca por alternativas ao estilo de vida dentro da penitenciária. Foi durante a aula sobre cultura, na disciplina de filosofia e sociologia, que uma aluna conseguiu explicar melhor alguns dos mecanismos existentes naquele contexto social. Após a leitura do texto²⁰ escrito no quadro, o Prof. 1 questionou o que elas consideravam cultura e uma aluna usou a cultura da cadeia como exemplo:

- Tem a cultura da cadeia né? A gente tem formas de falar diferente, até tem libra na cadeia. [A aluna mostra então o alfabeto de “libras” utilizado por elas, onde conversam entre si quando não podem fazer barulho ou falar; o alfabeto é similar ao de libras original, com mudanças de algumas letras.]

- Aqui a gente faz nossa comida também, esquentamos e assamos pudim de pão, bolos... tudo na perereca”
[Perereca é um forno/fogão produzido pelas presas com fios, alumínio de quentinhas, água e sal]

²⁰ texto transcrito do quadro: Cultura - tudo aquilo que uma sociedade faz e/ou se manifesta

Etnocentrismo - Uma cultura sendo considerada como a única e absoluta

Xenofobia - Preconceito em relação à origem do país ou cidade de uma determinada pessoa.

Relativismo cultural - É o entendimento que as culturas são variadas.

- A gente entra aqui, precisa aprender senão fica sem nada. Teve um dia que uma ala ficou sem luz de tanto mexer nos fios. Mas a gente faz assim mesmo.

O professor concorda e diz já ter ouvido o termo “perereca” dentro da escola no sistema prisional masculino, sendo esses elementos que compõem a cultura da cadeia, assim como algumas palavras específicas e outros maquinários, por exemplo, a máquina de tatuagem que é feita de forma improvisada pelos presos. Prosseguindo com a leitura do texto, são citados xenofobia, etnocentrismo e relativismo cultural, quando a aluna relata já ter sofrido xenofobia dentro da cadeia:

Nossa, eu já ouvi demais porque não sou daqui, até na cadeia mesmo, já riram do meu sotaque, como se eu estivesse falando outra língua. Com o tempo, melhorou.

Onofre (2007) sinaliza que o controle exercido sobre os privados de liberdade de maneira ininterrupta leva a assimilar, em maior ou menor grau, a cultura carcerária. Com isso, o preso constrói experiências dentro dos padrões de vida do encarceramento, ocasionando uma deterioração da sua identidade livre e uma adaptação aos padrões e procedimentos impostos pela instituição.

No ocorrido dentro da sala de aula, a aluna identifica o conteúdo exposto pelo professor e consegue se apropriar dele para compreender o ambiente em que vive. Segundo Puentes e Longarezi (2013, p 5) " a educação possui a responsabilidade de oferecer condições para que o homem efetue a apropriação da cultura criada pela humanidade ou pelas gerações precedentes, em cujo processo ele elabora também sua própria humanidade". A educação deve propiciar ao aprendiz a condição para dominar a realidade e transformá-la, sendo através dos saberes científicos e sistematizados que o ser humano cria as condições básicas para sua inserção na sociedade, garantindo não só a sua sobrevivência como também perpetuando o futuro da humanidade. Para os autores, é através da educação, entendida como a mais ampla transmissão de cultura que o indivíduo entra em contato com a experiência humana e se apropria, uma vez que este processo de apropriação acontece, constitui a forma exclusivamente humana de aprendizagem.

5.1. Feminino versus masculino?

É inevitável não perceber o sentimento de comparação expressado pelas alunas acerca da condição delas. Além de comparar a cela com o ambiente escolar, elas fazem constantes comparações entre os sistemas prisionais masculinos e femininos, acreditando que por lá é mais organizado, que os homens possuem mais regalias e tratamento melhor.

Neste trabalho, não há o interesse em fazer uma análise comparativa entre o encarceramento masculino e feminino e não há pesquisas que comprovem que existe uma infraestrutura física e material melhor nas prisões masculinas, uma vez que o sistema prisional brasileiro, em geral, oferece condições péssimas. No entanto, as prisões são um fragmento das sociedades em que são inseridas e reproduzem a perspectiva patriarcal. Ao entender o contexto histórico de construção e formação dos espaços prisionais destinados a mulheres criminosas, encontramos um processo de encarceramento feminino tratado como um problema moral e imerso nas desigualdades raciais e de gênero. Souza e Siquinelli (2018) descrevem a prisão e a justiça criminal como elementos que reforçam a subalternidade da condição da mulher. O moralismo se impõe como uma ferramenta de controle dos corpos e mulheres cumprem suas penas em unidades que não foram preparadas para recebê-las, são separadas dos seus filhos, quando grávidas, recebem atendimentos médicos e neonatal precários, enfrentam um índice maior de abandono familiar, além de possuírem uma oferta menor de oportunidades de trabalho prisional.

As alunas relatam que não existe uma união feminina dentro da cadeia, há muitas “picuinhas” e “panelinhas” e com isso, fica difícil de se organizar e buscar um objetivo comum. Em um determinado diálogo, uma aluna relata a falta de união em prol da busca por melhorias na unidade prisional:

Ah, lá eles [homens] têm as coisas né? Eles conseguem ajuda. Aqui pra gente conseguir é muito mais difícil. Tem muita briga na cela! Aqui tem briga demais.

Minzon, Danner e Barreto (2010) argumentam que a mulher inserida no contexto penitenciário passa a adquirir uma nova identidade,

que marcará a vida mesmo após sua saída da prisão. Ao receberem uma forma de vida indigna, suas identidades e singularidades sofrem transformações, acarretando a necessidade de se tornar alguém e reformular a si própria. A prisão consegue reproduzir o modelo de exclusão e violência e assim perpetua o controle dos corpos e os instintos de sobrevivência e extrema defesa ao ambiente em que estão convivendo.

As relações internas das mulheres presas, em que algumas relatam falta de solidariedade e empatia com as semelhantes no convívio, podem ser evidenciadas em um episódio observado no decorrer de uma aula de história e geografia, em que prof. 3 fala sobre gentileza e apresenta um pouco da história do profeta gentileza²¹, uma figura muito conhecida no centro urbano do Rio de Janeiro, principalmente por confeccionar escritos peculiares nas pilastras do viaduto do gasômetro, sendo "Gentileza gera Gentileza" a sua frase mais conhecida. Ao propor que as alunas abordassem o tema e argumentassem sobre os benefícios de praticar a gentileza, uma aluna retratou situações vivenciadas dentro da cadeia:

Eu acho um absurdo que lá na cela, se uma mulher menstruada acordar suja, ela precisa esperar a vez dela no banheiro. Ninguém deixa ela ir na frente, mesmo toda suja"

Uma outra aluna completa: - Lá na minha tem prioridade sim, para as menstruadas e para quem tem visita.

Acaba dependendo do monitor, né? Tem monitores que acabam colocando uma ordem, mas tem uns que usam a prioridade né, aí o primeiro a usar o banheiro é o monitor, depois o sub monitor e depois as filhas de cadeia.

Vale ressaltar que no contexto da prisão onde foi realizada a pesquisa, pelo o que foi explicado pelas alunas, a palavra "monitor" se refere ao monitor de cela, que atua como um representante daquele espaço, são presas (ou presos, no caso de homens trans) que atuam dentro do cárcere em prol da disciplina, organização e comunicação direta com a administração do presídio, diferente do termo monitor usado em algumas unidades prisionais pelo Brasil para designar presos que desempenham atividades educacionais como educador.

²¹ através do clipe gentileza da Marisa Monte

5.2. Os homens trans na cadeia.

Este estudo não possui a finalidade de abarcar concepções relacionadas aos homens transgêneros na prisão, entretanto, cabe mencionar que são indivíduos que estão aprisionados em uma prisão feminina, participando do cotidiano e das relações sociais existentes no cárcere, estão presentes no ambiente escolar e suas interações perpassam o debate sobre a condição feminina na prisão.

Foi observada dentro da escola, em número menor, a frequência de homens trans. Existiu também uma dificuldade de identificar se assim alguns gostariam de ser reconhecidos, justamente por notar que, dentro da escola, muitas alunas simplesmente denominavam como "sapatão".

Dentro da escola, observei que há respeito quanto a identidade do aluno, todos os professores que acompanhei acolheram os nomes apresentados pelos mesmos, até aqueles que não possuíam um nome social registrado, e não havia também qualquer sinal de constrangimento em perguntar como eles gostariam de ser tratados.

Ao longo de uma aula de filosofia/sociologia, o professor começa a ler o texto²² do quadro e pede explicações e exemplos do sentido de subjetividade, uma aluna responde e ele parabeniza:

- *É tipo o que a pessoa acha, né não? Por exemplo, eu posso gostar de uma música e uma outra pessoa odiar ela.*

- *Parabéns, você é uma gênio!* Concorde o professor

A aluna ri e o professor completa

“- *Gênia ou Gênio?*”

Ela responde “- *Gênia*”

Entretanto, a dúvida é compreensível porque a aluna em questão é chamada pelas outras por um nome masculino, além de, às vezes, se referir a ela com pronomes masculinos. Perguntei se ela/ele não se

²² Gosto e Subjetividade: O conceito de gosto não pode ser encarado como uma preferência arbitrária e imperiosa da nossa subjetividade. Quando o gosto é entendido dessa forma, ele refere-se a si mesmo do que ao mundo dentro do qual ele se forma e esse tipo de julgamento estético decide o que preferir em virtude do que? Passando a ser medida absoluta de tudo (aquilo que gosto é bom e aquilo que não gosto é ruim) e nessa atitude só pode levar ao dogmatismo e preconceito. A subjetividade em relação ao objeto estético precisa estar mais interessada em conhecer, entregando-se às particularidades de cada objeto, do que em preferir. Nesse sentido, ter gosto é ter capacidade de julgar sem preconceitos.

incomodava com a confusão do nome, já que no registro estava o nome feminino, mas todos lá o chamavam por um nome masculino:

- *Não, não me incomoda em nada, aqui começaram a me chamar assim. Na rua eu tenho outro apelido até. Eu não vou trocar de nome não.*
- *E os professores, te chamam como? Questionei.*
- *Normalmente pelo meu nome que tá na remissão. Mas não tem problema nenhum. Eles são muito legais, as vezes falam no masculino também*
- *Entendi, então tá tudo bem? Confirmei.*
- *Não, e eu não tenho vontade de mudar o nome não, lá na rua me chamam pelo apelido e se eu fosse fazer alguma coisa, eu tiraria o peito só. Já tive minha filha.*
- *Mas você tem esse desejo?*
- *Só porque me incomoda. Sei lá.*

Barcinski (2012) investiga o fato de algumas mulheres assumirem explicitamente a postura de homens na prisão e explica que serem reconhecidas como homens em uma prisão feminina garante alguns privilégios destinados socialmente aos homens, sendo necessário entender também que as relações homoafetivas entre mulheres buscam valorizar a comunicação, ternura, amizade e companheirismo, ou seja, são pautadas no afeto e não somente na relação sexual. A autora ressalta que para entender as vivências homossexuais é preciso assumir eixos estruturantes da identidade, tais como gênero, classe, cor e orientação sexual, afinal, uma mulher branca, de classe média se identificar como homossexual ou estar envolvida em uma relação homoafetiva possui um significado distinto de mulheres pobres, negras e privadas de liberdade.

Para a autora, na perspectiva da "cultura prisional" a homossexualidade pode acabar se caracterizando como uma ruptura do mundo extramuros e até em uma reação temporária ao encarceramento, sendo capaz de produzir mudanças como um processo de "prisionização" em que adquirem uma nova linguagem, formas de gesticular, vestir e mudanças no comportamento. Neste contexto, vale repensar, de acordo com as concepções expostas por Barcinski (2012), se no diálogo retratado a aluna em questão estaria internalizando dentro do espaço prisional uma identidade masculina, já que assim foi designada e reconhecida pelas outras presas ou esteja passando por um processo de descoberta da própria identidade.

Quanto ao tratamento de homens trans dentro da escola prisional, também pode ser citada uma ocorrência durante o projeto “Palavras de Carinho”, quando, ao já ter iniciado toda dinâmica da atividade, a diretora do colégio interrompeu a aula para apresentar um novo aluno que estava perdido em outra turma e era recém matriculado. O aluno, visivelmente um homem, foi apresentado com o nome feminino, deixando explícito que se tratava de um homem trans. De fato, por ser uma unidade feminina que não aceita homens cisgênero, era de se esperar que a pessoa ali exposta fosse um homem trans, entretanto, a apresentação realizada pela diretora me deixou desconfortável, principalmente por se tratar do primeiro dia dele na instituição.

O professor o recebeu e explicou que em um outro dia o chamaria para participar da atividade em que pudesse aproveitar o tempo integral e na hora de anotar o nome perguntou ao aluno novamente qual era o seu nome. Este respondeu um nome masculino que prontamente foi anotado na lista de chamada. Alguns minutos depois, a diretora retornou, pedindo desculpas e, com uma folha na mão, anunciou o nome social do aluno novo.

A escola deve ser uma instituição que proporciona espaços e profissionais que possibilitem a prática de valores como o respeito à diversidade existente na sociedade, conforme indicado no caderno SECAD 4, sobre Gênero e Diversidade Sexual na Escola:

Espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento. (SECAD, 2007, p. 9)

A aula de história e geografia, que abordou o tema da gentileza, citada anteriormente, contribuiu com mais exemplos sobre a participação efetiva das relações entre as mulheres e os homens trans, deixando explícito não só a ausência do Estado com assistência material como também uma organização hierárquica de controle interno pelas próprias

presas. A mesma aluna que estava indignada com a falta de prioridade do banho para as mulheres cujas roupas estão sujas de menstruação, relata que um dia percebeu que uma outra presa tinha acabado de voltar do hospital após fazer um tratamento de tuberculose e que a mesma estava sem sabonete para usar e possuía um odor muito desagradável:

Era função do monitor tentar fazer um pedido de sabonete para essa menina, mas não fizeram. Eu até tentei pedir, mas não consegui, então eu dei pra ela o pedaço pequeno de sabonete que usava para lavar as minhas calcinhas.

Questionei o que exatamente era a função de monitor, sobre o poder que ele obtinha dentro das celas e porque ela estava se referindo ao masculino para designar a função.

A função de monitores nas celas são para manter a organização, são como representantes que possuem a função de garantir, dentro do possível, uma convivência agradável entre as presas, sabe? Normalmente são todos sapatões. Aí aqui na cadeia, a gente tem a mania de formar família, sabe? Uma protege a outra, então se tem uma com mais tempo de presa e ela te protege, ela é considerada sua mãe e por aí vai. Aqui dentro tem mãe, tia, avó, irmã... Tudo de cadeia.

As falas da aluna evidenciam o poder de hierarquia entre as reclusas na unidade prisional pesquisada. Torres e Silva (2014) destacam que a sociedade heteronormativa reflete-se nos mais variados espaços, sendo a heteronormatividade considerada a única possível de ser acatada e aceita em uma sociedade patriarcal e hierárquica. O sistema carcerário se apresenta com as mesmas características da realidade extramuros e, por assim ser, os autores destacam que o cárcere reproduz a heteronormatividade da sociedade ocidental e tende a hierarquizar as relações sociais internas. Para os autores:

As internas têm uma organização territorial onde o 'macho' é o poderoso, e se organizam em famílias cuja confiança é depositada de uma detenta para outra e suas funções determinadas por uma hierarquia bem definida. Essas são famílias heteronormativas que possuem relações patriarcais, em que cada presa tem sua 'mãe de cadeia', seu 'pai de cadeia', sua 'irmã ou irmão de cadeia', sua filha ou filho de cadeia" (Torres e Silva, 2014.p. 132)

Uma outra situação que evidencia a representação do patriarcado e reforça o conceito de violência nas relações homoafetivas na cadeia se deu por um diálogo que escutei dentro da sala de aula enquanto o professor organizava o quadro da sala.

As alunas conversam sobre uma briga que ocorreu na cela delas.

Escutei e questionei:

- Que briga foi essa?"

- *Ah, professora, eu não sei porque a mulher aceita passar por isso. A sapatão bate e humilha ela o tempo todo. Ela já foi para o isolamento, ficou sem visita para seguir ele no isolamento, já apanhou várias vezes, faz tudo o que ele manda e ele só a humilha.*

O contexto deu a entender que estavam falando de um casal, que constantemente brigava e vivia em uma relação de violência e controle abusivo.

- *Eu nem falo mais, antes a gente falava, tentava separar, mas ela sempre volta. Deus me livre de viver assim.*

Conforme citado anteriormente, neste contexto não há como saber se a briga se deu por uma relação heterossexual entre um homem transsexual e uma mulher cisgênero ou uma relação homoafetiva entre duas mulheres cisgêneros, entretanto, evidencia a forte construção social do "ser homem" e "ser mulher", em que para ao masculino é designada a função de força, violência, controle e autoridade enquanto ao feminino está destinado um lugar subalterno, de dependência e fragilidade. De acordo com Torres e Silva (2014, p.135):

A presa feminina está ali para servir à presa masculina, assim como nas sociedades patriarcais a mulher se submete ao homem em relações desiguais, além de ocupar uma posição subalterna na configuração espacial. (Torres e Silva, 2014, p.135)

5.3. Estética

Um outro fator identificado nas conversas ocorridas na sala de aula foram questões relacionadas à estética. Já foram citados exemplos de mulheres realizando o ofício de manicure dentro do cárcere e, ao questionar como o serviço era feito, uma vez que utensílios para os cuidados com as unhas são pontiagudos e precisam de esterilização, me foi informado pelas alunas que elas realizam o procedimento apenas com um cortador de unha. Aliás, este é um objeto utilizado para várias

funcionalidades, além de cortar unhas e retirar cutículas, elas cortam os cabelos e o usam como espelho.

A gente se vê no espelho pelo cortador de unha, faz a cutícula e cortar as pontas do cabelo com ele também. A gente se vira com o que tem. Às vezes a gente consegue lápis de olho também, mas tudo passa por fiscalização

A impossibilidade de exercer os cuidados estéticos, aparece nas falas das alunas como um fato doloroso e incompressível, afinal, porque não podem cuidar dos cabelos, usar maquiagens e adornos que as ajudam a se sentirem mais bonitas e confortáveis? Sendo a prisão uma instituição que visa punir e controlar os corpos, principalmente o feminino, como já foi registrado da apresentação do contexto histórico, a justificativa para não autorizar objetos com fins estéticos é sobre os riscos que alguns deles, como alicates e espelhos, podem trazer a segurança do ambiente. Entretanto, as alunas discutem o quanto esse mecanismo de controle e segurança é seletivo e contraditório. Durante a aula de tema livre com o professor de português, uma aluna relatou que elas não possuem acesso a espelho e que tudo relacionado ao cuidado com a beleza é feito através do improviso com os objetos que estão à disposição e são aceitos dentro da cadeia:

O professor explica que certos objetos são proibidos na prisão pelo poder de se transformarem em uma arma perigosa na mão das internas. Relata ainda sobre a cadeia possuir um espaço destinado para o cuidado da beleza, um espaço próprio e vigiado.

-Mas não é usado professor. Rebate a aluna. - O espaço tá lá só pra ver, teve um curso e depois nunca mais. Não tem acesso. Eu até entendo que o espelho pode virar arma sim, mas tem outros objetos que podem entrar e eu também acho perigoso.

Aproveito para perguntar sobre as meninas que possuem cabelo raspado. Como elas fazem essa manutenção?

- Cada cela pode ter duas máquinas para raspar o cabelo e duas pranchas também. Ela responde

-E como vocês fazem essa divisão? Pergunto.

-Aqui na cadeia é tudo comprado, nada é de graça. A unha é cinco reais, tem manicure aqui dentro, as sapatão que sabem raspar o cabelo direitinho também cobram pra fazer e assim vai. Tudo cobra.

- E a depilação? Continuo questionando.

- Nós recebemos a gilete de 15 em 15 dias”

- E a menstruação?

- Um pacote por mês da prisão e a escola também dá pra gente.

A ausência da assistência básica de higiene pessoal é conflitante com o exercício de cuidados e manutenção da estética e beleza. Se a instituição mal contempla os cuidados com a higiene pessoal, o que podemos esperar pela sensibilidade quanto à atenção aos cuidados da beleza? Cunha (1996) descreve que o estabelecimento prisional restringe a autonomia do indivíduo, usando argumentos da segurança, moralização ou até mesmo o processo de reabilitação, sendo um ambiente onde as internas perdem a percepção e o controle do próprio corpo. Esta perda de controle ao corpo é perceptível no escasso acesso à saúde e na falta de visitas íntimas, mas também se revela na preocupação estética. As reclusas sentem falta dos elementos que antes da reclusão eram utilizados no seu modo individualizado de se apresentar ao mundo.

O controle do corpo foi observado em tempos remotos como descreve (Lima, 1983) ao expor na sua pesquisa o guia das internas que especificava os comportamentos das privadas de liberdade sob o olhar das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, na instituição prisional feminina do Distrito Federal, atual Talavera Bruce. No guia, as mulheres são instruídas a fortalecer a fé cristã, ser forte na luta contra o mal existente nelas, através de uma devoção sólida, em que as instruções aprendidas no catecismo são para corrigir os seus defeitos e conseguir deter “conhecimentos gerais em questão da civilidade, moral, economia doméstica, higiene e educação de todas as potências do corpo e da alma” (Lima, 1983, p. 81)

A mulher, no geral, é constantemente cobrada a seguir padrões impostos pela sociedade, uma mulher reclusa, conforme Lemgruber (1983) é vista como transgressora duas vezes, afinal, ela rompe com a sociedade e com o seu papel de mãe e esposa, acarretando uma repressão duas vezes maior também.

5.4. O projeto “Palavras de carinho”

Palavras de Carinho é um projeto realizado na unidade pelo professor de Matemática/Ciências e Física. No documento de justificativa

do projeto, a atividade foi proposta diante da percepção da necessidade de troca de informações com familiares. O Prof. 4 disponibiliza materiais como canetas e papéis coloridos e fundamenta que as cores podem apresentar a personalidade do indivíduo, possuindo o intuito de exacerbar as emoções, oportunidade de diminuir as saudades, extravasar os sentimentos e se reconectarem através das cartas.

O objetivo do projeto é amenizar a angústia por notícias e sua execução ocorre durante uma semana, por duas vezes em cada semestre, ou seja, 4 vezes ao longo do ano, em todas as turmas da escola. Entretanto, a turma de alfabetização possui tratamento diferenciado: como em alguns casos há muita dificuldade da escrita pelas alunas e pouco tempo disponibilizado, elas levam as folhas e um envelope para a cela e confeccionam as cartas por lá.

Neste projeto, as alunas, além de escreverem cartas para os seus familiares, devem escrever pequenos bilhetes com o tema pré-determinado pelo professor, esses bilhetes são chamados por ele de pedágio, como uma forma da escola ter registros dessa atividade. Esses pedágios são expostos no corredor das salas e podem ser escritos com canetas e papéis coloridos.

O prof. 4 realiza esse projeto fora do seu planejamento de curso das disciplinas que ministra no Colégio Tereza de Benguela. Sendo um professor de exatas e biológicas que atende os anos finais e o ensino médio na instituição, seus conteúdos seguem o plano de curso por ele disponibilizado e abordam áreas que contemplam o que está previsto no currículo de cada etapa educacional, como: operações básicas, números primos, operações com frações, conjuntos, raízes, potências, entre outras.

Durante a minha permanência na unidade, pude participar de quatro aulas com o tema: prevenção da violência contra a mulher. As turmas que acompanhei foram: AF 101, AF301, AF 102, AF201, Neja I 01, Neja I 02 e NEJAIII, e o tempo de aula foi todo dedicado à escrita das cartas. As cadeiras e mesas foram colocadas juntas, de uma forma que ficasse uma grande e única mesa, as alunas escolheram as cores dos papéis que desejavam e, no centro, o professor colocou as canetas

coloridas, contando a quantidade previamente e na frente das alunas participantes.

A primeira observação marcante que fiz no período em que acompanhei o projeto foi a pouquíssima movimentação da turma para beber água e ir ao banheiro, as alunas não se levantaram com tanta frequência como nos outros dias, não pareciam querer perder tempo fazendo qualquer outra coisa que não fosse escrever. A recomendação dada pelo Prof. 4 era que elas poderiam escrever quantas cartas fossem possíveis, entretanto, não poderiam de forma alguma, levar folhas vazias para as celas. Ao questionar os motivos, me foi explicado que era para evitar que as folhas virassem mercadorias entre elas, que escrevessem "catuques" ²³para se comunicar ou usassem para esconder buracos feitos nas paredes.

A proibição das folhas na cela, era um discurso quase que cotidiano, mas não consegui, ao longo do tempo de pesquisa, compreender se a origem da proibição era um controle da própria cadeia ou somente da escola. Frequentemente era explicado que elas usavam as folhas como mercadoria, prejudicando inclusive o material da escola, como alguns livros da biblioteca ou cadernos, entretanto, vários outros objetos eram usados como mercadorias, principalmente aqueles que se manifestavam em mais carência pelo sistema prisional como remédios, produtos estéticos ou comida.

Durante uma outra aula que acompanhei, duas alunas também se mostraram confusas quanto à proibição de alguns materiais, alegavam que às vezes passavam na vistoria e outras não. Cadernos e produtos de beleza se encaixavam neste exemplo:

Perguntei sobre o caderno na cela para entender se era ou não proibido.

-Não é proibido não, e não vão mexer nas suas coisas para pegar senão tem briga, mas algumas vendem, vale dinheiro. Respondeu a aluna que em seguida, completou.

- A escola não deixa levar porque tem gente que vende as folhas e aí quando volta pra escola está sem folha nenhuma.

Outra aluna entrou na conversa e complementou: - uma vez a minha família trouxe caderno, lápis e borracha e

²³ Bilhetes trocados entre as reclusas

não deixaram entrar na cadeia. Muita coisa é barrada que eu não entendo.

A segunda observação marcante foi perceber muitas cartas direcionadas aos filhos. Fiz algumas perguntas sobre a idade, com quem estão e se costumam fazer alguma visita:

- *O meu pequeno vai fazer 2 anos e 4 meses esse mês. Perguntei se ela não podia receber visitas dele.*
- *Não, porque eu to com a guarda então ele não pode fazer a carteirinha.*
- *Só pode fazer carteirinha da criança quem tem a guarda? Questionei.*
- *Sim. E a gente precisa da guarda por causa da lei da mãezinha.*

A lei da mãezinha é como popularmente é chamada a LEI Nº 13.769/18, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação. Segundo Vigato (2020), a lei tem o objetivo de auxiliar no processo de desencarceramento de mulheres, fundamentado em necessidades bastantes conhecidas como superlotação, insalubridade do espaço, poucos lugares adequados para receber as gestantes e os impactos psicológicos do encarceramento nos filhos. Contudo, o direito permanece de difícil implementação pela ausência de comprovação de que os filhos dependem exclusivamente dos cuidados da mãe e de que elas não representam riscos ao desenvolvimento saudável do filho.

A saudade dos filhos e o abandono familiar foram muito relatados durante as aulas, mas principalmente nos momentos das escritas. Não estive em posse das cartas, mas era notória a abordagem desses temas em algumas conversas que aconteciam em salas. Em uma turma, uma aluna se recusou a escrever e explicou:

-Não tenho pra quem escrever, não falo com ninguém da minha família faz 3 anos.

O professor então sugere que ela escreva para o filho e, nesse momento, os olhos começam a se encher de água.

- *Eu não quero escrever aqui.*

Percebendo o desconforto, pergunto se ela não gostaria de escrever em um canto mais separado da sala, sozinha e, assim, poderia ter um pouco de privacidade e ainda utilizar as canetas coloridas

- *Eu não quero não, eu não quero lembrar dele não.*

Segundo Almeida (2013) a vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres em privação de liberdade e seus filhos vai desde o nascimento na prisão com atendimento precário perpassando a vivência fora da instituição prisional, extrapolando os muros da prisão. A autora expõe que as presas se mostram preocupadas com a socialização das crianças, são impossibilitadas de acompanhar a vida dos filhos e aflitas ao afirmarem que eram responsáveis pela educação deles antes de serem presas. O isolamento, ocasionado pela falta de visitas, também é uma dificuldade marcante no presídio feminino. Gomes; Uzielet al. (2010) sinalizam que as questões mais direcionadas aos filhos e à solidão acontecem com mais frequência para as mulheres, identificando como uma peculiaridade em relação ao encarceramento masculino.

Não são frequentes as visitas de parentes, nem daqueles que estão com a guarda de outros filhos. Embora tenham direito de ir ver a mãe, o familiar ou amigo da interna não leva a criança para visitar a mãe que está presa, seja por falta de condições financeiras, seja por achar que o ambiente prisional não é um ambiente adequado para a criança ou por outros motivos. Muitas se ressentem dessa falta de contato, que provoca um distanciamento entre mãe e filho, e se sentem muito sozinhas. (GOMES; UZIEL, et al. 2010, p.6)

Em outra turma, uma aluna, ao terminar de escrever uma carta para seus 3 filhos reclamou do abandono de sua mãe e afirmou que não escreveria nada para ela. Perguntei quais eram os motivos e, se mostrando muito chateada, a aluna contou que a mãe não a visitava mais, não respondia e nem mandava notícias.

Ela me abandonou, eu era muito amiga dela. Eu ia junto com ela visitar o meu irmão preso e ela não pode me visitar? Quando sou eu, ela deixa de lado? Que isso! Olha, eu peço a Deus todos os dias para tirar essa mágoa de mim, né? Porque não é bom.

A aluna contou que já esteve no ambiente prisional com a mãe para visitar o irmão quando ele estava preso, permanecendo ao seu lado durante todo o período e confortando quando o irmão veio a falecer de forma violenta pelo tráfico da região em que moravam. Ter parentes no sistema prisional foi uma narrativa bastante recorrente durante o período de observação das aulas, inclusive com alunas pegando informações sobre o funcionamento do correio interno para enviarem suas cartas para outra unidade prisional e assim cultivarem a comunicação com seus maridos, namorados ou filhos presos.

Panucci (2005) enfatiza que a desigualdade social impulsiona as atividades criminosas no Brasil, a exclusão social gera insatisfação nos indivíduos que fazem parte da camada mais pobre da sociedade e passam a cometer delitos numa tentativa de obter os recursos amplamente ofertados a uma parcela mais favorecida. Ainda assim, podemos incluir a desagregação familiar como um outro aspecto facilitador para a criminalidade.

Para Silva et al. (1993), a falta de instrução mínima impossibilita o indivíduo de buscar condições de progresso individual e diante de frustrações ocorre o surgimento de condutas alternativas na tentativa de lutar pela obtenção de uma melhor condição social. Nesse sentido, os autores destacam a função da família como formação base para um indivíduo, não sendo a única responsável na formação de caráter, mas considerada como a estrutura basilar que desempenha um papel importante no processo de socialização e consolidação dos valores morais, éticos e sociais. Gomes e Pereira (2005) descrevem a família como uma construção social que garante a sobrevivência e bem-estar aos membros, independente do arranjo familiar, propicia aportes afetivos e aprofunda laços de solidariedade, entretanto, quando a família é marcada pelos conflitos e adversidades, resulta na desestruturação, desestabilizando os laços afetivos e a coloca em um posto de vulnerabilidade. Desse modo, Dutra (2012, p 9) aponta que:

grande parte das mulheres que se encontram inseridas no sistema prisional, apresentam um histórico de violência sofrida, ocasionadas, muitas vezes, em seu

próprio meio familiar, frequentemente são vítimas de maus tratos ou abuso de drogas. Dutra (2012, p 9)

Entre as situações que podem ser destacadas no projeto de cartas, está a de uma aluna que quis escrever sua história no “pedágio” que seria exposto no mural da escola, como um alerta para as outras mulheres. Neste ela conta sobre a violência sexual a que foi submetida quando criança pelo próprio pai, não sendo amparada pela família e, anos mais tarde, percebeu que o mesmo estava ocorrendo com seu filho.

*Oi, meu nome é **** tenho 40 anos e dos 3 anos aos 9 de idade fui abusadamente pelo meu próprio pai, vocês não têm noção de como é difícil falar, mas hoje acho que a dor pelo que meu pai fazia comigo, fez com que eu me sentisse uma criança totalmente infeliz. Minha madrasta não ouvia quando eu falava e o pior, eu achava que ele tinha mudado, mas nada, ele foi morar comigo e tudo aconteceu de novo. Ele abusou do meu filho, hoje com 27 anos, que sofre muito com tudo isso. Eu confiei nele, mas a pior parte foi quando eu vi e a dor foi mais forte do que quando aconteceu comigo. Por isso escute seus filhos, é muito importante pois nada apaga tudo que eu e meu filho passamos. Fica a dica.*²⁴

Em conversa, ela me contou que seu filho, também abusado pelo mesmo agressor, estava preso em uma unidade masculina ali perto há 3 anos e que os dois eram muito amigos, ela também tinha uma menina que não a visitava por morar distante, ser menor de idade e ter uma filha pequena. Escreveu uma carta para cada filho, eu não tive acesso ao conteúdo das mesmas, mas ela disse ter pedido para a filha prestar muita atenção no corpinho da bebê e acreditar sempre caso ela viesse a relatar algum abuso.

Questionei se ela e o filho tinham sido presos juntos e ela relatou que não, o filho havia saído de casa aos 13 anos para viver no tráfico e ela foi presa transportando drogas. Sem visitas, novamente foi exposto o “mercado da sobrevivência” que ocorria na unidade, no qual a presa presta serviços ou vende objetos para obter alguns recursos dentro da cadeia. Esta aluna, em específico, era cozinheira e fazia salgados para as outras reclusas.

²⁴ O texto foi transcrito com alterações e corrigido para favorecer uma melhor compreensão do relato, o relato original está anexado ao final desta dissertação.

- *Então você não recebe nada da sua família? Perguntei.*
- *Não, eu me viro com o que dá por aqui, as outras meninas acabam me ajudando*
- *Outras famílias entregam itens pra você?*
- *Não, aqui tudo se compra, se você não sabe fazer nada, não sobrevive. Eu sei cozinhar! Faço encomenda para as outras.*
- *Comida? Como?*
- *Ah, se ela quer um salgado com recheio de carne moída, a família dela vai trazer já temperada e aqui eu faço pra ela. A gente usa de tudo, a gente cria. Tem um forminho improvisado. Tem como até fritar, não fica igual lá fora né?*

Vale ressaltar que a falta de recursos, a pobreza e a falta de estrutura familiar não devem ser consideradas as principais responsáveis pela inserção do indivíduo na criminalidade, há inúmeras razões que levam à prática de crimes. De acordo com SALMASSO (2004, p. 17):

Mas a pobreza não é a única causa da criminalidade. Apesar da forte associação entre a marginalidade e a criminalidade - facilmente derrubada mediante uma reflexão mais profunda – a criminalidade é um fenômeno que perpassa por toda a sociedade, seus segmentos, classes, faixas etárias etc. Para comprovar essa constatação, podemos citar como exemplos o uso e o tráfico de drogas por indivíduos de classe média e alta. Homicídios, suicídios, violência doméstica também estão presentes no seio dos lares mais abastados. Podemos destacar os crimes de estelionato, mais conhecidos como “crimes do colarinho branco”, geralmente praticados por políticos e empresários, cuja gama de vítimas foge à nossa imaginação (SALMASSO 2004, p. 17)

Neste contexto, entendemos que a desigualdade atua selecionando a camada social que sofrerá em maior escala com a atuação repressora do Estado, não é à toa que o sistema prisional é massivamente composto pelos negros, pobres e de baixa escolaridade. A estrutura do Estado preza por manter a estabilidade social da burguesia, segundo Helpes (2013), as oportunidades para engajar-se em condutas delitivas e o estilo de cometer os delitos são distintos pela diferença de inserção social, assim como a condenação e punição também não são aplicadas de forma igualitária. Para o autor, os crimes cometidos pelas camadas mais altas são reveladores da distribuição de poder na sociedade, uma vez que estes grupos sociais possuem poder para modelar o conteúdo

dos estatutos legais, em que suas atividades raramente são definidas como crimes, buscando assegurar que suas ilegalidades não sejam detectadas ou que não sejam condenados pela judicialmente. Ao privilegiar a perseguição dos crimes mais cometidos pelas camadas populares, a sociedade demonstra uma atuação marcada pela desigualdade social que criminaliza a pobreza.

Não tive acesso aos processos criminais das alunas, até porque não era uma informação que contemplava o meu objeto de pesquisa, contudo, muitas compartilhavam em conversas informais nas salas de aulas e em alguns momentos, conversavam sobre seus crimes com os professores. Assim como foi possível registrar relatos de casos de membros da mesma família cumprindo pena no sistema prisional, foram encontrados casos de alunas escrevendo cartas para os namorados/maridos/companheiros que também se encontravam presos. A descoberta sobre quem eram os destinatários das cartas aconteceu quando eu tive acesso aos pedágios escritos por elas, com relatos de violência doméstica e tentativas de feminicídio.

Um dos casos é de uma aluna que costumava ser bem participativa nas aulas e foi uma das primeiras a me recepcionar quando cheguei na turma. Quando iniciaram as atividades do projeto carta, ela se mostrou bastante animada, disse que iria escrever tudo que passou na mão do marido.

- Ele era neurótico, tinha um ciúme horrível, inventava histórias e depois me agrediu. Uma vez ele abriu minha cabeça porque achou que eu estava com homem, sendo que ele tinha me trancado do lado de fora da casa e eu estava dormindo na varanda. Olha, eu já passei por tanta coisa com ele, eu fiquei muitos anos com ele, né? la visitar ele na cadeia.

- Ele já foi preso? Perguntei.

- Eu conheci ele preso, conheci ele através do chat do furacão 2000, tinha 17 anos, aí eu fui conhecer ele, fiz minha carteirinha e começamos a ficar juntos. Depois eu comecei a fazer entregas de drogas

Perguntei para quem era a carta que ela estava escrevendo

- Para o meu marido

- Esse da história toda? Interroguei confusa

- Sim, ele está preso, mas vou mandar pra ele.

Em seu pedágio, ela escreveu:

Eu já sofri muito, meu ex era muito neurótico, tudo ele achava que eu tinha alguém, e isso me magoava demais pois eu sempre fazia de tudo para ter um relacionamento tranquilo, mas as maluquices dele fazia as coisas esfriarem mais, certo dia, por ele achar que eu dormir fora, mais na verdade eu dormir na varanda pois ele me trancou pelo lado de fora, quando ele acordou eu falei muito, chamei ele de todos os nomes e ele veio pra cima de mim com um cabo de vassoura com pregos. e bateu na minha cabeça, e ainda veio com pedra pra bater na minha cabeça, que no final eu tinha que levar 7 pontos. Eu sofri, mais sobreviver. Mulheres diga não a violência.²⁵

Ao escrever seu pedágio, a aluna detalha uma das violências que viveu com o marido, já em conversa, ela conta sobre como foi presa, envolvida com tráfico de drogas, justamente por transportar e realizar entregas na cadeia. Ela ainda descreve que insistiu em continuar a prática mesmo após a prisão do marido por sentir falta do dinheiro adquirido no trabalho ilícito.

Apesar de ocorrerem histórias e situações que nos permitem identificar diversos aspectos das violências sofridas por elas, os relatos mais comuns do projeto eram sobre agressões e abusos perpetrados por seus companheiros. Entre eles, podemos evidenciar casos de relacionamentos longos que produziram conflitos e situações de agressões físicas irreparáveis:

Relato que aconteceu comigo. Eu vivi 7 anos com um rapaz que no início era tudo flores depois de um ano a minha vida se tornou um inferno, tudo era motivo de brigas, descobri que ele estava usando drogas por isso que Ele ficava agressivo pois usava Drogas junto com bebida, e quanto eu chegava do trabalho ele sempre falava que eu estava com homem e comesava me agredir fisicamente e verbalmente. depois de 2 anos com um relacionamento abusivo eu dei um basta nisso

Foram 4 anos de agressão não só física, mais verbal também Eu sofria muito, e meus filhos também sofria muito com isso. Quando ele estava bêbado era pior. Foi quando ele me agrediu que eu quase morrer, dei um basta em tudo, fui até a delegacia fiz o b.o, e separei dele, voltei pra casa da minha mãe. nunca mais o vi, e nem tive contato com ele. Denuncie mulheres: Disque 180.

²⁵ A redação original desse e dos próximos relatos foram mantidas porque não comprometem a compreensão do relato.

Manifesta-se também nos relatos a culpabilização de vítimas, em alguns casos, as mulheres relatam que passaram por um período acreditando que estavam sendo castigadas por razões justificáveis:

Por vários anos sofri agressões físicas do meu primeiro marido. Até hoje penso como deixei isso acontecer, porque eu nunca fui uma pessoa fraca ou submissa. Mesmo sendo independente e sem precisar dele para nada. E a primeira vez que ele me agrediu ele ainda me fez acreditar que a culpa era minha por estar sendo agredida. Depois disso prometi a mim mesma que nunca mais iria passar por isso. Mais com isso me tornei uma pessoa insegura para relacionamento. Nunca mais consegui acreditar em ninguém, qualquer coisa era motivo para terminar. Mais com o passar do tempo percebi que nem sempre o problema era as outras muitas das vezes era eu que já não confia em nenhum relacionamento.

Mulheres, não devemos nos calar!! Passei durante anos por agressões, aceitei calada viver e passar por tudo e sempre me culpando, me sentindo a pior mulher e nunca conseguia enxergar que a culpa não era minha e sim ele que era o monstro, mais cega vivi durante 7 anos com ele, aceitando as piores coisas, mais Deus sempre cuidou e me mostrou que merecia mais e então consegui me libertar. Então digo não aceite menos do que você merece! Não é não.

Há relatos também daquelas que estavam na prisão respondendo por tentativas ou conclusões de homicídios aos seus agressores:

Bom se eu fosse conta minha história de vida, daria um livro. Bom o que eu posso dizer sobre prevenção a violência contra mulher Cuidado fique atenta aos sinais, todo cuidado é pouco. Eu ja fui acreditada, ja fui abusada, e tudo isso acontece, porem tudo deixa sinal, fique atento violencia, tanto pra mulher ou criança independente, com quem, e crime, não permita que aconteça e se acontece de um basta tome todas as providencias possiveis. meu marido me agrediu bebado me estrangulou ate que eu dei uma unica facada nele, e olha eu aqui presa. mas me fala eu poderia ter tomado outras providencia e não ter deixado chegar a esse ponto. Mulheres cuidado.

A violência está inserida no contexto de vida da maioria das alunas participantes do projeto cartas, seja ela física, verbal, patrimonial, psicológica ou moral. Estavam ainda inseridas em um ambiente em que prevalecem intensas violações de seus direitos, sendo o espaço escolar, talvez, o único ambiente facilitador de falar sobre as violências de gênero.

O projeto, no geral, é uma prática eficiente por atender as demandas das alunas que possuem escassas oportunidades de se comunicarem com seus familiares, mas ao tratar o pedágio com temas diversos, somente como registros expostos no mural da escola, perde a oportunidade de se tornar um espaço para a realização de reflexões coletivas e debates significativos sobre o tema, dando voz a pessoas que são frequentemente silenciadas.

5.5. O que dizem os professores

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os professores acompanhados na pesquisa, sendo um material complementar às observações.

A entrevista visava compreender melhor as concepções dos professores em relação às atividades realizadas em sala de aula e à formação para atuar em uma escola no ambiente prisional, sobretudo, em uma unidade feminina. Para isso, foi importante esclarecer para os entrevistados os objetivos da minha pesquisa e da sua contribuição para entender as possíveis abordagens da condição feminina em suas atividades docentes.

Pelas condições da pesquisa, o anonimato foi mantido e, não havendo a possibilidade de gravação, duas entrevistas foram realizadas presencialmente e as respostas foram transcritas na hora pela pesquisadora; outras 3 entrevistas foram realizadas através de mensagens pelo aplicativo de conversas WhatsApp.

Inicialmente, questionei por quanto tempo os professores estavam atuando na Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, visto que alguns já haviam relatado dar aulas em outras unidades e o tempo de atuação no C.E Tereza de Benguela. Todos os professores entrevistados já possuíam um tempo significativo dentro do sistema prisional e na instituição escolar pesquisada, apenas o Prof. 2 era novo naquela unidade.

Professor	Tempo de atuação na EJA em unidades prisionais	Tempo de atuação no C.E Tereza de Benguela.
PROF 1	10 anos	8 anos
PROF 2	15 anos	4 meses
PROF 3	7 anos	4 anos
PROF 4	8 anos	7 anos
Coordenadora	9 anos	2 anos (como coordenadora)

Compreendendo que todos os professores entrevistados já estavam atuando dentro de unidades prisionais, a próxima pergunta foi relacionada à formação acadêmica, especialmente, a formação para atuar com mulheres em espaços de privação de liberdade.

Com exceção do Prof. 2, todos responderam que não tiveram qualquer formação acadêmica sobre o trabalho docente em unidades de privação de liberdade, transparecendo uma lacuna importante nos cursos de formação de professores, que não os preparam para o trabalho em diferentes ambientes educacionais, principalmente com um público tão específico quanto o de pessoas privadas de liberdade. Onofre (2012) sinaliza que, ao atuar em um espaço com características próprias, o professor deve aprender a sobreviver e percebe que precisa buscar saberes não só para lidar com diferentes culturas, mas para lidar também com conflitos e dilemas para os quais não foi preparado na sua formação inicial ou em experiências em outros espaços escolares. Para a autora, a educação continuada tem privilegiado de forma geral algumas reflexões sobre a prática docente, constituindo avanços para a melhoria da educação nas prisões, contudo, afirma que essas possibilidades não são ofertadas em número satisfatório e não ocorrem com frequência.

Silva (2019) explica que para atuar como docente na EJA com o público privado de liberdade é necessário fazer concurso público ou pedir transferência de matrícula, entretanto, em sua pesquisa, o autor aborda

que, apesar de existirem diversos motivos que fazem com que professores passem a dar aulas em espaços de privação de liberdade, o desconhecimento do trabalho neste contexto foi evidenciado nas falas dos professores pesquisados por ele.

Partindo dessa perspectiva de invisibilidade da educação prisional no processo formativo, seguimos com o questionamento sobre possíveis formações docentes que abordassem a temática dos estudos de gênero. Em resposta, nenhum professor entrevistado afirmou ter obtido alguma formação acadêmica sobre qualquer abordagem de gênero, mas muitos relataram ter adquirido algum conhecimento sobre o tema por outros meios como pesquisas individuais ou trabalhos exercidos anteriormente.

É o caso do prof. 2, que estagiou durante alguns anos na Coordenação de Inserção Social - SEAP e, ao produzir relatórios, teve acesso a materiais que utilizou como fonte de pesquisa durante o seu processo de graduação. Também do prof. 3 que, ao responder negativamente, complementa explicando que se interessa pelo assunto:

Eu faço algumas pesquisas individuais sobre gênero e sexualidade, converso com meus colegas de trabalho e aprendo com a experiência do dia a dia.

O prof. 1 diz que ao entrar na unidade prisional teve uma breve orientação sobre como lidar com as presas, ofertada pela direção da prisão, mas que nada falava sobre o trabalho docente com o público feminino. Já o Prof. 4 cita que na época em que entrou no sistema prisional participou de encontros, organizados pela DIESP, que abordavam temáticas interessantes como gênero, mas que, apesar das trocas legais, nunca mais ocorreu.

Ao entrevistar a coordenadora pedagógica, obtive a mesma resposta negativa:

Não há nenhum tipo de formação com abordagem de gênero. Nós, do sistema educacional, procuramos meios para atender ao público. No meu caso o feminino/trans/homossexuais

Entretanto, sua fala deixa explícita a dificuldade do trabalho docente em espaços prisionais, pois o professor deve buscar meios próprios para atender aquele público específico. Como se já não bastasse

uma rotina e dinâmica completamente desconhecidas, o professor, que é um agente primordial na concretização dos direitos educativos, precisa fazer um investimento individual para tentar proporcionar uma aula amparada nas especificidades de uma escola no cárcere feminino.

Bessil e Merlo (2017) identificam o investimento físico e mental feito pelos docentes para desempenhar as atividades dentro das instituições penais, uma vez que precisam lidar com as intercorrências que acontecem dentro dos ambientes de privação de liberdade. De acordo com os autores, as diferenças entre os trabalhos realizados dentro das instituições penais vão além do espaço físico, envolvem questões sobre recursos materiais e metodológicos, rotatividade dos alunos, deslocamento deles até a sala de aula, a cultura prisional, o tempo de aula e ainda levar em consideração que a escola possui suas regras e procedimentos submetidos às regras do estabelecimento prisional.

Compreendendo que algumas abordagens, sobretudo, na temática de gênero, ocorrem através do trabalho individual do professor, questionei sobre a participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico e se nele contam temas relacionados aos estudos de gênero e à condição feminina.

Com exceção do prof. 2, que era recém-chegado ao quadro de professores e não estava atuando na escola no momento da elaboração do PPP, todos os professores eram participativos na produção do documento, entretanto, segundo a coordenadora da escola, não havia qualquer proposta sobre a temática de gênero e condição feminina, sendo um plano para o PPP de 2024.

No projeto político pedagógico da escola a gente não tem essa abordagem de gênero, isso aí é extra. Geralmente a abordagem do PPP é de acordo com a realidade ali do que a DIESP expõe e os professores são, sim, participantes bem ativos; Todos os projetos que a gente vincula ao grupo, eles atuam, então, eles são participantes, mas a gente ainda não tem inserido no projeto nada em relação a gênero, isso está pra entrar agora, a partir de 2024 a gente vai começar trabalhar o grupo LGBTQIAPN+ né? É uma proposta, entendeu?

O projeto político pedagógico é um documento que contém o papel social da instituição escolar, definição de caminhos, formas operacionais,

contempla os conhecimentos da comunidade escolar, o contexto social e seus processos de construção é um compromisso coletivo, sendo a oportunidade da direção, coordenação pedagógica, professores e comunidade definir o papel estratégico na educação dos estudantes. (Veiga, 1998). Para Veiga, o esforço coletivo implica a seleção de valores a serem consolidados, o papel da escola na educação da população e a contribuição específica que irá oferecer ao desenvolvimento do educando, incluindo o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, conforme é garantido pelo art. 2 da Lei nº 9394/96. Consiste em uma análise do contexto em que a escola está inserida, identificar seus principais participantes, compreender suas dimensões geográficas, políticas, econômicas e culturais.

Ao chegar na instituição, fui informada de alguns projetos que ocorriam sobre violência contra as mulheres, consistiam em palestras realizadas uma vez na semana com as alunas. Não pude observar nenhuma palestra porque elas haviam ocorrido no primeiro semestre de 2023 e eu só consegui autorização para entrar na unidade no segundo semestre. Durante a entrevista com a coordenadora, questionei sobre esse trabalho realizado apenas no C.E Tereza de Benguela, pedi previamente um cronograma ou um plano de curso dessa atividade e fui informada que não havia nada em escrito.

Ao ser informada de que o PPP não contemplava questões que dialogassem com a abordagem da condição feminina, principalmente, dentro do contexto prisional, mesmo após ter registrado situações em que as alunas trouxeram ao ambiente escolar vivências e situações específicas à condição de mulheres e ao encarceramento, questionei nas entrevistas se o professor buscava inserir temas relacionados à condição da mulher presa em suas disciplinas. Todos os professores entrevistados responderam que buscam inserir conceitos relacionados à condição feminina, entretanto, as respostas indicam que se trata de iniciativas individuais de trabalho pedagógico.

O prof. 1 menciona que aborda os temas mesmo com o novo ensino médio:

Sim, na parte de sociologia, principalmente, inclusive no novo Ensino Médio, o NEJA I foi retirado sociologia e no NEJA III foi retirado filosofia como obrigatórias, mas eu abordo os temas mesmo sendo eletivas.

O prof. 2 e prof. 3 também sinalizam que, por interesse próprio, sempre que possível, abordam em sala temáticas que consideram relevantes:

Prof. 2 - Sim. Como professor de artes e principalmente para alunas apenadas é fundamental tratar do tema, propondo materiais e estratégias capazes de fomentar reflexões nesse horizonte, sobre a condição das apenadas.

Prof. 3 - Sim, trabalhar aqui foi uma escolha minha porque eu queria conhecer a realidade do feminino, eu só trabalhava com o masculino. Então, sempre que é possível, estou incentivando algumas discussões sobre o assunto em sala

O prof. 4 reconhece que as temáticas são relevantes, mas relata que não as contempla muito no planejamento de curso dele, já que atua com matérias de exatas. Entretanto, ele afirma permitir interferências das alunas nas aulas para conversas quando o assunto se apresenta, conversando e instruindo. Justifica que possui formação em psicologia, também, então quando percebe que há alguma demanda específica, ele atua, mas não sabe se de fato ajuda.

Quando vejo uma demanda de algo eu as conscientizo. Por exemplo, quando vejo uma aluna com os braços cortados, eu paro tudo para mostrar para ela os riscos que elas correm ao fazer isso. Ou algum outro problema emergente.

O caso citado pelo prof.4 ocorreu em uma das aulas que observei, composta por 3 alunas. Quando entrei em sala, uma delas não me reconheceu e eu precisei me apresentar novamente além de explicar a minha pesquisa, foi quando ela me questionou se eu queria informações sobre como era a cadeia e em seguida afirmou:

- Aqui é horrível, a comida é péssima, não tem nada pra gente fazer, é cheio de percevejo, rato e quando to muito triste eu uso remédios ou me corto.

O professor escuta isso e resolve parar a escrita no quadro para explicar os perigos de se cortar.

- Eu vou explicar porque eu tenho certeza que você não faz ideia dos perigos, então eu vou falar porque eu não tenho como impedir que você faça, mas pelo menos você vai saber o risco que você está correndo. - Você tem vacina antitetânica? ele pergunta.

- Acho que tomei quando fui ter meu filho. Ela respondeu, tentando puxar a informação da memória.

Ele explicou sobre o tétano, sobre como a doença age pelo corpo e sobre outras doenças como HPV e AIDS, sinalizou sobre a proliferação dessas doenças em lugares como a cadeia, que são locais com celas úmidas, má ventilação e sem qualquer procedimento que pudesse ocorrer esterilização.

Professor 4: - O Tétano é horrível e age muito rápido, até você descobrir o que é, já era, ainda mais aqui, com toda a demora de atendimento médico.

Professor 4 - Vocês vão ter relação sexual e não recebem as proteções devidas, vocês pegam qualquer lâmina para se cortar. Usam fogo para limpar... se até um médico te dá uma injeção antitetânica quando vai te cortar com tudo limpo, esterilizado e com todos os procedimentos corretos, imagina o risco que corre aqui na cadeia? Que vocês se cortam com qualquer material, com umas lâminas sem tratamento...

Mas uma vez, é revelado o quanto as questões relativas ao encarceramento e à condição feminina estão presentes no cotidiano das aulas. O professor diz que precisa “conscientizar” sobre algumas “demandas” que aparecem, porém, questões referentes a mutilações e uso de remédios para dormir eram comuns nesta unidade prisional, não sendo um caso isolado. Caberia ser amplamente trabalhado dentro de sala de aula e não apenas na atuação de um único docente quando e se a situação aparecesse.

É importante lembrar que o projeto palavras de carinho, planejado por esse professor, também foi criado ao observar as carências e demandas das suas alunas.

Quanto aos livros didáticos, também perguntei sobre a utilização destes materiais e a opinião dos professores sobre a qualidade e possibilidade de auxiliá-los em seus trabalhos. Os profs. 1, 3 e 4 descreveram os livros didáticos como limitados e superficiais, afirmaram

que os utilizam, mas não com tanta frequência, preferem trazer materiais próprios. Já o prof. 2 respondeu que:

Não é do meu conhecimento que exista um livro de artes específico para o ambiente prisional. Entretanto, há uma literatura didática em arte, na modalidade EJA, sim. Inclusive muito bem escrita e certamente mais uma dentre tantas boas fontes de pesquisa que a escola oferece.

Durante o tempo em que estive observando as aulas dos 4 professores, apenas o prof. 1 utilizou alguns textos e questões do livro. Esses conteúdos eram, em grande maioria, copiados no quadro para que as alunas pudessem copiar em seus cadernos, uma vez que não tinha livros suficientes para todas.

As aulas acabavam sendo bastante conteudistas e com um limitado uso de materiais didáticos, afinal, pelo que foi observado, qualquer material pode vir a tornar-se arma e é ostensivamente fiscalizado pela segurança. Na unidade em questão, todos passam pelo detector de metal, devem deixar seus celulares e qualquer material precisa ter autorização da direção penal e da direção escolar. Foi o caso do professor de artes que teve, inicialmente, alguns dos seus instrumentos musicais barrados pela segurança o que prejudicou suas propostas de atividades.

Rodrigues e Baade (2020) compreendem que a educação nas prisões precisa partir das reflexões sobre o que é vivido nesses espaços, rompendo com o paradigma reprodutor de conteúdo, é necessário considerar as experiências como parte de um processo formativo. Quando se pensa na educação de privados de liberdade, devemos considerar que estamos lidando com indivíduos que já foram negados no processo educacional e não tiveram suas necessidades básicas atendidas. Segundo Onofre e Julião (2013) a privação de liberdade gera uma retratação da palavra, o indivíduo é silenciado, perdendo sua identidade e abdicando do poder do diálogo, resolução de conflitos, vivendo em um clima de desconfiança e agressividade. Incluir as diversidades e existências dos privados de liberdade na construção do espaço escolar prisional é primordial principalmente quando percebemos que a escola é

um espaço de gestão democrática que deve proporcionar uma educação significativa na perspectiva dos alunos.

6. Considerações Finais

O desenvolvimento desse trabalho me possibilitou entender como o sistema carcerário atua na vida de mulheres presas, a invisibilidade que as atinge na negação dos seus direitos básicos e a ineficiência das políticas públicas, violando a Lei de Execução Penal. Foi evidenciado mais uma vez que o cárcere é uma instituição contraditória, pois, ao buscar exercer a punição e ressocialização no mesmo ambiente, reproduz as desigualdades sociais e de gênero inseridos na sociedade livre, opera em condições degradantes, selecionando a camada social que mais enfrenta a sua repressão.

Buscamos apresentar os marcos legais e operacionais que contemplem a EJA no espaço prisional e auxiliem no investimento de aprendizagens significativas, demonstrando que o acesso à educação não deve ser tratado como um privilégio ou uma recompensa, e sim como um direito à dignidade humana e dever do Estado em proporcionar oportunidades para a formação das pessoas privadas de liberdade. Assim, ao tratarmos do contexto histórico da prisão feminina, fundada com o propósito de assegurar a concepção patriarcal e moralista da sociedade, foi exposta a desigualdade enfrentada pelo gênero ao caracterizar mulheres como sujeitos fracos, de pouca inteligência e que necessitava do alicerce masculino para sobreviver em comunidade. A concepção do cárcere exclusivo para mulheres, foi inserida com o objetivo de controlar os corpos, moldar os comportamentos e legitimar as violações de suas individualidades, evidenciando também o racismo como um pilar eminente do encarceramento em massa.

Sendo o objetivo desta pesquisa registrar e analisar as possíveis abordagens da condição feminina em uma escola em presídio no Rio de Janeiro, foram feitas observações de aulas, com registro em diário de campo. As análises desses registros indicam que, mesmo que não seja proposta uma abordagem explícita do tema pelo professor, as alunas

muitas vezes apresentam questões relacionadas à condição feminina na sala de aula, que é um espaço que, além de proporcionar o direito à educação, possibilita a sociabilidade e a interação entre as detentas e os professores, sendo estes, elementos da comunidade externa que se diferenciam dos guardas penais com quem as alunas possuem maior contato.

O valor atribuído à escola é diferente nos ambientes prisionais por oportunizar alguns direitos negados lá dentro. O sistema carcerário feminino é insuficiente na sua estrutura física, na sua organização e no tratamento a mulheres, contribuindo mais com a reinserção no crime do que com o afastamento dele. O cenário destrutivo não favorece uma atuação ressocializadora e não contribui em nada com o desenvolvimento das capacidades humanas, ao contrário do que constam em dispositivos legais sobre a função do encarceramento.

As falas das alunas e as situações vivenciadas por mim durante o trabalho de campo indicam que, embora os discursos sobre a condição feminina não fossem rejeitados pela escola e seus docentes, ela tão pouco era um tema amplamente inserido nas propostas pedagógicas ou no projeto político pedagógico. Mesmo quando viabilizam atividades que contemplam o tema, estas são caracterizadas como atividades complementares e, com exceção do projeto “Palavras de Carinho”, não estão registradas em um planejamento da escola.

Identificamos que as alunas fazem associações interessantes das temáticas relacionadas a sua condição de mulheres encarceradas com os conteúdos curriculares, se apropriam de certos conceitos e exercem o pensamento crítico conforme seus aprendizados. A escola que possui a responsabilidade de ser um espaço para o desenvolvimento humano, uma instituição social que contribui com a cultura, ideologia, aprendizagem de conteúdos e formação cidadã, quando inserida em no contexto prisional feminino, só poderá atribuir a funcionalidade de ressocializadora ao considerar as perspectivas das mulheres privadas, reconhecer suas histórias e seus problemas e abrir espaço para que sejam relatados e se tornem objeto de reflexão no ambiente escolar. Nesse contexto, é fundamental que a escola considere as exclusões socioeducacionais já

vivenciadas pelas alunas e, principalmente, compreenda que a invisibilidade do gênero está incorporada às condições do encarceramento.

As histórias de violências e encarceramento estão entrelaçadas na vida das alunas. Embora a escola não deva e não possa substituir o Estado quanto à assistência aos privados de liberdade, sabendo que a instituição escolar opera como um local de acolhimento dentro de uma instituição opressora é necessário reconhecer que a garantia do direito educacional implica atender às especificidades de cada contexto, nível e modalidade de ensino, sem preconceito de gênero, raça, etnia, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Entendemos as particularidades existentes na escola prisional, com horários diferentes, alta rotatividade, medidas de segurança dificultadoras da execução do trabalho pedagógico e entre outras, mas e sobre as particularidades das alunas? Acreditamos que ter acesso a uma educação de qualidade é permitir que a educação possa contribuir para a formação da dignidade humana, uma educação no cárcere não deve contribuir com os processos de exclusão, se a sua função é ressocializar, que estejam em seu currículo questões baseadas na relevância histórica dos sujeitos que a compõem.

As ações educacionais observadas nesta dissertação apontam para a carência de propostas voltadas à abordagem da condição feminina, em específico, a condição da mulher privada de liberdade. Vale evidenciar que propostas pedagógicas não são apenas responsabilidades da escola e de seus docentes, ou assim, estaríamos deslegitimando suas ações que, muitas vezes, são solitárias e inviabilizadas no sistema prisional. A formulação e a implementação de uma política educacional para escolas na prisão são um compromisso que abrange gestores federais e estaduais e os formuladores de políticas públicas de educação. Estes devem levar em conta a compreensão das interações e situações vivenciadas pelas pessoas encarceradas que frequentam essas escolas. Esta dissertação oferece uma contribuição à formulação dessas políticas.

7. Referências bibliográficas

- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800 - 1940. In: MAIA, Clarissa Nunes (org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, volume 1, p. 50 - 52.
- ALMEIDA, Sandra Maciel de. **Educação de Mulheres e Jovens Privadas de Liberdade: um estudo de abordagem etnográfica**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientação: Carmen Lúcia Guimarães de Mattos.
- AMORIM, Antônio Leonardo; Gonçalves, Dhieider Batista. A ausência de ressocialização no sistema prisional brasileiro: análise a partir dos direitos humanos. In: Antônio Leonardo Amorim, Anderson Rocha Rodrigues, Paulo Eduardo Elias Bernacchi e Stefania Fraga Mendes. (Org.). **CRIMINOLOGIA CRÍTICA E DIREITO PENAL: ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO**. 1ed.Iguatu/CE: Editora Quipá, 2022, v. 1, p. 09-20.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Boitempo Editorial, 2019.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). **Relatório temático: mulheres, meninas e privação de liberdade**. Rio de Janeiro, 2016.
- BESSIL, Marcela Haupt; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. A prática docente de educação de jovens e adultos no sistema prisional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, p. 285-293, 2017.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BRASIL. Decreto n. 678, de 6 de julho de 1850. Dá Regulamento para Casa de Correção do Rio de Janeiro. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 31-62, 1851.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 20/08/. 2022.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen Mulheres - junho de 2014**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso: 11 out. 2022.
- BRASIL.Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional, **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen Mulheres - junho de 2017**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/downloads/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2017.pdf>. Acesso em 07 nov.2022
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

COLARES, Leni Beatriz Correia; CHIES, Luiz Antônio Bogo. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 407-423, 2010.

CURCIO, FERNANDA SANTOS; FACEIRA, LOBELIA DA SILVA. As memórias das prisões para mulheres: um retrato da realidade carcerária feminina do estado do Rio de Janeiro. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

DA MATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo, ou como teranthropologicalblues**. Boletim do Museu Nacional: Antropologia, n. 27, maio de 1978. P.1-12.

DE CÁSSIA SALMASSO, Rita. Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília-SP. **Revista de Iniciação Científica da FFC-(Cessada)**, v. 4, n. 3, 2004.

DE SOUZA, Luís Antônio Francisco; DELLE SIQUINELLI, Larissa. Confinar para submeter: Um estudo sobre as condições de encarceramento de mulheres no Brasil contemporâneo. **Revista Ambivalências**, v. 6, n. 12, p. 130-152, 2018.

DUTRA, Thaíse.C. **A criminalidade feminina com relação ao tráfico de drogas, frente à lei 11.343/06**. Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. IBCCrim, 2004.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia, v. 14, n. 28, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>.

GOMES, Aline Barbosa Figueiredo; UZIEL, Anna Paula; LOMBA, Débora EN. Singularidades da maternidade no sistema prisional. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, p. 2061-69, 2010

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

HELPES, Sintia Soares. Mulheres na prisão: uma reflexão sobre a relação do Estado brasileiro com a criminalidade feminina. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 2, n. 3, p. 160-185, 2013.

Holloway, Thomas. O calabouço e o aljube do Rio de Janeiro no século XIX. In: Nunes, Clarissa; Neto, Flávio; Costa, Marcos; e Bretas, Marcos (eds.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. vol. I.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Política Pública de Educação Penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro**. 2003. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penal brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

KEHL, Jones Mariel et al. A desestabilização das relações familiares e sociais provocadas pelo cárcere feminino: um estudo realizado no presídio estadual de canela.

Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, n. 25, p. 120-139, 2019.

LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. In: **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 1983.

LEROUX, Liliane; MARTINEZ, Ana Beatriz Campuzano. "É aula ou filme, professora?"- cenas de um cineclube na escola prisional. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 12, n. 29, p. 265-281, 2015.

LUNARDON, Jonas Araujo. Maconha, Capoeira e Samba: a construção do proibicionismo como uma política de criminalização social. **Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre**, 2015.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044.

MELO, Vanusa Maria de; **Aproveitando brechas: experiências com cinema em escolas prisionais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014. Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MUSUMECI, Barbara. Mulher e violência no sistema de justiça criminal. **Trabalho e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 3-8, 2001.

NÓBREGA, Rafael Estrela; FILGUEIRAS, Ana Paula Abreu. As Consequências da Maternidade no Sistema Prisional. **Direito em Movimento**, v. 16, n. 1, p. 167-187, 2021.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão. **Educação escolar entre as grades. São Carlos: EdUFSCar**, p. 11-28, 2007.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Desafio histórico na educação prisional brasileira: ressignificando a formação de professores... Um quê de utopia? **Revista HISTEDBR Online**, v. 12, n. 47, p. 205-219, 2012

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; MENOTT, Camila Cardoso. Formação de professores e educação na prisão: construindo saberes, cartografando perspectivas. **Formação Docente—Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 8, n. 15, p. 149-162, 2016.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação e Realidade**, v. 38, n. 01, p. 51-69, 2013.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira; CARVALHO, Alexandre Filordi de; NOVAES, Luiz Carlos. **ho Cadernos Cedes**, v. 36, p. 109-122, 2016.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. O exercício docente por monitores-presos e o desenvolvimento do processo formativo. **Educação escolar entre as grades**, p. 77, 2007.

PUNTES, Roberto Valdés; LONGAREZI, Andréa Maturano. Escola e didática desenvolvimental: seu campo conceitual na tradição da teoria histórico-cultural. **Educação em revista**, v. 29, p. 247-271, 2013.

PUGLISI, Maria Laura; FRANCO, Barbosa. Análise de conteúdo. 2005.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Editora Companhia das Letras, 2018

RIO DE JANEIRO. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro**. Lei nº 5.597, de 18 de dezembro de 2009.

RODRIGUES, Vanessa Aparecida; BAADE, Joel Haroldo. REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM UMA UNIDADE PRISIONAL NO MEIO OESTE CATARINENSE. **Revista Plurais-Virtual (e-ISSN 2238-3751-ISSN 1984-3941)**, v. 10, n. 2, p. 206-233, 2020.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes [et al.]. **História das prisões no Brasil**, volume 1, Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 283-309.

SANTOS, Carla Adriana da Silva. **Ó pa í, prezada! racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador**. 2016

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; DE RESENDE RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Papirus Editora, 1998.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em Educação: A observação**. Plano Editora, Brasília, 2003.

VIGATO, Bruno José. A Lei 13.769/18 E Seus Reflexos Na População Carcerária Feminina. **Revista Jurídica Da Defensoria**, p. 81, 2020.

8. ANEXOS

Atribuições e competências (Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Rio de Janeiro/2021)

Compete à Seap	Compete à Seeduc
Construir e/ou reformar os locais com instalações físicas e sanitárias adequadas à criação ou funcionamento de Unidade Escolar garantido, assim, condições de melhor desenvolvimento das ações pedagógicas e culturais que permeia o dia a dia de um espaço educacional, dando condições de execução de um trabalho de qualidade por parte dos profissionais da Seeduc.	Ministrar a Educação Básica em todas as Unidades Escolares que funcionam nos espaços da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), em consonância com as diretrizes emanadas pela Lei N° 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em atendimento aos Artigos 17 e 18 da Lei n° 7.210 – Lei de execução penal – LEP.
Encaminhar a clientela para que seja procedida devidamente matrícula por parte da Unidade Escolar, através do Serviço de Classificação e Tratamento das Unidades Prisionais da Seap.	Equipar as Unidades Escolares no que se refere à mobiliários, material pedagógico e didático, recursos humanos e qualquer tipo de equipamento voltado para a qualidade da educação, garantindo a eficiência do serviço oferecido e a manutenção do mesmo.

<p>Garantir segurança e assistência aos professores e demais funcionários que atuem ou estejam desenvolvendo alguma atividade dentro das Unidades Escolares da Seeduc.</p>	<p>Coordenar e administrar as ações de implantação e implementação de planos e projetos referentes à qualidade da Educação, ao Apoio Logístico, à Gestão de Escola, à Administração Financeira e aos Dados Estatísticos, referentes às Unidades Escolares que se encontram nos espaços da Seap, através de sua Diretoria Regional Pedagógica de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas – Diesp.</p>
<p>Garantir segurança e assistência aos professores e demais funcionários que atuem ou estejam desenvolvendo alguma atividade dentro das Unidades Escolares da Seeduc.</p>	<p>Definir metas, diretrizes e dinâmicas no desenvolvimento de programas que estabeleçam uma política pedagógico-administrativa que atenda as especificidades das Unidades Escolares que se encontram nos espaços prisionais da Seap, objetivando a unidade de ações na execução de planos e projetos, zelando pelo cumprimento da legislação em vigor, em consonância com a política educacional em vigência.</p>
<p>Garantir a guarda e conservação dos equipamentos e mobiliários dos Colégios, reconhecendo-os como patrimônio pertencente àquela Unidade Escolar e sendo de uso exclusivo da ou pela mesma.</p>	<p>Promover encontros, palestras, seminários e fóruns visando discutir e aprofundar temas relacionados à educação dos sujeitos privados de liberdade.</p>
<p>Garantir a liberação dos internos matriculados nos Colégios, nos horários determinados para o início das aulas, assegurando sua presença nas salas de aula, respeitando a carga horária determinada ao aluno, assim como o calendário escolar fixado pela Seeduc, tendo em vista o que determina a Lei 9394/96.</p>	<p>Garantir o cumprimento do calendário escolar anualmente publicado em diário oficial que obedece aos princípios normativos da LDB em seu Art. 24, Inciso I.</p>
<p>Respeitar o espaço determinado à Unidade Escolar, entendendo que a utilização do mesmo deverá seguir normas e diretrizes emanadas pela Seeduc, principalmente no que diz respeito a sua cessão para atividades que não sejam educacionais ou culturais e que não estejam sob as orientações dos profissionais da Educação.</p>	<p>Zelar pela organização do espaço escolar para que as atividades desenvolvidas no mesmo não comprometam o esquema de segurança das Unidades prisionais.</p>

Tomar as providências necessárias para evitar a dispersão dos internos, bem como garantir a efetiva preservação das normas de segurança, face a natureza dos apenados que estejam matriculados no Colégio.	Expedir históricos escolares, declarações de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis, revestindo-os do aspecto legal, conforme preconiza a Lei 9394/96.
Selecionar entre a população carcerária, pessoal necessário para realizar as tarefas de limpeza e apoio na Unidade Escolar. Expedir históricos escolares, declarações de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis, revestindo-os do aspecto legal, conforme preconiza a Lei 9394/96.	Encaminhar, bimestralmente, ao setor de Classificação da Unidade Prisional, Planilha de remição devidamente preenchida, viabilizando a classificação e a remição pelo estudo dos apenados matriculados nas Unidades Escolares, conforme Corrente Majoritária do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
Garantir a classificação dos apenados regularmente matriculados nos Colégios, viabilizando o que determina a Portaria 772 – Remição pelo Estudo.	Remanejar para outra Unidade Escolar que não pertença ao Sistema Prisional, quando não houver alternativa, o servidor da Seeduc que tenha, por avaliação da Seap e /ou da Seeduc, colocado em risco, por atos e procedimentos no sistema de segurança da Unidade Prisional.
Garantir a classificação dos apenados que desenvolvem atividades laborativas na escola, para efeito de remição de pena.	
Encaminhar a Seeduc, através da Regional Pedagógica de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas – Diesp, documento solicitando o afastamento do Sistema Prisional de qualquer profissional da Seeduc que tenha cometido falta grave que coloque em risco o bom funcionamento e a segurança do espaço prisional, entendendo que tal documento deverá conter argumentos que justifiquem a exclusão do profissional Unidades Escolares que existem dentro do Sistema Prisional.	
Providenciar, por intermédio do setor de Assistência Social da Unidade Prisional, a documentação necessária para a matrícula do interno na Unidade Escolar, principalmente seu	

documento de Identidade Civil, visto que os mesmos serão necessários para a pasta do aluno no Colégio, assim como na ocasião de sua Certificação.	
---	--

ANEXO II - Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Caro/a professor

Venho por meio desta convidá-lo para participar da pesquisa de mestrado intitulada

“O lugar da condição feminina nas práticas pedagógicas da educação formal no sistema prisional feminino no estado do Rio de Janeiro” conduzida pela pesquisadora **Lívia Silva de Souza**, mestranda em Educação pelo PPGE da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), como parte de sua dissertação de mestrado e é orientada pela Profa. Dr^a Rosália Duarte. Este projeto de pesquisa busca analisar como ocorrem práticas pedagógicas pautadas nas realidades sociais vivenciadas pelas mulheres nas instituições escolares existentes dentro dos cárceres femininos da cidade do Rio de Janeiro.

Objetivo geral: Identificar e analisar formas de abordagens da condição feminina em práticas pedagógicas na escola prisional feminina. Objetivos específicos:

Observar e descrever as práticas pedagógicas implementadas em presídios femininos; analisar os materiais didáticos que dão suporte às práticas pedagógicas buscando identificar a presença de abordagens da condição feminina; identificar possíveis abordagens da condição feminina por parte das alunas e o modo como o professor/professora lida com o assunto .

Prevê a observação das abordagens da situação feminina práticas pedagógicas realizadas em sala de aula de escolas na prisão. Em caso de esclarecimentos sobre esta pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Lívia Silva de Souza pelo telefone (21980983393) ou pelo e-mail (livia.souzafac@gmail.com). A orientadora Rosália Duarte também estará disponível pelo telefone (21972893757) ou pelo e-mail (rosalia@puc-rio.br). A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio está situada na Rua Marquês de São Vicente, 225 - Edifício Kennedy, 2º andar, Gávea, CEP: 22453-900, Rio de Janeiro - RJ, telefone (21) 3527-1618.

Você está sendo convidado/a a participar porque integra equipe pedagógica

OBSERVAÇÃO DE ATIVIDADES: Pretendo observar sua atuação como professor nas atividades educativas em sala de aula bem como os materiais didáticos utilizados. Para isso solicito sua autorização. Sua participação é voluntária e você poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento quando quiser. A sua participação consistirá em permitir que eu observe suas atividades de sala de aula e que faça registros escritos sobre ela, sem identificação dos participantes. Qualquer forma de registro das informações depende diretamente de sua autorização. As observações serão feitas durante a execução das atividades que ocorrerem entre os meses de agosto a dezembro de 2023.

SIGILO E CONFIDENCIALIDADE: TODAS as informações coletadas nas atividades são confidenciais. Isto quer dizer que garantimos o sigilo, o anonimato e a confidencialidade dos dados coletados. Seu nome jamais será usado em nenhum relatório ou outro documento, nem mencionado por nós em eventos ou apresentações sobre a pesquisa. Utilizaremos um pseudônimo (nome falso) para relatar sua participação. Caso venhamos a usar alguma informação que tenha nos relatado, esta não será identificada com seu nome ou quaisquer detalhes da sua vida e será baseada nos termos da autorização concedida.

GUARDA DOS DADOS: O pesquisador deste projeto tem a responsabilidade última sobre a integridade do conjunto de dados produzidos durante a pesquisa e pela sua preservação. Todos os materiais produzidos nas atividades de leitura serão digitalizados e armazenados em drives protegidos por senha, no mínimo por 5 (cinco) anos.

CUSTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Não será cobrado nada e não haverá nenhuma recompensa financeira. Caso sinta, durante ou após as atividades, a necessidade de apoio psicológico, por favor, avise à pesquisadora. Caso sinta qualquer constrangimento ou aborrecimento, a observação conduzida pela pesquisadora será interrompida. Conversaremos e encontraremos juntos um

modo de continuar a observação ou a atividade proposta pela pesquisadora. Você poderá em qualquer momento se recusar a participar, parar a atividade, não responder ou retirar o seu consentimento ou pedir a exclusão do material que produziu, sem qualquer penalidade ou constrangimento. Sua participação nessa pesquisa poderá contribuir para a melhoria das atividades educativas realizadas em prisões, o que pode ser benéfico tanto para você, como mediador, quanto para as pessoas em privação de liberdade.

ACESSO AOS RESULTADOS: Os resultados da pesquisa serão apresentados em uma dissertação de mestrado. A pesquisadora se compromete em apresentar o texto final da dissertação a cada um dos participantes. Os dados serão armazenados em local seguro.

Este termo é apresentado em duas vias que deverão ser assinadas, ficando uma com o pesquisador e outra com o participante.

Entendi os objetivos desta pesquisa, os possíveis riscos e benefícios de minha participação. Eu li e compreendi este termo de compromisso, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa.

ANEXO III - Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Cara aluna participante das atividades escolares

Venho convidá-la para participar da pesquisa de mestrado intitulada **O lugar da condição feminina nas práticas pedagógicas da educação formal no sistema prisional feminino no estado do Rio de Janeiro** conduzida pela pesquisadora **Lívia Silva de Souza**, mestranda em Educação pelo PPGE da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), como parte de sua dissertação de mestrado e é orientada pela Profa. Dr^a Rosália Duarte. Este projeto de pesquisa busca analisar como ocorrem práticas pedagógicas pautadas nas realidades sociais vivenciadas pelas mulheres nas instituições escolares existentes dentro dos cárceres femininos da cidade do Rio de Janeiro.

Este projeto de pesquisa pretende analisar as abordagens da condição feminina nas práticas pedagógicas realizadas em sala de aula de escolas na prisão, com o objetivo de compreender como ocorrem práticas pedagógicas pautadas nas realidades sociais vivenciadas pelas mulheres nas instituições escolares existentes dentro dos cárceres femininos da cidade do Rio de Janeiro. Pretendemos também descrever como é a rotina em sala de aula, como são os planejamentos de aula e analisar o material didático proposto. Se desejar mais esclarecimentos sobre esta pesquisa, você pode solicitar a alguém de sua família ou aos administradores da unidade prisional que entrem em contato com a pesquisadora (Lívia Silva de Souza) pelo telefone (21980983393) ou pelo e-mail (livia.souzafac@gmail.com). A orientadora Rosália Duarte também estará

disponível pelo telefone (21) 9728-9375 ou pelo e-mail (rosalia@puc-rio.br). A PUC-Rio tem uma Câmara de Ética em Pesquisa, a qual seu representante poderá recorrer para obter mais informações ou fazer uma reclamação. A Câmara está situada na Rua Marquês de São Vicente, 225 - Edifício Kennedy, 2º andar, Gávea, CEP: 22453-900, Rio de Janeiro - RJ, telefone (21) 3527-1618.

Você está sendo convidado a participar porque está matriculado na instituição escolar na prisão.

OBSERVAÇÃO DE ATIVIDADES: Pretendo observar sua participação como aluna nas atividades educativas e para isso solicito sua autorização. Sua participação é voluntária e você pode se recusar a participar ou retirar seu consentimento quando quiser. A sua participação consistirá em permitir que eu observe sua participação nas atividades de leitura promovidas pela mediadora do seu grupo. Serão feitos registros escritos das atividades, sem identificação dos participantes. Qualquer forma de registro das informações só será feita mediante sua autorização. As observações ocorrerão durante a execução das aulas e serão observadas entre os meses de agosto a dezembro de 2023.

PARTICIPAÇÃO: Sua participação é voluntária e você pode se recusar a participar ou retirar seu consentimento quando quiser. A sua participação consistirá em participar das aulas regulares na unidade escola inscrita com a presença da pesquisadora em sala de aula.

SIGILO E CONFIDENCIALIDADE: TODAS as informações coletadas nas atividades são confidenciais. Isto quer dizer que garantimos o sigilo, o anonimato e a confidencialidade dos dados coletados. Seu nome jamais será usado em nenhum relatório ou outro documento, nem mencionado por nós em eventos ou apresentações sobre a pesquisa. Utilizaremos um pseudônimo (nome falso) para relatar sua participação. Caso venhamos a usar alguma informação que tenha no relato, esta não será identificada com seu nome ou quaisquer detalhes da sua vida e será baseada nos termos da autorização concedida.

GUARDA DOS DADOS: O pesquisador deste projeto tem a responsabilidade última sobre a integridade do conjunto de dados produzidos durante a pesquisa e pela sua preservação. Todos os materiais produzidos nas atividades de leitura serão digitalizados e armazenados em drives protegidos por senha, no mínimo por 5 (cinco) anos.

CUSTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Não será cobrado nada e não haverá nenhuma recompensa financeira. Caso sinta, durante ou após as atividades, a necessidade de apoio psicológico, por favor, avise à pesquisadora, pois temos formas de lhe fornecer esse apoio. Caso sinta qualquer constrangimento ou aborrecimento, a observação da atividade conduzida pela pesquisadora será interrompida. Conversaremos e buscaremos encontrar um modo de continuar a observação ou a atividade proposta pela pesquisadora. Porém, conforme explicado, você poderá em qualquer momento se recusar a participar, parar a

atividade, não responder ou retirar o seu consentimento ou pedir a exclusão do material que produziu, sem qualquer penalidade ou constrangimento. Sua participação nessa pesquisa poderá contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas em sala de aula em prisões, o que pode ser benéfico tanto para você quanto para outras pessoas em privação de liberdade.

ACESSO AOS RESULTADOS: Os resultados da pesquisa serão apresentados em uma dissertação de mestrado. A pesquisadora se compromete em apresentar os resultados em um material especificamente elaborado para os participantes.

Este termo é apresentado em duas vias que deverão ser assinadas, ficando uma com o pesquisador e outra com o participante.

Entendi os objetivos desta pesquisa, os possíveis riscos e benefícios de minha participação. Eu li e compreendi este termo de compromisso, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa.

Rio de Janeiro, _____/_____/20

ANEXO IV - Entrevista com os professores:

- Quanto tempo você atua na EJA no sistema prisional? E no C.E Tereza de Benguela?
- Além dessa instituição, você trabalha em alguma outra escola prisional?
- Você teve alguma formação para atuar com educação no sistema prisional, em principal, o sistema prisional feminino?
- Realiza ou realizou algum tipo de formação docente que abordasse a temática de gênero?
- Você participou da construção do projeto político pedagógico da escola?
- Dentro da sua disciplina, você busca inserir temas relacionados à condição da mulher presa?
- Você utiliza o livro didático em suas aulas? E qual é a sua opinião sobre eles?

Entrevista com a coordenadora

- Quanto tempo você atua na EJA no sistema prisional? E na escola atual?
- Quanto tempo atua na coordenação da escola?
- Você teve alguma formação para atuar com educação no sistema prisional, em principal, o sistema prisional feminino?
- Realiza ou realizou algum tipo de formação docente que abordasse a temática de gênero?
- Qual é a proposta político pedagógica da escola? A temática de gênero está inserida no PPP ? Tem uma participação ativa dos professores?
- Caso tenha projetos que trabalhem as temáticas de gênero/ condição da mulher presa. Há quanto tempo esse projeto está sendo realizado na escola?

ANEXO V - "Pedágios" do projeto Palavras de Carinho.

Dia 22/08/2023

Oi meu nome é
tenho 40 anos e mais ou menos
de 30 anos atrás e de idade fui
abusado pelo meu próprio pai
vcs não tem noção de como é
difícil falar mais hoje acho que
doe meu pai fazio com que
eu meentice uma gravanga
totalmente infeliz minha
madreasta não achia como falava
pior eu achava que ele tinha
mudado mais não ele foi morar
comigo e a tudo de novo ele
abusou do meu filho hoje com
27 anos sofre muito com tudo

isso mais eu confiei nele mais
após parte foi com eu vi
adorar mais forte de com
a contaceu comigo porisso es
cute. seus filhos e muito
importante pois não apaga
tudo que eu e meu
filho passou fica a dica

AF 102

Bem se eu fosse conta minha
 história de vida, daria um livro.
 Bem o que eu posso dizer sobre,
Prevenção a violência contra mulher
~~Cuidado~~ Cuidado fique atento aos
 sinais, todo cuidado é pouco.

Eu já fui acreditista, já fui atenda-
 do, e tudo isso acontece, porém
 tudo deixa sinal, fique atento
 violência, tanta pra mulher ou
 com criança independente, com
 quem, e crime, não permita
 que aconteça e se aconteci-
 do um trauma tome todas as
 providências possíveis. meu
 marido me acreditou e ele me
 me estrangulou até que eu dei
 uma única facada nele, e aí
 eu aqui presa. mas me fala
 eu poderia ter tomado outras
 providências e não ter deixado
 chegar a esse ponto. *mulheres cuidado*

Relato que aconteceu Comigo.

Eu vivi 7 anos com um rapaz
que no início era tudo flores
depois de um ano a minha vida
se tornou um inferno, tudo era
motivo de brigas, descobri que ele
estava usando drogas por isso que
Ele ficava agressivo pois usava
Drogas junto de bebida, e quando
eu chegava do trabalho ele sempre
falava que eu estava com homem
e começava me agredir fisicamente
e verbalmente. depois de 2 anos com
um relacionamento abusivo eu dei
um basta nisso.

" Rio de saudades "

21
08
23

Eu já sofria muito, meu ex era muito neurótico, tudo ele achava que eu tinha algum, e isso me magoava demais pois eu sempre fazia de tudo para ter um relacionamento tranquilo mais as maluquices dele fazia as coisas se esfriarem mais certo dia por ele achar que eu dormia fora, mais na verdade eu dormia na varanda pois ele me trancau pelo lado de fora, quando ele acordou eu falei muito, chamei ele de todos os nomes e ele veio para cima de mim com um cabo de vassoura com pregos, e bateu na minha cabeça, e ainda veio com pedra para bater na minha cabeça, que no final eu tinha que levar 7 pontos. Eu sofria, mais sobrevivi. Mulheres diga não a violência.

Foram 4 anos de agressão não
só física, mais mental também.
Eu sofria muito, e meus filhos
também sofria muito com isso.
Quando ele estava bêbado
era pior.

Foi quando ele me agrediu que
eu quase morri, dei um basta
em tudo, fui até a delegacia
fiz o B.O., e separei dele, voltei
pra casa da minha mãe.

Nunca mais o vi, e nem tive
contato com ele.

Denuncie mulheres. Disque 180

Rio, 21 de Agosto de 2023

Por vários anos sofri
agressões físicas do meu
primeiro marido. Até
hoje penso como deixei
isso acontecer, por que
eu nunca fui uma
pessoa fraca ou
submissa. Mesmo sendo
~~forte~~ independente e
sem precisar dele para
nada. É a primeira
vez que ele me agrediu
ele ainda me fez acreditar
que a culpa era minha
por estar sendo agredida
Depois disso prometi a

numa mesma que
numa mais iaia passar
por isso. Mais com isso
me tornei uma pessoa
insegura para relacio-
namento. Nunca mais
consegui acreditar em
~~ninguém~~ ninguém, qualquer
coisa era motivo para
terminar. Mais com
o passar do tempo
percebi que nem sempre
o problema era os outros
muitas das vezes era eu,
que já não confiava em
nenhum relacionamento

Rio 23/08/23

Mulheres, não devemos nos
calar!!

Passi durante anos por agressões,
acabei calada viver e passar por
tudo e sempre me culpando, me
sentindo a pior mulher e
nunca conseguia enxergar
que a culpa não era minha e
sim, ele que era o monstro,
mais ~~eu~~ cega vivi durante tempo
com ele, aceitando as piores coisas,
mais Deus sempre cuidou e me
guardou e por fim me mostrou
que merecia mais e então consegui
me libertar. Então eu digo não
aceite menos do que você
merece!

Não é Não!!

ANEXO VI – Calendário do Caos.

2023 . AGOSTO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		1	2	3	4	5
6	7 FILOSOFIA MANHÃ: TIVE DIFICULDADES PARA ENTRAR TARDE NEJA III	8	9 ARTES - MANHÃ NEJA 01 - AF101 E AF301 L. PORTUGUES - TARDE NEJA III	10	11	12
13	14 FILOSOFIA MANHÃ: NEJA I TARDE NEJA III	15	16 ARTES - MANHÃ NEJA I 01 - AF101 E AF301 L. PORTUGUES - TARDE NEJA III MATEMÁTICA TARDE - ??	17	18	19
20	21 PROJETO CARTAS - PALAVRAS DE CARINHO: MANHÃ: AF 101 AF301 TARDE: AF 201, NEJA III	22 PROJETO CARTAS - PALAVRAS DE CARINHO: MANHÃ: AF 102	23 MATEMÁTICA MANHÃ: NEJA II PROJETO CARTAS - PALAVRAS DE CARINHO: TARDE: NEJA I 01 E NEJA I 02.	24	25	26
27	28 CIÊNCIAS MANHÃ: AF301 FILOSOFIA TARDE NEJA III	29	30 FÍSICA MANHÃ: NEJA II HISTÓRIA/GEOGRAFIA TARDE: AF401	31		

2023 . SETEMBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
					1	2
3	4 FILOSOFIA/ SOCIOLOGIA: MANHÃ: NEJA I TARDE: NEJA III	5	6 NÃO FUI: RESOLVER PROBLEMAS NA CASA DE CAMBIO	7 FERIADO	8 NÃO FUNCIONOU	9
10	11 ARGENTINA	12 ARGENTINA	13 ARGENTINA	14 ARGENTINA	15 ARGENTINA	16
17	18 NÃO TEVE AULA: FICARAM SEM AGUA AULAS CANCELADAS	19	20 ARTES MANHÃ: NEJA I 01 - AF101 E AF301 HISTÓRIA E GEOGRAFIA TARDE: AF 401/ AF 201	21	22	23
24	25 Modifiquei os horarios PROFESSOR DE FILOSOFIA N FOI. BIOLOGIA TARDE: DIA DE BAQUE	26 PROFESSORA LP MUDOU O DIA PARA PARTICIPAR DO COC	27 COC	28	29	30

2023 . OUTUBRO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
1	2 FILOSOFIA TARDE: NEJA III	3 FUI AVISADA QUE A PROFESSORA DE PORTUGUES NÃO IRIA.	4 ARTES MANHÃ: NEJA I , AF101, AF301 GEOGRAFIA: TARDE: AF401	5	6	7
8	9 FILOSOFIA TARDE: NEJA III	10 SEMINÁRIO PPGE	11 SEMINÁRIO PPGE	12	13	14
15	16	17 ENCEJA SEM AULA	18 ENCEJA SEM AULA	19	20	21
22	23	24 UM DIA APÓS A QUEIMADA DE ONIBUS NA ZONA NORTE RIO UM CAOS. PRECISAVA SAIR DE CAMPO	25	26	27	28
29	30	31				

